TRINCHEIRAS

Revista de cidadania ativa

iBase.

1º edição,
abril de 2015

Navegação nativa

Preparamos algumas dicas que facilitarão a sua leitura para você não perder nenhum detalhe da Trincheiras.

Para ver todas as matérias da revista, clique no centro da página e no ícone do Sumário, que fica no topo ou na base da página em miniaturas.

Caso queira marcar uma página importante que está lendo, é só clicar na bandeira posicionada no topo. Ela ficará vermelha assim que for clicada. Para ver todas as suas marcações, vá lá no ícone do sumário.

Se quiser fazer uma pequisa de palavra no texto, clique na lupa que fica no topo e digite o que busca. Você vai achar todos os textos que contêm o que foi pesquisado.

Para aumentar o brilho da tela, vá no ícone parecido com um sol no topo e escolha a luminosidade mais confortável para você.

Como navegar pela Trincheiras

A navegação pela revista segue o sentido horizontal. Para ler a matéria

Ícones e interatividade

Se encontrar algum desses por aí, pode tocar que tem conteúdo extra pra você.

Impressão

Para ter a versão impressa, basta tocar aqui

Conteúdo extra

Interação com mapa

Use fones de ouvido

Texto em outra língua

Observação

Galeria de fotos

Fim do texto

A nova revista do Ibase

Ana Redig
Editora

Produzir e divulgar informações de interesse da sociedade, da cidadania e dos direitos humanos é parte do DNA do Ibase. Desde sua fundação, em 1981, várias publicações foram criadas com o intuito de dar visibilidade a iniciativas cidadãs e socioambientais e fortalecer o tecido associativo da sociedade civil. Dessa forma, o Ibase procura incidir no debate público e exercer uma vigilância cidadã na formulação e implementação de políticas públicas.

A revista Trincheiras é herdeira de uma pequena e importante história na produção de informações para a sociedade. Antes dela, o Ibase publicou ***Políticas Governamentais*** (1985-1994), ***PG-Democracia*** (1995) e suas sucessoras ***Democracia*** (1994-1995) e ***Democracia Viva***, editada até 2012. Isso sem falar no ***Jornal da Cidadania*** (1994-2009) e de outros boletins e informativos editados pela instituição.

Trincheiras – Revista de Cidadania Ativa é a expressão de uma nova fase na trajetória do Ibase. Dando continuidade a essa história, ***ela*** já chega diferente, em formato digitalizado e periodicidade quadrimestral. Além de uma decisão ambientalmente responsável, neste formato a revista poderá atingir mais pessoas, nos mais diversos recantos do país e do mundo.

Conheça a sua Trincheiras

O ***Editorial***, sempre assinado pela direção do Ibase, traz uma análise com tomada de posição institucional sobre um tema da conjuntura e de lutas por direitos e sustentabilidade socioambiental. O ***Perfil*** destaca a vida e as histórias de ativistas, militantes e lideranças de movimentos de cidadania. Na ***Entrevista*** vamos conversar com especialistas sobre um tema relacionado à cidadania ativa em destaque no momento.

A cada edição, ***Trincheiras*** trará dois ***Artigos*** escritos por parceiros(as) do Ibase, no Brasil e no exterior, sobre questões pertinentes aos debates sobre cidadania e democracia; justiça e sustentabilidade socioambiental; movimentos e articulações de caráter regional e mundial.

As páginas centrais serão dedicadas ao ***Debate***: uma reunião de artigos assinados por autores diversos, sempre abordando um tema importante por diversos ângulos, a fim de dar um panorama o mais completo possível da situação.

O humor também não poderia faltar em nossas páginas. A ***Charge*** de Claudius, parceiro de muitos anos, vai tocar em questões de cidadania de forma crítica e bem-humorada.

A equipe do Ibase produzirá ***Reportagens*** sobre fatos da conjuntura. Situações e lutas com abordagens e pontos de vista não hegemônicos.

Os ***Indicadores de Cidadania*** vão trazer a público alguns números que permitem avaliar a cidadania efetiva em situações específicas, sempre acompanhados de textos analíticos.

Reservamos um espaço também para valorizar a ***Memória*** das lutas pela cidadania. Textos curtos e imagens marcantes contarão um pouco dessas histórias, muitas vezes pouco conhecidas ou esquecidas. A retranca ***Caleidoscópio*** abordará resenhas de publicações, dicas, agenda cidadã, filmes e espetáculos etc. Fechamos ***Trincheiras*** com a coluna ***Interatividade,*** um espaço de diálogo com os leitores e as leitoras da revista.

Boa leitura!

EDITORIAL

Cândido Grzybowski

Sociólogo, dire-

O Ibase volta a publicar uma revista regular, dando continuidade a uma tradição iniciada em meados dos anos 1980 com a PG – ***Políticas Governamentais***. Depois fomos mudando o nome, mas reafirmando compromissos. A última versão – a ***Democracia Viva*** – foi a de história mais longa, 15 anos. Ela acabou na mais recente crise-transformação do Ibase. Num Ibase refundado, nada como refundar a revista do Ibase. Saber mudar é não só continuar a existir, mas também, sobretudo, ter sentido de existir como organização de cidadania ativa.

E por que o novo nome ***Trincheiras: Revista de Cidadania Ativa***? Seu primeiro grande mérito talvez seja provocar controvérsias. No Ibase, criou-se uma espécie de consenso em torno do nome, dada a nossa visão sobre os grandes desafios para a cidadania e a possibilidade de caminhar no sentido de sociedades democráticas socioambientalmente sustentáveis. Já o Conselho Editorial da revista vê o nome com reservas, o que é muito bom. Sendo uma revista que se propõe a tarefa de contribuir para movimentos de democracia, neste momento do Brasil e do mundo, nada como Trincheiras.

Tenho defendido uma ideia bem gramsciana de que o momento é de construção de "trincheiras cidadãs". Primeiro, para nos proteger, uma espécie de rede cidadã de defesa diante de direitos ameaçados. A melhor defesa é estar junto, compartindo conhecimentos e dúvidas, decidindo, juntos, o que e como fazer para evitar que o pior aconteça. Sim, não tenhamos dúvidas, só a cidadania organizada pode evitar que o pior aconteça num momento assim. Mas existe uma segunda razão para construir trincheiras cidadãs, de dimensão mais estratégica e ativa. Trata-se de a gente se preparar, se fortalecer, de criar as condições para ações de conquista. Essa é uma tarefa que pode ser longa e exigir muita paciência.

Penso em trincheiras neste difícil momento da sociedade brasileira – e, num certo sentido, no mundo todo –, pois precisamos reinventar e, como dizem as feministas, democratizar a democracia. A onda das últimas três décadas se esgotou. Ela perdeu inspiração e capacidade de promover mudanças democráticas, como está muito evidente no Brasil e na América do Sul. Mas vale também para a Europa Ocidental, onde a volta de um neoliberalismo agressivo provoca de tudo, de ajustes – que geram desemprego em massa – até xenofobia e intolerância, com desmonte de políticas promotoras de direitos sociais e dando espaço para a expansão de direitas fascistas. Não é muito diferente nos EUA, no Canadá e no violento México. Da emergente China é que não pode vir exemplo, com seu capitalismo autoritário, capaz de um milagre econômico, mas nada democrático e sustentável.

Enfim, precisamos "voltar às bases". Desta vez não para combater a ditadura, mas, talvez, para nos prevenir dela e, sobretudo, para darmos a volta por cima. Não podemos, daqui a dois anos, eleger prefeitos que dão as costas para a cidadania, como se fossem donos do pedaço, que não precisam prestar contas a ninguém. Não podemos, daqui a quatro anos, eleger um Congresso Nacional tão fisiologista e patrimonialista como o atual, o pior desta República pouco republicana que temos. Precisamos de partidos que exprimam a diversidade de correntes políticas da cidadania e não aparatos oportunistas de assalto aos recursos públicos. Acima de tudo, necessitamos de "trincheiras" para nos recriarmos como cidadania ativa, construtora e defensora da democracia substantiva, de participação, de igualdade e de sustentabilidade socioambiental.

Comunicação estratégica

Neste primeiro número da nova revista, que começa sendo

quadrimestral, gostaria de compartir com os leitores ecos dos debates internos em torno da questão da comunicação e da revista como parte de nossas estratégias como organização de cidadania ativa. A Comunicação sempre foi estratégica, e uma espécie de mote fundador do Ibase – pensado por Betinho e outros como um instituto voltado à informação para a base da sociedade, para mudá-la, como condição de transformação democrática do poder estatal e da economia – foi "democratizar a informação para democratizar a sociedade". Isso vale até hoje. Mas em que termos tal questão nos motiva hoje?

Definitivamente, não somos um meio de comunicação. Definimo-nos e buscamos ser uma organização de cidadania ativa, profundamente enraizada na sociedade civil, que existe em articulações e parcerias com outras organizações e movimentos sociais, no nosso local – o Rio de Janeiro, o Brasil, a América Latina e o mundo. O que, sim, somos é uma organização de cidadania ativa que prioriza a incidência no espaço público da comunicação e através dela. Usamos a comunicação como estratégia fundamental do ser e agir do Ibase.

Consideramos o espaço público da comunicação como o locus privilegiado da disputa democrática. Afinal, hegemonia não se faz pela força do Estado, mas por um "bloco histórico de valores e de ideias" (na bela expressão de Gramsci). Hegemonia para uma transformação democrática se define em processos de disputa política e cultural, onde filosofias ativas de visões, sentidos, vivências e criações, práticas de democracia direta, direções e propostas acabam agregando sujeitos coletivos e criam movimentos irresistíveis no interior de sociedades históricas concretas. O Ibase faz parte desse campo da sociedade civil e contribui priorizando a comunicação como estratégia. Buscamos tornar visível o que é invisibilizado na agenda pública.

Consideramos a informação como estratégica para a ação coletiva. Discutimos e integramos fóruns de promoção da democratização da comunicação, mas, acima de tudo, praticamos a comunicação como um modo de ser do Ibase. Tornamo-nos agentes com efetivo impacto se, para além de articulações e alianças, conseguirmos incidir no debate público. Esse é o sentido da comunicação na instituição, sempre em sintonia com as novas tecnologias de informação e comunicação.

Outra questão é: por que uma revista, diante das inúmeras possibilidades de comunicação? De fato, de criadores do Alternex – primeiro provedor de acesso da sociedade civil à internet no Brasil –, ainda no final dos 1980, fomos sendo levados a tentar penetrar nos grandes meios de comunicação nos anos 1990 e nos primeiros anos de século XXI. Cabe destacar aqui as campanhas Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, por exemplo, e Onde Você Guarda Seu Racismo?, com menor impacto.

Uma revista é insubstituível no que pode aportar em termos de reflexão estratégica sistemática e sistematizada sobre a centralidade do debate da democracia radical e da justiça socioambiental. Não é que o Ibase tenha algo único a oferecer, nem que faltem vozes nesse sentido. Mas há um vazio tão grande no debate político e cultural a respeito que acaba sendo um dever para o Ibase contribuir com o que pode. Precisamos radicalizar a crítica ao desenvolvimentismo com condicionalidades sociais como estratégia para o país. Ao mesmo tempo, os impasses vividos pela cidadania e pela democracia no Brasil diante de um neoliberalismo de sete vidas nos impõem a necessidade de aprofundar a reflexão sobre as condições e as possibilidades de fazer emergir uma nova onda de radicalidade democrática para avançar no sentido de uma sociedade solidária, justa, participativa e ambientalmente sustentável.

> Tenho defendido uma ideia bem gramsciana de que o momento é de construção de "trincheiras" cidadãs.

Em sintonia com o tempo de predominância das novas tecnologias de informação e comunicação, ***Trincheiras*** nasce como uma revista digital. O ideal seria uma revista eletrônica, com todos os recursos possíveis. Mas o fato de ser digital já a torna mais amigável às novas cidadanias, às redes sociais, às diferentes juventudes. Mas só digital? Sim, ao menos de imediato, só digital. Poderá ser impressa por quem assim preferir. Os custos de uma revista impressa são tais que inviabilizariam a iniciativa de voltar a publicar, aspecto decisivo a considerar quando se fazem opções estratégicas, especialmente para o Ibase, entidade sem fins lucrativos, sem receita própria, dependente de parcerias solidárias.

Sabemos que, para muitos ativistas sociais, a revista digital

não chega a ser um limite, mas é uma real dificuldade. Gostaríamos que eles nos ajudassem a perceber como enfrentar tais dificuldades, pois, afinal, a revista perderá muito se eles se sentirem excluídos dela, e não a puderem ter como subsídio em suas atividades de formação e luta. Trata-se de estarmos inseridos no tempo histórico e nas suas possibilidades de comunicação e, ao mesmo tempo, uma opção estratégica de fazer disputa política e cultural por dentro de onde se passam as maiores oportunidades de construção de imaginários de futuro. O fato é que a revista em formato digital nos dá um potencial de público, em quantidade e qualidade, inimaginável de outra forma.

O Ibase sempre apostou em meios alternativos de comunicação como voz de um campo da sociedade civil e instrumentos nas mãos da cidadania ativa. Os diferentes ***sites*** do Ibase têm um papel essencial nesse sentido, com destaque para o Canal Ibase , espécie de voz de uma cidadania irrequieta e questionadora, por assim dizer.

A agenda da revista do Ibase é aberta a contribuições, pois espera ser eco da sociedade civil, do local ao mundial, que comunga os mesmos princípios e valores e busca "democratizar a democracia" para um Brasil e um mundo justo e sustentável. Claro, temos internamente definições estratégicas institucionais nesta conjuntura que nos dão uma referência e um rumo a seguir. Tais definições serão, sem dúvida, uma direção para a revista. Para o Ibase, ter uma revista institucional é como revelar um olhar posicionado, radicalmente democrático, nas diferentes conjunturas do agir por outros mundos possíveis.

Vejo o Ibase e sua revista como uma história de continuidades, paradas e recomeços, sempre com novos e renovados propósitos, sem perder de vista o objetivo de contribuir para a radicalização da democracia entre nós como forma de construir uma sociedade solidária, justa, igualitária na diversidade, participativa e de bem consigo mesma.

Rio, Carnaval de 2015.

A melhor defesa é estar junto, compartindo conhecimentos e dúvidas, decidindo, juntos, o que e como fazer para evitar que o pior aconteça.

Sumário

1 Charge: Claudius Ceccon

2 Conjuntura Nacional: A conjuntura em duas durações: da crise à disputa do futuro

3 Perfil: Plínio de Arruda Sampaio

4 Entrevista: Christophe Aguiton

5 Debates: 12 artigos sobre o Brics

6 Conjuntura Internacional: Colômbia os desafios da paz

7 Memória: O quebra-quebra das barcas de Niterói

8 Reportagem: O direito à moradia, tijolo por tijolo

9 Indicadores de Cidadania: Sistema de Indicadores de Cidadania – uma nova forma de olhar e produzir dados

10 Caleidoscópio: Dicas de publicações, campanhas, filmes e outros produtos e atividades

Foto: Rodrigo Miguez

Expediente

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Rua Senador Dantas, 40 | Centro | Rio de Janeiro | 20031-203
Tel: (21) 3528-3535 | ibase@ibase.br | www.ibase.br

Equipe de Comunicação

Martha Neiva Moreira – Coordenação
Ana Redig – Edição
Camila Nobrega - Reportagem
Projeto gráfico e diagramação - Estúdio Sopa
Capa: Camila Nobrega

Conselho Editorial

Cândido Grzybowski
Cleonice Dias
Claudius Ceccon
Itamar Silva
Mario Osawa
Martha Neiva Moreira
Moema Miranda
Regina Novaes

A conjuntura em duas durações: da crise à disputa do futuro

José Maurício Domingues
Doutor em sociologia e professor do Iesp/Uerj

Seria difícil, há cerca de dois anos, supor que o Brasil estaria enfrentando uma conjuntura tão intricada. Em que pesem impasses e limitações do projeto que há mais de uma década conquistou o governo federal para o campo da esquerda, podia-se imaginar possibilidades de avanço que parece haverem-se esfumado no horizonte. Este artigo se remete assim at duas durações da conjuntura vinculadas entre si: uma mais curta, ligada à grande opacidade e confusão do período pós-eleitoral, que se desdobra velozmente; e a outra enfatiza questões estratégicas, mais de longo prazo, mas que remetem ao tempo presente.

Não haveria como negar que o momento atual é bastante difícil e que se evidencia uma grave deterioração das condições políticas do governo de Dilma Rousseff. A campanha da candidata do PT optou por um discurso claramente à esquerda, mobilizou militantes ante a possibilidade de vitória da centro-direita representada por Aécio Neves e ofereceu uma perspectiva de avanços sociais e políticos. No entanto, o clima de estelionato eleitoral que se instalou desde que a equipe econômica foi nomeada, chefiada pelo neoliberal Joaquim Levy, tem imposto um custo político altíssimo à candidata reeleita, ao mesmo tempo em que os setores liberais e conservadores conseguem se fortalecer. Dilma escamoteou os graves problemas da economia brasileira hoje e propôs remédios, para males menores, que seriam o oposto do ajuste fiscal em curso, que inclui um ataque a certos aspectos das políticas sociais, com o descarte dos projetos e dos economistas desenvolvimentistas que marcaram seu primeiro mandato, cujas avaliações preliminares são críticas e pessimistas, como seria de esperar. É inevitável lembrar os fins melancólicos do Plano Cruzado e do Plano Real, que deram a vitória esmagadora, respectivamente, ao PMDB nas eleições para o Congresso Constituinte e governadores na década de 1980 e a reeleição de Fernando Henrique Cardoso pelo PSDB, na de 1990, para depois os afundarem ao se desmancharem logo após os pleitos. Resultado: o PMDB acabou por jamais eleger um presidente da República, sendo Fernando Collor de Melo sufragado vencedor na primeira eleição direta desde o fim do regime militar e, no segundo caso, cabendo a Luís Inácio Lula da Silva recolher os cacos do governo de Cardoso. O inistério, as trapalhadas e a melancolia que cercam a figura pós-eleitoral de Dilma Rousseff antecipam

> As manifestações dos dias 13 e 15 de março subiram a temperatura e foram claramente favoráveis às forças da direita, em seus diversos matizes.

de certa maneira esse desfecho, embora ele não seja inexorável.

O contexto se agrava com a crise da Petrobras e a Operação Lava Jato, que engolfam grande parte do sistema político e são dirigidas pela mídia contra o governo Dilma e o PT, cujas divisões internas são neste momento agudas. O mal-estar social que explodiu nas ruas em 2013, desde então, somente piorou, sem que o sistema político em nada se tenha feito mais poroso a um tecido social cada vez mais autonomizado politicamente e bastante avesso aos grandes aparatos burocráticos dos partidos e do Estado (que, cada vez mais, tendem a se confundir). O desemprego, que já acossa São Paulo e inevitavelmente crescerá como resultado da política econômica, somado à ameaça de crises da água e da energia, especialmente no Centro-Sul, azedará mais os espíritos. As manifestações dos dias 13 (promovidas pelo MST, pela CUT e pela UNE) e 15 de março (promovidas, sobretudo, pela grande mídia, pelo PSDB e por movimentos conservadores e mesmo reacionários) subiram a temperatura e foram claramente favoráveis às forças da direita, em seus diversos matizes. Se isso resultará em explosões maciças mais adiante é ainda questão em aberto.

A política nacional inclinou-se à direita. E o mais grave é que a parte dominante da esquerda está sem rumo e seus outros setores tampouco estão em condições de dirigir o país.

Nada diz que a história se repetirá, ela está aberta à intervenção criativa das forças políticas. Neste momento, todavia, não se delineia uma saída positiva e pela esquerda para a crise. É patente o desgaste precoce do segundo governo Dilma, e do PT mais geralmente, por questões econômicas e pela corrupção, bem como pelo esgotamento de seu projeto centrado no combate à pobreza e na expansão do mercado, com uma tentativa de evitar conflitos políticos e distributivos mais sérios, que agora batem a suas portas. Será o PSDB capaz de superar sua incapacidade de aproveitar-se da fragilidade dos governos capitaneados pelo PT? A plausibilidade de uma resposta negativa a essa indagação e a pressa em retomar o poder podem consolidar um tipo de golpismo que evita ainda explicitar-se. Marina Silva pode até ressurgir, mas seus equívocos e apoio final a Neves a converteram em figura prosaica, com sua Rede agora em frangalhos. Por outro lado, o PSOL está longe de configurar-se como alternativa nacional de poder, sem pauta muito clara e com um funcionamento interno em que a mobilização e incorporação da população ao cotidiano da política não figura centralmente, reproduzindo assim tradicionais vícios das esquerdas partidárias. O PSB, finalmente, foi neutralizado em larga medida por sua aliança com o PSDB. De todo modo, um partido ao estilo do "Podemos" espanhol se mostra muito improvável no cenário brasileiro, ao menos por ora.

Não era inevitável, mas a política nacional inclinou-se à direita. Para alguns, isso é, em parte, resultado das manifestações de 2013, expressando-se, inclusive, em uma nova composição do Congresso, mais conservadora, o que se prova pela eleição de Eduardo Cunha como presidente da Câmara dos Deputados. Se a última constatação é um tanto exagerada (segundo as análises do Necon, do Iesp-Uerj, as coisas pioraram levemente na Câmara, melhorando ligeiramente no Senado, embora as bancadas sindicais do PT de São Paulo tenham sido duramente atingidas), a ascensão do famigerado deputado se explica antes por razões corporativas e pelas fragilidades, substantivas e de articulação, do governo Dilma. De modo mais geral, é preciso afastar uma visão equivocadamente estática da política. A energia liberada pela eclosão daquelas jornadas de rua não tinha direção definida. Era o próprio comportamento dos demais agentes na conjuntura que podia – e ainda pode –, combinando e alterando os vetores em ação, definir sua resultante, ou resultantes múltiplas. A verdade é que as respostas do governo e do PT às manifestações de

2013 foram para lá de insuficientes, agravadas por uma campanha eleitoral bastante manipulativa, seguida do abandono de muitas promessas e de erros táticos seguidos por parte da esquerda – seja no governo, seja fora dele. A indefinição continua sendo a marca do momento atual, mas a ruptura das promessas governamentais e seus inexoráveis resultados nos próximos meses, além de erros de toda sorte, tende a inviabilizar a sedução de uma base (sobretudo quando jovem) que vê nesse tipo de manobra a encarnação do cinismo típico dos políticos profissionais, com, por outro lado, a base social da direita crescendo e seu discurso encontrando mais legitimidade, embora esses dois fatores não tenham necessariamente que confluir.

Na verdade, o mais grave é que a parte dominante da esquerda está sem rumo e seus outros setores tampouco estão em condições de dirigir o país. Talvez o avanço da direita acabe por desencadear um movimento à esquerda mais forte adiante, em defesa da democracia e das conquistas das últimas décadas. Mas não há como evitar constatar a dramaticidade do momento atual.

Quais cenários se podem delinear daqui para frente? O primeiro, mais simples, pautar-se-ia por uma duração mais curta da crise e do ajuste econômico, com rápida retomada do crescimento – com mais espaço para os investimentos privados e menos expansão do consumo, caso funcione a reorientação a que se propõe o segundo governo Dilma, superando as desconfianças dos empresários. Ao mesmo tempo, o PT, Lula e a presidenta (cujas relações parecem péssimas neste momento) se recomporiam, firmando-se a candidatura daquele em 2018, mais uma vez, à Presidência. Para completar o panorama, a ascensão da direita se interromperia, com os processos do caso Petrobras mantendo-se longe do governo e pouco atingindo o PT. Não se apresenta hoje, de modo algum, como o mais provável. O segundo cenário teria o PSDB como protagonista, com tentativas contundentes de impeachment, na crista dos protestos de rua. Mas a agenda claramente neoliberal e a postura "elitista" do partido, apesar do apelo de suas denúncias contra a corrupção, não lhe têm favorecido. Há que se ver como a crise geral e o descrédito do sistema político, bem como a própria Operação Lava Jato, o atingirão. O PSOL, pela esquerda, e Marina, pelo centro, não aparecem como prováveis intérpretes robustos dos descontentes com a crise. Um terceiro cenário com isso se põe, com um candidato que repita o fenômeno Collor, roubando a cena nas próximas eleições – distantes, é verdade, mas para as quais desde já se posicionam as forças políticas (inclusive aquelas que se mantêm recolhidas). Enfim, é possível uma evolução mais complexa, que renove e reposicione a esquerda, ainda que em curto e médio prazo as coisas estejam para lá de complicadas.

Vale frisar que a evolução da política nacional se realiza contra o pano de fundo de uma nova situação geopolítica. A virada do milênio assistiu ao chamado giro à esquerda na América Latina. Modesto em seus resultados, remando contra a maré global, ele significou a implantação de um social liberalismo de cunho progressista, tendo em seu centro políticas de equidade que suavizaram de forma humanitária e economicamente estimulante as agruras das massas de miseráveis da região mais desigual do mundo, por vezes implicando mais centralidade do Estado na coordenação da vida econômica e um distanciamento dos ditames mais severos do capital financeiro, sem que a igualdade propriamente haja sido buscada. Esse giro atingiu seus limites e, finda a bonança das commodities e a fartura de recursos que proporcionou durante a década de 2000, somente enfrentamentos sociais distributivos mais aguçados poderiam permitir que retomasse seu ímpeto, levando a políticas sociais mais universalistas e custosas, bem como a uma mudança mais decidida de modelo econômico. A esquerda latino-americana carece dessa força no momento e, além do mais, não anda lá muito disposta a apostar em sua criação em médio e longo prazo – obviamente, com cada país da região exibindo características próprias em sua dinâmica política e na configuração das forças que a moldam. Mas as

escolhas dos Estados Unidos são também extremamente importantes para entender o momento atual.

Os EUA, em aliança com a Comunidade Europeia (quaisquer que sejam as suas divergências menores), escolheram a Rússia pós-soviética como seu adversário da vez. Se, no Oriente Médio, na medida em que não têm uma solução que garanta o controle da região, jogam na criação do caos, pura e simplesmente, e, no caso da China, trabalham para manter fortes relações comerciais acompanhadas por um cerco militar, no que diz respeito ao país de Putin, é uma vitória decisiva o que buscam, ainda que não esteja claro como se realizaria, em vista dos enormes armamentos nucleares russos.

No que nos importa mais de perto, por outro lado, a normalização das relações com uma América Latina que vive impasses mais ou menos evidentes se mostra estrategicamente fundamental nesse cenário. O restabelecimento de relações diplomáticas com Cuba e a proposta de Obama de fim do bloqueio comercial ao país, as negociações de paz, já em sua reta final, entre o governo e as guerrilhas na Colômbia, os elogios à Bolívia e a retomada de boas relações com o Brasil – aconteça o que acontecer no futuro próximo – são parte desse jogo. Com Cristina Kirchner sucedida pela centro-direita do peronismo, na figura de Scioli, e Maduro, na Venezuela, isolado e com muito pouca margem de manobra, esse quadro se fecha (com Uruguai, Equador, Chile e Peru, além da América Central, não pondo problemas maiores para a política estadunidense). Desde que, é claro, essas parcerias renovadas se calquem em uma retórica mais branda dos EUA e nas debilidades que revelam os países latino-americanos.

Tudo isso poderia se enquadrar em um recuo e uma reorganização organizados das esquerdas do subcontinente, nelas incluída a brasileira, de modo a reciclarem-se e buscarem uma nova ofensiva mais adiante. Não é isso, porém, o que vem se desenhando, o que, de certo modo, se complicou com os resultados eleitorais vitoriosos no Brasil no contexto do que vem, porém, se configurando em larga medida como um emparedamento e uma possível derrota política. Nesse contexto, cabe às forças populares se organizarem, com independência do governo e mesmo das forças partidárias dominantes. Em primeiro lugar, mais que defender o governo Dilma, trata-se de sustentar a democracia, contra qualquer tentativa golpista. Além disso, são cruciais a construção de uma agenda renovada, a reestruturação organizativa da própria esquerda e a rearticulação de uma coalizão progressista, de modo a converter esse momento de crise e recuo em possibilidade de avanços num futuro não muito distante.

Nesse contexto, cabe às forças populares se organizarem, com independência do governo e mesmo das forças partidárias dominantes.

Mudança de curso

Em primeiro lugar, consideremos as bases sociais de uma coalizão capaz de retomar os processos de transformação democrática e social que marcam a história do Brasil da década de 1980 à década de 2000. É comum, nas esquerdas, acusar-se a classe média de reacionária, denunciarem-se os "coxinhas" e artifícios semelhantes. Mas, ou supomos que as massas populares têm força e devem bater de frente com as burguesias industriais, agrárias e financeiras que ainda, fundamentalmente, controlam nosso país, ou temos de pensar num sistema de alianças bem mais complexo. Ele precisa incluir setores significativos das classes médias, sobretudo das classes médias baixas, cuja situação está em franca deterioração, em especial nos últimos dois anos (como demonstram estudos de economistas como Waldir Quadros) e com a distribuição da riqueza permanecendo intocada e salvaguardando os ricos durante toda a era Lula-Dilma (como pesquisadores como Marcelo Medeiros evidenciaram). Portanto, é imprescindível uma mudança de curso. Se, na agenda atual, não está posto o socialismo, temos que buscar de todo modo distribuir a riqueza controlada pelos ricos, ao mesmo tempo em que é necessário fazer com que invistam, como capitalistas, no desenvolvimento econômico do país. Não se trata obviamente de tarefa fácil, mas somente uma aliança popular com setores amplos das classes médias pode alcançar esse feito.

Assim, a ideia de uma frente de esquerda tem sentido, limitado, apenas no que se refere a contribuir, pela mobilização popular, para dar peso a certos temas essenciais da agenda pública. Além do mais, alianças amplas oferecem a maneira mais adequada de tirar a

esquerda de um isolamento crescente, evidente, sobretudo, mas não exclusivamente, em São Paulo. Servem também para neutralizar aventuras de uma direita que não tem conseguido, pelas vias partidárias normais, retomar o governo central, mas que pode vir a tentar fazê-lo utilizando-se de novos salvadores da pátria, demagogos que se apoiem nas infelicidades das classes médias descendentes e parte dos setores populares, que não são necessariamente esteios das forças progressistas. Seguir insistindo na oposição entre os "pobres" e o restante da população é receita certa, daqui para frente, para a derrota. Esse é tema real e identidade de grande parte dos brasileiros, mas, se o Brasil é um país de trabalhadores, são muitas as suas variedades, que abarcam, além do mais, vastos setores das classes médias. Entregá-los todos nas mãos da direita é equívoco pelo qual se pode pagar muito caro, o que é já bastante visível. Mais uma vez, quem atrair o centro político – partidário, mas também socialmente – terá vantagens no processo de resolução da crise. A esquerda não deve se autoisolar.

Que agenda pode sustentar novos avanços? O aprofundamento da democracia é decisivo. Apesar da retórica e de certo apoio aos conselhos participativos no Estado, ele não vem figurando com centralidade na agenda das forças predominantes na esquerda. Ou se organiza e mobiliza a população, com alternativas de políticas de esquerda, democratizando-se o Estado, dando-lhe transparência, combatendo a corrupção, abrindo os debates publicamente e, sobretudo, reorganizando o funcionamento da política fora do próprio Estado, ou não conseguiremos avançar. A democratização da esquerda é, portanto, também fundamental. O debate intelectual e político no Brasil contemporâneo é de uma pobreza extrema. Contra ou favor, no que toca a políticas de curtíssimo alcance, é o que se espera, inclusive, de intelectuais profissionais, sem espaço para um arejamento e ampliação de nosso horizonte, inclusive programático. Os esforços do MST e da CUT foram recentemente positivos, mas esse é um caminho que apenas agora eles voltam a trilhar. As organizações políticas tradicionais da esquerda – partidos, sindicatos e semelhantes – mostram-se muito burocratizadas e distantes da população, sobretudo dos jovens. É imperioso mudar isso e impulsionar um processo amplo de mobilização que faça da participação algo real, que não se perca nos desvãos burocráticos do Estado, e potencialize uma representação que seja ao fim democratizada por uma reforma que exclua o grande capital do jogo direto da política (com a proibição da doação por empresas), respondendo ao contra-ataque da direita, que quer fazer da reforma, neste momento, uma maneira de aumentar seu controle do processo político (com clareza, no entanto, de que esse é um jogo, neste momento, bastante arriscado). Isso ofereceria, por outro lado, alternativas ao anarquismo bastante tosco que, em diversas roupagens, tende a hegemonizar as manifestações urbanas e a introdução de novas gerações de brasileiros à participação política. A democratização da mídia não pode deixar de ser tocada aí, mas de nada adianta propô-la se a esquerda seguir escondendo-se atrás da denúncia da Rede Globo e da grande imprensa, enquanto se furta a construir sua própria grande imprensa democrática, bem como a investir na televisão pública nacional e latino-americana (Telesul).

Os ricos devem suportar a carga tributária brasileira. O ajuste fiscal poderia tomar um rumo bem distinto do que o governo Dilma escolheu.

No que tange às políticas econômicas e sociais, para começar, uma solução diferente para a dívida pública é certamente necessária, baseada no crescimento e na queda dos juros, bem como o é sua revisão e a do próprio sistema tributário. Com o tributo que se paga ao capital financeiro por meio do sistema da dívida, é hoje impossível construir um Estado do bem-estar social minimamente decente. A revisão da estrutura de impostos é imprescindível, fazendo-a progressiva, baseada antes na riqueza que nos rendimentos do trabalho. Os ricos devem suportar finalmente a carga tributária brasileira. Uma solução para o ajuste fiscal hoje, até certo ponto necessário, poderia desde agora tomar, com isso em mente, um rumo bem distinto do que o governo Dilma escolheu. A retomada da reforma agrária, que junte o financiamento generoso aos pequenos produtores e às cooperativas com a redistribuição da propriedade, tem de voltar à agenda da esquerda. Isso significa ao mesmo tempo negociação com o Estado, em particular no que tange a recursos, e seu enfrentamento no que se refere à estrutura da propriedade altamente concentrada que temos no país,

Mais globalmente, é absurdo que o Brasil haja perdido protagonismo nos governos Dilma.

tensionando ao limite a coalizão governamental ora no poder, muito dependente do agronegócio. Obviamente, aprofundar e melhorar os programas de habitação popular, revolucionar a saúde e a educação são tarefas que não deveriam esperar a próxima geração para se concretizarem. Que se aposente de vez, assim, o ilusionismo de uma "nova classe média" que, ascendendo da pobreza, poderia arcar com os custos dos serviços sociais e buscá-los diretamente no mercado. E que se vá além das políticas sociais liberais focalizadas nos pobres ou, inclusive, aquelas setorizadas (relativas em particular à raça e ao gênero), ainda que não devamos desconhecer sua importância, emergencial ou de longo prazo.

A retomada da industrialização brasileira, com um verdadeiro processo, mais planejado, de substituição de importações, é decisiva, pelo menos em alguns nichos importantes, de modo a melhorar o tecido econômico do país e reverter nossa suave, mas permanente, descida aos infernos da reprimarização e ao que alguns chamam de "consenso das commodities" (que gostamos de ver nos países vizinhos, ocultando o quanto se expande também no próprio Brasil, com suas destrutivas consequências ambientais e sociais). Isso passa pelo empresariado privado, com o qual é preciso negociar de fato um modus vivendi que garanta seus lucros e investimentos produtivos, com uma baixa da taxa de juros, que diminua os ganhos do capital financeiro, no qual os industriais parecem também enlaçados. Todavia, a necessidade de inovação econômica nacional, na qual eles não se mostram jamais interessados, terá de ser assumida muito mais diretamente pelo Estado. Aí se põe a questão da recriação de empresas estatais, em diversos ramos, capazes de investir em novas tecnologias, em parceria com universidades e, quando possível, com as empresas privadas, mas mais isoladamente quando isso se mostre inviável. Essa é questão que, depois de tantos esforços de pouco resultado, precisa ser repensada, com novas soluções delineadas, não obstante os conflitos que se possam se pôr com o empresariado (sem falar de que esperar e concentrar todos os esforços nesse sentido no deslanche do pré-sal parece ser uma má estratégia, embora a defesa da Petrobras dos ataques que sofre neste momento seja evidentemente importante).

Mais em longo prazo – ou seja, em termos estratégicos, que, taticamente, têm de ser traduzidos nos termos do tempo presente –, é preciso alterar certos elementos que se encontram no cerne do atual modelo de "desenvolvimento". A América Latina tem sido pródiga em colocar esse tipo de questão, desde os anos dourados da Cepal, passando pela ideia de desenvolvimento sustentável nos anos 1990, com, posteriormente, ideias como "bem viver" e "viver bem", supostamente de matriz indígena andina, emergindo nos debates sobre que tipo de sociedade queremos. Em nenhum lugar do mundo, e em particular em regiões tão desiguais como a nossa, seria factível, simplesmente, abandonar o crescimento econômico em favor de algum tipo de sustentabilidade (como querem os que na Europa têm defendido o "crescimento zero"). A questão deveria ser posta de outra maneira: o que importa é que tipo de crescimento, com que relação com os seres humanos e a natureza, com que inovações tecnológicas, queremos. Do contrário, inclusive, entregam-se simplesmente as populações, particularmente as dos países menos desenvolvidos, à direita, que lhes promete bem-estar crescente com mais capitalismo e destruição (ainda que isso, hoje, muitas vezes venha com disfarces mais ou menos eficazes). Nesse sentido, a noção de "desenvolvimento sustentável", apesar das indefinições e do mau uso a que tem sido submetida, evidencia ainda grande potencial.

De um lado, trata-se de desenvolver nossas economias e sociedades de modo a alcançar uma relação menos predatória com a natureza. A questão energética sobressai aí, embora não se possa imaginar nenhum tipo de atividade humana que não tenha impacto sobre o meio ambiente. Novas tecnologias são imprescindíveis. Para produzi-las e disseminá-las, uma combinação entre formas de vida e produção ditas "tradicionais", esforços de inovação estatal, mas também do "capitalismo verde", são instrumentais, com forte regulamentação estatal globalmente coordenada. Mesmo que discordemos deste último método, se esperarmos pelo socialismo ou outras radicais novas formas de vida para mudar nossa relação com o meio ambiente, é improvável que

haja tempo para chegarmos lá. Entretanto, um segundo elemento é também decisivo. Trata-se de mudar nossas formas de consumo, desindividualizando-as e desmercantilizando-as. Ou seja, tornando nosso consumo mais coletivo e reorientando a produção material – a começar pela indústria automobilística – no sentido de possibilitar esse giro civilizatório. Isso é evidente no que se refere às atividades e serviços típicos do Estado do bem-estar social, como educação e saúde, bem como no que diz respeito ao transporte – público, de qualidade – em países que já atingiram padrões mais avançados. Mas é possível estender esse princípio a outras esferas, no que a imaginação e os movimentos populares podem ter grande papel a cumprir.

Quanto ao plano internacional, dois comentários devem ser aduzidos. Em primeiro lugar, isso tudo se potencializa se feito em parceria com os países da América Latina, levando o Mercosul a um estágio mais avançado do que o de mero mercado comum, no que seus limites são demasiados claros. É preciso avançar em ciência, tecnologia, políticas sociais, meio ambiente e, com os cuidados necessários, integração física. A responsabilidade do Brasil em um projeto como esse, por seu tamanho e estágio de desenvolvimento, é enorme. Mais globalmente, é absurdo que o Brasil haja perdido protagonismo nos governos Dilma. Com a cautela necessária que nossa fragilidade atual recomenda, é imperioso retomar e aprofundar a busca por espaços de autonomia e desenvolvimento que de fato são possibilitados pelo aumento do multilateralismo na última década e meia.

A esquerda vai mal. Pode terminar até próxima da irrelevância. Ela precisa fazer um esforço para, publicamente e sem amarras em pontos de vista partidários ou de organizações políticas semelhantes, se renovar no debate intelectual e programático, bem como nas lutas sociais. Os próximos anos serão muito difíceis, mas os que se lhes seguirão podem ser ainda piores se não fizermos esse esforço. Podem ser também mais luminosos se nos abrirmos para pensar o que seria efetivamente novo, em nossa contemporaneidade, na história do Brasil e do mundo, nos mobilizando para tornar essas novidades realidade. Não há porque, sobretudo se buscamos um novo ciclo de mobilização e de giro à esquerda, evitar os conflitos. Mas é preciso fazê-lo com clareza de nossas forças, ampliando-as, e com uma agenda capaz de mobilizar vastos setores e atacar os problemas mais de fundo que se põem para o Brasil e, mais além, para nosso planeta.

PERFIL

Plínio de Arruda Sampaio

Ana Redig
Jornalista e editora da revista Trincheiras

Quem vê esse senhor magrinho não supõe sua força e sua importância para o país. Plínio de Arruda Sampaio foi um intelectual respeitado e um grande ativista cidadão. Desde a juventude lutou por uma sociedade justa, includente e participativa. Defensor intransigente da reforma agrária, tinha, aos 83 anos, mais de 80 mil seguidores no Twitter. Um público jovem, que bebia de sua sabedoria através de perguntas sobre política e religião e a quem ele respondia em pílulas de 140 caracteres. Como legado, deixou a coerência de ideias, a solidariedade, o respeito e muita garra. Por sua importância para o Brasil, para o Ibase e para a democracia ativa, o primeiro Perfil da revista Trincheiras é dedicado a ele.

Em 2013 perdemos Plínio de Arruda Sampaio, poucos dias antes de completar 84 anos. Ele possuía uma inteligência brilhante e muita clareza sobre os momentos históricos e a conjuntura. Quando fazia apresentações ou palestras, encantava a todos. Às vezes usava termos rebuscados ou desconhecidos, como neste vídeo que disponibilizamos pra você, em que ele disse que o povo era "vilipendiado"; parou, pensou e reforçou "é essa mesma a palavra, vilipendiado". Mesmo quem não conhecia a expressão, entendia a mensagem em função do contexto. Apesar da profundidade dos conteúdos e do raciocínio, ele era didático e entendido por todos.

Plínio foi, desde sempre, mais do que um grande colaborador do Ibase. Associou-se às iniciativas da instituição logo no início de suas atividades, nos anos 1980. Foi presença instigante em várias atividades e integrou formalmente o quadro de associados da instituição desde os anos 90. No convívio pessoal, era um permanente formador. Conversava sobre temas diversos, compartilhava preocupações e reflexões; ouvia atentamente. Lia muito, escrevia e produzia bastante conteúdo. Costumava escrever muito à mão, com uma lapiseira. Estava sempre pronto a aperfeiçoar seus textos, depois de interagir com outras pessoas.

Defensor histórico da reforma agrária, enxergava na concentração de terras a base da sociedade excludente, racista e machista do Brasil. Para o professor, promotor público, político e militante, a questão limitava qualquer progresso mais substantivo de democracia. Entendia que reforma agrária era a única forma de combater a pobreza e a miséria, especializou-se no tema e tornou-se um "evangelizador" da causa. Esta, aliás, foi uma de suas principais bandeiras quando disputou a Presidência da República pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol), em 2010. Plínio recebeu 886,8 mil votos e ficou em quarto lugar, atrás de Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV).

Sua militância começou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde se formou em 1954. Assim como Betinho, Plínio atuou no mais instigante e renovador movimento da Igreja Católica: a Juventude Universitária Católica (JUC), organização que surgiu a partir da Ação Católica Brasileira. Não surpreende, pois, que os dois compartilhassem tantas ideias e formas

"Nos anos 1990, Plínio foi um dos colaboradores que se tornaram associados do Ibase para lhe dar governança e legitimidade como organização de cidadania ativa. Ele sempre viu e apoiou o Ibase como organização cidadã autônoma, sem filiação partidária. Mesmo vivendo em São Paulo, foi um dos que mais de perto seguiu e desenvolveu parcerias com o Ibase".

Cândido Grzybowski

de ver o país e o mundo. No final da década de 1950, Plínio ingressou na vida política como subchefe da Casa Civil do então governador de São Paulo, Carvalho Pinto.

Em 1962 foi eleito deputado federal pelo Partido Democrático Cristão (PDC) e abraçou as reformas de base do governo João Goulart, sendo relator do projeto de Reforma Agrária. O assunto, sempre delicado, colaborou para que Plínio estivesse entre os cem primeiros brasileiros que tiveram seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional n° 1 (AI 1). Exilou-se no Chile por seis anos, onde trabalhou na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Em 1970 mudou-se para os Estados Unidos, trabalhando na FAO/BID, em Washington. Lá ingressou na Universidade de Cornell, fazendo mestrado em Economia Agrícola.

Plínio só pôde voltar ao Brasil em 1976, no início da abertura política. Tornou-se professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e fundou a Associação Brasileira pela Reforma Agrária (Abra), que presidiu por muitos anos. A ditadura estava esgotada. Novos sujeitos políticos e movimentos sociais clamavam por democracia. A questão agrária emergia com força, mas – como sempre – dividia. À frente da Abra, uniu-se a Betinho na Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA), lançada em 1983 pela Contag, CPT, Cimi, CNBB, Abra e Ibase.

Logo a CNRA ganharia centenas de adesões, entre organizações e movimentos. A proposta de emenda popular apresentada pela CNRA ao projeto de Constituição – Emenda sobre Reforma Agrária, Política Agrícola e Fundiária – tinha mais de um milhão e meio de assinaturas. O poder de mobilização pôde ser sentido na Caravana Nacional pela Reforma Agrária à Brasília, em outubro de 1987, que reuniu 10 mil participantes. Esta Campanha foi fundamental para que a Nova República nascesse junto com o Ministério de Reforma Agrária. É inegável a importância da intensa participação de Plínio neste processo. Afinal, reforma agrária era o centro de sua militância.

Depois de ajudar a conceber um novo partido que estaria à esquerda do MDB, chamado PSDP (Partido Socialista Democrático Popular). O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso também foi um desses idealizadores, o que explica a "coincidência" com o nome do PSDB, que apareceria muitos anos depois. Com o fim do bipartidarismo, em 1980, Plínio ajuda a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT), sendo, inclusive, o autor de seu estatuto. Formado por operários, sindicalistas e intelectuais, o PT era, na época, uma esperança de mudar o Brasil.

Nos anos 80, engajou-se na campanha pelas "Diretas Já" e, em 1982, concorreu a deputado federal. Não se elegeu, mas, como primeiro suplente do PT, assumiu a cadeira de Eduardo Suplicy, quando este se licenciou para concorrer à Prefeitura de São Paulo. Na eleição seguinte, em 1986, Plínio de Arruda Sampaio foi eleito pelo PT como deputado federal membro da Assembleia Geral Constituinte de 1988, e ganhou destaque por defender um modelo constitucional de reforma agrária, que visava acabar com os latifúndios. Em 1990, disputou o governo de São Paulo, mas perdeu para o peemedebista Luiz Antônio Fleury Filho.

Plínio tinha total clareza da importância estratégica da comunicação para a transformação social. Sempre atento e aberto a novas tecnologias, criou, em 1994/95 o boletim semanal "Agendas e Contextos", escrito por ele e enviado por fax a dezenas de formadores de opinião. Como a quantidade de "assinantes" não parava de crescer, o "Agendas e Contextos" se tornou um BBS**[1]** (Bulletin Board System), um boletim eletrônico. Daí nasceu o jornal "Correio da Cidadania", ligado à Sociedade para o Progresso da Comunicação Democrática, fundada por ele em 1996.

{1} Software criado antes da Internet ser como a conhecemos hoje: capaz de trocar que permite troca de mensagens, subir e baixar arquivos, ler notícias etc, O BBS só era capaz de trocar informações via texto.

O “Correio da Cidadania” existe ainda hoje e traz com pautas e reflexões que se contrapõem ao pensamento único da chamada “grande imprensa”, sendo um importante instrumento de comunicação alternativa no espectro político das organizações e movimentos sociais da esquerda brasileira.

Sempre jovem e coerente

Logo no início do primeiro governo Lula, durante o escândalo do Mensalão, desfiliou-se do partido por discordar das opções políticas do PT. Filiou-se ao Psol (Partido Socialismo e Liberdade), pelo qual concorreu no ano seguinte novamente ao governo do estado de São Paulo. Terminou em quarto lugar, tendo sido o pleito vencido pelo tucano José Serra (SP).

A última vez que Plínio de Arruda Sampaio disputou uma eleição foi em 2010, já com 80 anos e lutando contra o câncer ósseo responsável por sua morte. Concorreu à Presidência da República pelo Psol e se destacou nos debates televisivos por suas posições de esquerda firmes e democráticas. Há muito não se via o radicalismo cidadão tão presente nas eleições. Ele chamou a atenção e recebeu 886,8 mil votos, ficando atrás de Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV).

Ele era sempre um sucesso quando estava em campanha. Todos queriam conversar com ele, abraçá-lo, convidá-lo para outro encontro. Foi assim da década de 1960 até a era dos “selfies”. Em 2013, aos 82 anos, tornou-se um entusiasta notório das Jornadas de Junho. A juventude reconhecia isso: era seguido no Twitter por quase 83 mil usuários no quando faleceu, em 8 de julho de 2014, em São Paulo. Praticamente todos os dias o octogenário respondia a questões sobre política e religião, perfeitamente adaptado à nova mídia digital.

Os pensamentos e escritos de Plínio de Arruda Sampaio são, até hoje, atuais e inspiram os que defendem mudanças no país, especialmente no setor agrário. Junto com companheiros como Chico Withaker, Leonardo Boff, Betinho, entre outros de sua geração, sabia situar-se nas difíceis conjunturas. Sentimos muita falta de sua coerência e de sua incansável militância democrática radical. Sentimos falta das ótimas reflexões que ele faria hoje sobre a crise política e de gestão que vivemos.

Debates

1 Brics: novas configurações do poder global? O que muda? O que permanece?

Maria Elena Rodriguez

2 O impacto global dos Brics: uma perspectiva indiana

Abdul Nafey

3 Um olhar sobre os Brics a partir do Brasil

Cândido Grzybowski

4 O Brasil na cooperação Sul-Sul: avanços e contradições

Carlos R. S. Milani

5 Oportunidades e obstáculos à cooperação entre os países do Brics: uma perspectiva da África do Sul

Karen Smith

6 O que o Novo Banco de Desenvolvimento do Brics representa para a China (e vice-versa)?

Adriana Abdenur

7 A China e a duradoura pax americana

Ho-fung Hung

8 Alguns aspectos do regime de acumulação da Índia na globalização e suas implicações

Surajit Mazumdar

9 O Brics e as novas configurações do poder global. Economia política global, crises financeiras, volatilidade e capacidade de resistir

Prof. Dr. Giorgio Romano Schutte

10 Brics, desigualdade global e acumulação do capital

José Maurício Domingues

11 Os Brics: ambiguidade, mas com um potencial anti-hegemônico. Uma visão europeia.

Peter Wahl

12 Algumas ideias sobre a ascensão chinesa e os movimentos sociais globais

Jim Harkness

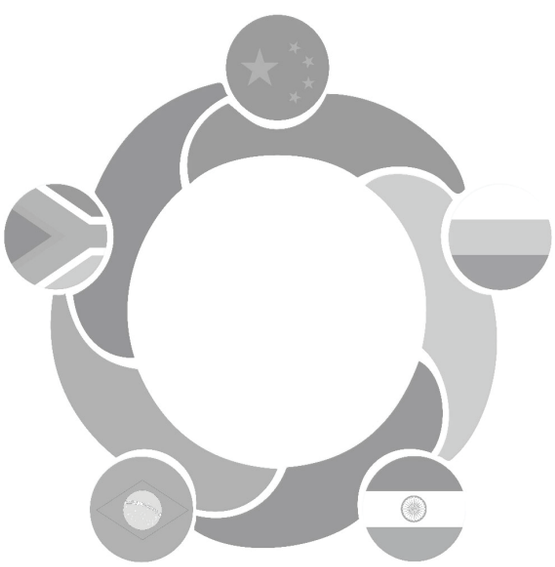
Brics: novas configurações do poder global? O que muda? O que permanece?

Maria Elena Rodriguez

Doutora em sociologia e coordenadora do Ibase

Os Brics são um tema quente na agenda global hoje. Isso ocorre em função de sua importância no longo prazo, apesar de a crise dos países "emergentes", com a diminuição de seu crescimento, ter tirado um pouco de seu brilho. Na verdade, é agora que eles fazem movimentos mais fortes, sobretudo do lado da China e da Rússia, no plano da economia e das transações comerciais. Mas, se é inegável que representam um fator novo na política internacional, implicando mudanças de magnitude ainda abertas à verificação e à discussão, não está claro o que podem significar para uma política de emancipação. Nisso, como em tudo mais, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul são muito diferentes entre si. Cada um deles trata a pobreza, a geopolítica, a democracia, o meio ambiente, o desenvolvimento econômico de maneira própria, às vezes oposta a dos outros países que se põem nessa liga, e tem uma situações internas e globais muito distintas, do seu sistema político à sua trajetória e sua cultura, da sua estrutura econômica à sua população e sua localização no planeta.

O próprio nome Brics é fundamentalmente enganoso. Ele foi cunhado pela Goldman Sachs, empresa do sistema financeiro global, exatamente para falar de crescimento econômico e oportunidades de negócios. Em termos de economia e de geopolítica, uma perspectiva crítica os pode definir como países de grau de desenvolvimento médio, mas muito diferenciados entre esses diversos países, localizando-os no que, em certas teorias da "dependência" ou do "sistema mundo", foi chamado de "semiperiferia".



Depois dessa classificação superficial, e sem que ela o supusesse, esses países passaram a atuar como um ator global cujo impacto não pode ser desconsiderado, buscando agendas comuns e organizações que permitissem sua coordenação efetiva, tal como seu novo banco cooperativo atesta. Assim reúnem forças, cada qual com seus próprios objetivos, ainda que de maneira relativamente discreta e não confrontacional, em especial com os Estados Unidos, para realizar sua agenda própria e abrir espaços de intervenção e fortalecimento mútuo.

Com todos os problemas que pode indicar, fato é que a própria organização dos ditos Brics, para além de suas diferenças e lógicas políticas distintas, gera espaços de autonomia e afirmação, nos quadros de uma situação ainda dominada pelos EUA. Ainda estamos distantes de um multilateralismo mais profundo nas relações

internacionais. Os processos internos a esses países também nos colocam muitas dúvidas quanto até onde isso pode chegar no plano da relação entre Estados, o que se agrava com a situação miserável da desigualdade, profunda, em todos eles e do mau trato ao meio ambiente de modo geral, em graus diversos, bem como da falta de democracia real em, ao menos, alguns deles. É um começo, contudo, sobre o qual há de se refletir e buscar estratégias políticas, seja no que diz respeito à política externa brasileira, seja em relação ao mundo que existe seja no que concerne ao que queremos, de modo mais geral, pôr em seu lugar.

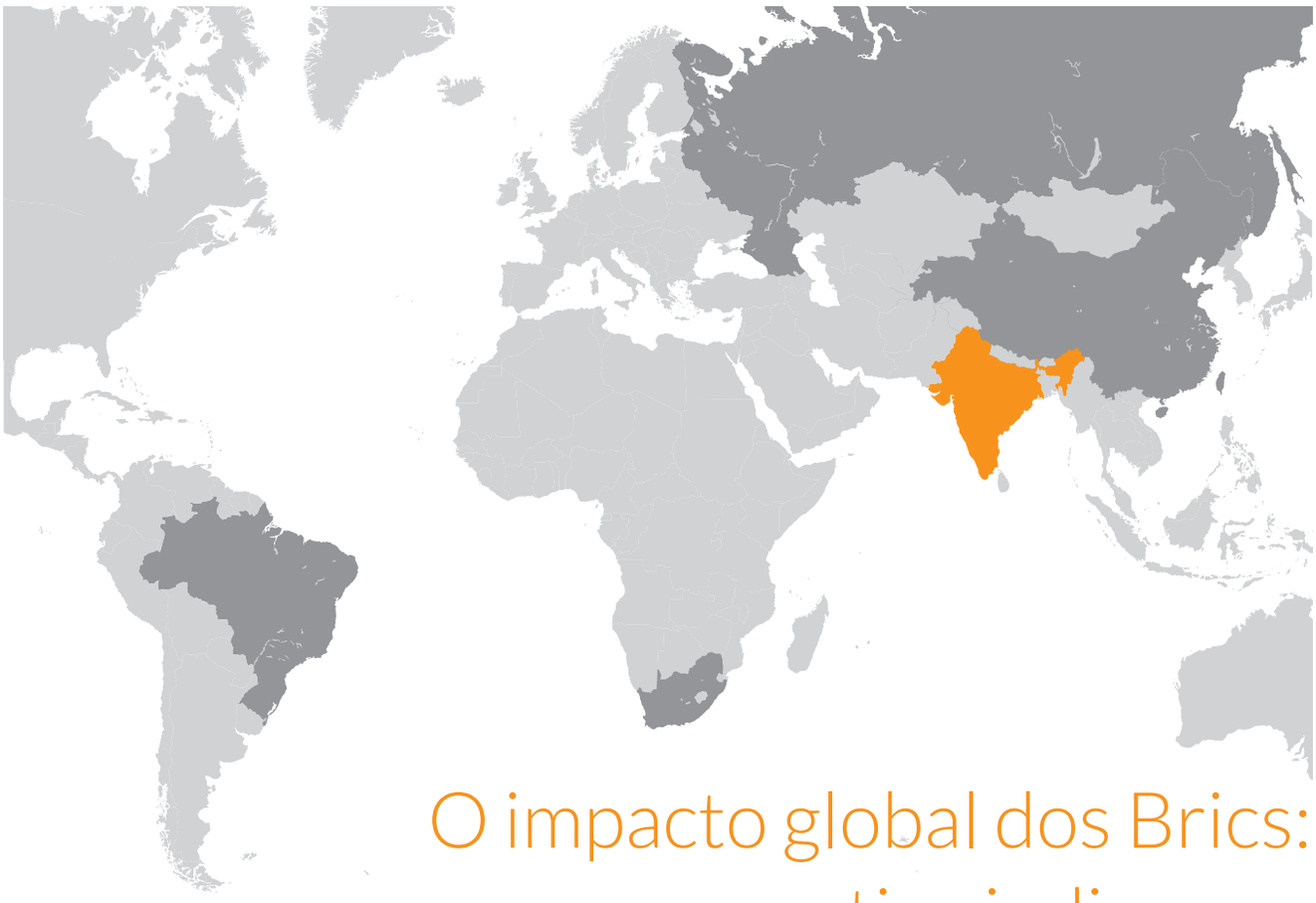
Este caderno especial – ***Brics: novas configurações do poder global?*** – recolhe as contribuições apresentadas no seminário de mesmo título que o Ibase organizou conjuntamente ao Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Netsal/Iesp-Uerj). Entre os dias 17 e 18 de novembro de 2014, pesquisadores de várias partes do mundo, oriundos da universidade e do mundo da política, se reuniram no Museu da República, no Rio de Janeiro, para discutir esses temas. Além da análise detalhada dos processos que juntam e afastam esses países, em diversos planos, bem como de sua inserção internacional e da conjuntura atual, a pauta que se pode e deve pensar desde a sociedade civil foi tema de grande relevância na discussão.

Pareceu-nos que o seminário havia sido tão produtivo que não seria justo guardar seus debates apenas para aqueles que dele participaram. Assim, pedimos aos panelistas uma breve contribuição escrita que sintetizasse sua apresentação. Eles nos responderam e aqui temos enfim textos que, mesclando competência intelectual com intuição política, nos possibilitam pensar essa nova situação global, o papel desses países e, em particular, a posição e estratégia brasileira frente a ela.

Essas reflexões nos possibilitam pensar essa nova situação global, o papel desses países e, em particular, a posição e estratégia brasileira frente a ela.

Queremos, assim, agradecer aos nossos convidados pela participação no seminário e pelo envio de seus textos, bem como agradecer à Oxfam, à Fundação Ford e à Fundação Mott pelo apoio financeiro, que possibilitou a realização desse seminário e seus desdobramentos.

Vale notar, finalmente, que a parceria entre o Ibase e o Netsal mostrou-se fecunda, juntando intelectuais e ativistas cujas práticas se misturam e realizam de diversos ângulos. Ela permitiu um interessante processo de troca, algo pouco comum em nossos dias, mas que, mais uma vez, tendo chance de ser testado, evidenciou seu valor.



O impacto global dos Brics: uma perspectiva indiana

Abdul Nafey

Professor da Escola de Estudos Internacionais da Universidade Jawaharlal Nehru, Nova Deli

Jim O'Neill, da Goldman Sachs, levantou uma indagação: seriam os Brics o próximo grande salto? Para ele, a resposta era afirmativa: nunca antes na história do capitalismo a economia cresceu em ritmo tão acelerado e de forma tão sustentada como está acontecendo no Brasil, na Rússia, na Índia e na China. Os quatro países mais populosos do mundo representam a maior demanda de investimentos e oferecem os mais elevados retornos. Segundo O'Neill, os Brics sobrepujarão as economias do G-7 em meados de 2050.

Os ministros das Relações Exteriores dos Brics se reuniram em encontro paralelo à sessão da Assembleia Geral da ONU de 2006 para transpor a ideia para o campo da diplomacia. Na verdade, o mérito dessa iniciativa política de longo alcance deve ser creditado ao presidente da Rússia, Vladimir Putin, que convocou a primeira reunião de cúpula dos Bric em 2009. Tratava-se de uma ideia e de uma visão prospectiva com grande potencial e com vastas possibilidades geopolíticas e econômicas, e assim permanece.

A entrada da África do Sul no grupo, por ocasião de sua terceira reunião de cúpula na cidade chinesa de Sanya, tornou a iniciativa geograficamente global. Desde então, a sigla do grupo passou a ser Brics.

Os Brics vêm diretamente do futuro, trazendo luz, hoje, sobre o que pode vir a ser o mundo de amanhã. Sua presciência e sua habilidade no tratamento de diversas questões primordiais revelaram-se de imediato, como, por exemplo, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e as respostas políticas e diplomáticas às crises da Líbia, da Síria e da Ucrânia.

Esses países constituem um grupo geopolítico que desaprova determinadas normas e práticas do Ocidente que violam de forma grave a soberania nacional e os regimes. Assim, o grupo convergiu para uma firme posição comum em resposta à intransigência do Ocidente em relação às crises na Líbia, na Síria e, ultimamente, na Ucrânia. A crise na

Ucrânia parece ter criado uma espécie de parentesco entre o grupo. Os Brics deram seu apoio "tácito" à ação da Rússia de convocação de um referendo na Crimeia, preveniram uma ação precipitada por parte do Ocidente e contribuíram para a quase ineficácia da resolução da Assembleia Geral da ONU, que havia condenado a Rússia, através de hábeis ações diplomáticas e políticas. Essa determinação política e elegância diplomática, por outro lado, não foram vistas durante a crise na Líbia. Em Sanya, os Brics satisfizeram-se com uma resolução que expressava suas preocupações com relação aos acontecimentos no Oriente Médio e no Norte da África (Mena). Um mês antes, em março de 2011, Brasil, Rússia, Índia e China se haviam abstido, enquanto a África do Sul havia apoiado a resolução do Conselho de Segurança n. 1.973, que impunha uma "zona de exclusão aérea" sobre a cidade de Benghazi, em poder dos rebeldes, e autorizava "todas as medidas necessárias" para proteger a população civil. Para grande desapontamento dos Brics, os objetivos do Ocidente se alteraram: a "zona de exclusão" tornou-se uma desculpa para bombardear indiscriminadamente o resto do território líbio e, em vez de proteger a população civil, a Otan decidiu destituir o regime de Kadhafi. Os três países do Fórum Ibas – Índia, Brasil e África do Sul – eram membros do Conselho de Segurança da ONU e haviam apoiado a resolução anterior (n. 1.970), enquanto a Rússia e a China haviam preferido a abstenção, o que enquadrou a crise líbia em termos da norma R2P (responsabilidade de proteger) e impôs sanções, congelou ativos e submeteu Kadhafi à Corte Penal Internacional (ICC). A confiança dos Brics na intervenção humanitária do Ocidente foi traída no momento em que a Otan fez vista grossa sobre as graves violações dos direitos humanos por parte da oposição fortemente armada e resolveu destituir o regime de Bashar Assad na Síria.

Os Brics estão contribuindo com os pontos fortes das competências individuais de seus países para cimentar ainda mais o grupo. A Rússia está liderando o dinamismo do grupo e articulando sua determinação política para testar a intransigência e o intervencionismo do Ocidente. Os demais países do grupo são países em desenvolvimento cujas chances de crescimento continuam prejudicadas pelos legados do colonialismo e do neocolonialismo. A construção da nação é um projeto histórico e sociológico no Brasil, na Índia, na China e na África do Sul. Ser autônomo é uma questão de identidade nacional e, portanto, tornar-se desenvolvido e soberano é algo mais do que aspirar a um Estado. As deliberações dos Brics em Fortaleza transparecem alguns desses sentimentos e reflexões.

Será que o grupo dos Brics constitui uma nova configuração de poder global? Estará ele marcando um "deslocamento tectônico" nos negócios internacionais; um declínio do "Ocidente" e uma ascensão do "resto"; o fim do sistema "westfaliano" de Estados soberanos? Como é que os próprios Brics veem o grupo e seu lugar no sistema internacional? Diversamente das análises prevalentes, a visão do Brics sobre si mesmo é mais modesta e pragmática.

A confiança dos Brics na intervenção humanitária do Ocidente foi traída quando a Otan fez vista grossa sobre as graves violações dos direitos humanos por parte da oposição fortemente armada e resolveu destituir o regime de Bashar Assad, na Síria.

O grupo está se institucionalizando de forma veloz e o campo de seus interesses vem se expandindo de forma significativa. As reuniões tornaram-se mais frequentes e estão sendo realizadas em diversos níveis. O alcance e a frequência dessas reuniões estão provocando a convergência de pontos de vista e interesses e, o que é mais importante, a empatia entre os membros. Isso, por si só, já é uma grande realização.

Três países do grupo estão ligados por fronteiras contestadas, além do fato de serem potências nucleares com grande capacidade militar e tecnológica. Qualquer interação entre dois deles, como um simples apertar de mão entre seus líderes, é cheio de significados geopolíticos. Os Brics trouxeram o Brasil, do canto esquerdo mais afastado, e a África do Sul, do profundo Sul, para a massa de terras eurasiana e para a zona do Indo-Pacífico, áreas prestes a se tornarem a principal karambhoomi (arena de ação) do grupo. Com uma população de 2,5 bilhões

Com uma população de 2,5 bilhões de pessoas, uma vasta extensão territorial e grandes capacidades, três países do grupo (os RICs) não são de ficar apenas nas palavras.

de pessoas, uma vasta extensão territorial e grandes capacidades, três países do grupo (os RICs) não são de ficar apenas nas palavras. Atingir o equilíbrio interno já é, em si mesma, uma tarefa essencial para a própria sobrevivência do grupo. Os líderes do Brics não idealizaram o grupo de forma antagonista. Existem grandes diferenças entre seus membros em uma pletora de questões, mas eles não estão procurando resolvê-las através de uma simples convergência. Os países do grupo compartilham o mesmo pensamento no que diz respeito a várias matérias ligadas à governança global, como, por exemplo, o direito de voto no FMI, mas não estão com pressa de forçar as coisas no nível internacional. Por outro lado, eles têm posições diferentes sobre outras questões, como, por exemplo, a reforma do Conselho de Segurança da ONU, posições que, provavelmente, não se atenuarão. Além disso, existem problemas bilaterais entre eles, mas, para o bem da unidade do grupo, não há tentativas de resolver ali essas diferenças e disputas. Um exemplo é a questão fronteiriça sino-indiana. Apesar disso, os líderes estão ávidos para criar novas áreas de cooperação. Um comentário editorial declarou que o grupo, em Fortaleza, "estava discutindo sobre a criação de uma alternativa regional de segurança à Otan" (New York Times, 23 de julho de 2014).

Os Brics não se veem como líderes de alguma espécie de liga anti-imperialista e, menos ainda, como algum tipo de frente revolucionária buscando transformar a ordem mundial existente. Cada nação do grupo mantém relações vitais com os Estados Unidos, algumas delas são até "parceiras estratégicas" desse país. Por exemplo, a China detém cerca de 1,4 trilhões de dólares em bônus e títulos do tesouro americano, tem reservas de divisas da ordem de 3,82 trilhões de dólares e um montante anual bilateral de comércio que ultrapassa 562 bilhões de dólares.

Internamente, os Brics são um grupo assimétrico. A constituição de seu banco (o NDB) atrasou dois anos porque a China havia, inicialmente, solicitado uma participação maior no banco. Finalmente, a diplomacia prevaleceu quando o Brasil e a Índia convenceram os demais participantes de que a participação deveria permanecer igualitária entre eles. O NDB deverá ser gerenciado de forma profissional, e os países estão contribuindo com seu próprio "nicho de especialização" para que isso aconteça. A China tem grande experiência na condução do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e do Banco de Desenvolvimento da China (CDB). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) brasileiro, por sua vez, é maior do que o Banco Mundial. A Índia é considerada como competente na elaboração de normas e no desenvolvimento de práticas para o funcionamento multilateral. Sua presidência deverá contribuir para a eficácia e a sustentabilidade do banco no longo prazo.

O NDB constitui o grande avanço no processo de institucionalização do grupo. O capital principal, de 100 bilhões de dólares, assegurará o financiamento do desenvolvimento, enquanto o Fundo de Reserva de Contingência (CRA), também de 100 bilhões de dólares,

O poderio e as capacidades nacionais poderão divergir ainda mais e a uma cadência cada vez maior, tal o dinamismo econômico, cultural e tecnológico desses países.

permitirá mitigar as crises do balanço de pagamentos. Teme-se que o NDB precise de cinco a sete anos para se tornar funcional, já que os países membros deixaram de estabelecer um prazo para esse funcionamento. Cada país deverá contribuir com 2 bilhões de dólares e, a partir dessa contribuição inicial, prosseguirá até completar seu aporte de 20 bilhões. Esperava-se que o CRA pudesse começar a operar antes da reunião de cúpula em Ufa, na Rússia, em junho de 2015. Para a constituição desse fundo, foi acertado que a China contribuiria com 41 bilhões de dólares americanos, o Brasil, a Rússia e a Índia, com 18 bilhões cada e a África do Sul, com 5 bilhões de dólares.

O NDB seguirá o caminho trilhado pela China. A segunda maior economia do mundo poderá tentar reivindicar um grau de influência maior sobre o banco para expandir seu poder político no mundo, ou, então, simplesmente, marginalizá-lo através de seus próprios empréstimos e investimentos, feitos através do CDB e do AIIB. Os Brics manterão um mínimo de 55% do capital votante. Alguns analistas, entretanto, consideram que a China poderia aumentar sua posição trazendo novos membros para sua própria esfera de influência.

Os Brics precisam reavaliar o prisma de poder e de capacidades que continua a guiar suas percepções e ações estratégicas.

Os países membros terão de aprender a sobrepujar a desconfiança mútua e as contradições internas, mas, acima de tudo, precisarão ajustar-se às assimetrias interiores, inclusive aquelas que surgem na esteira do crescimento da China. O poderio e as capacidades nacionais poderão divergir ainda mais e a uma cadência cada vez maior no decurso do tempo, tal o dinamismo econômico, cultural e tecnológico desses países. Hoje, inegavelmente, o Brasil está menos “periférico” e mais “desenvolvido” do que antes; assim como a Índia está buscando não apenas uma “autonomia” estratégica, mas um “papel” para si mesma; a Rússia permanece “ressurgente” nos seus laços, especialmente com o Ocidente; e a China pode já ter “se erguido”.

Na crise financeira global (GFC), há méritos na sustentação da tese de um G-2. A China, por si só, acentua a assimetria interna no interior dos Brics pelo fato de representar, sozinha, metade do PIB dos Brics. Tem sido dito que a China já é conhecida por não se envolver em empreendimentos no exterior, a não ser que ela exerça, senão o controle total, pelo menos um domínio substancial sobre sua gestão. Mas isso é válido para todos os países que constituem os Brics. O NDB terá sua sede em Xangai, sob a presidência da Índia e, a seguir, do Brasil e da Rússia. Essa foi uma espécie de solução de compromisso que foi trabalhada em Fortaleza. Mas a forma pela qual esse esquema, por assim dizer, terá

condições de contrabalançar o poderio financeiro da China é algo que está longe de estar esclarecido. A China também está desalinhada com seus parceiros do Brics em diversas questões bilaterais. Ela é o maior parceiro comercial, ou o segundo parceiro, de todos os membros. A importação de bens manufaturados na China está provocando apelos a medidas "anti-dumping" no Brasil. A depreciação artificial do yuan torna as exportações chinesas mais baratas. Além disso, seus investimentos diretos no exterior (FDI) e empréstimos são feitos através de bancos do setor público, o que traz o temor de que suas decisões sejam influenciadas pelos interesses estratégicos do Estado chinês.

Os Brics precisam reavaliar o prisma de poder e de capacidades que continua a guiar suas percepções e ações estratégicas. O que precisam, simplesmente, é "apear da sela" das atitudes realistas e criar interdependências integradoras. Os mecanismos dos Brics podem já estar trabalhando nesse sentido. A cada reunião de cúpula realizada, os países dos Brics expandem seu escopo de ação. A cúpula de Yekaterinburg emitiu uma declaração conjunta sobre a segurança alimentar global e, em Brasília, os países membros firmaram um memorando de cooperação entre os bancos de desenvolvimento dos países do grupo. A prática de discussões temáticas iniciou-se em Sanya, reunião durante a qual os líderes deliberaram sobre a proposta "visão ampla e prosperidade compartilhada". O tema da cúpula de Nova Delhi foi "estabilidade global, segurança e prosperidade". O encontro de Durban, por sua vez, trouxe um tema adicional: "os Brics e a África – parceria para o desenvolvimento, integração e industrialização". Em Fortaleza, foi escolhido o tema "crescimento inclusivo: soluções sustentáveis" para as deliberações. Uma nova convenção se delineou quando a África do Sul trouxe a União Africana para a reunião de cúpula dos países dos Brics. A presidente Dilma Rousseff facilitou uma reunião entre os membros da Comunidade de Estados da América Latina e do Caribe (Celac) e os líderes dos Brics em Fortaleza. Os Brics estariam organizando suas próprias regiões? Os que forem a Ufa necessitarão ser observados? A Rússia abrigou as cúpulas da Organização para a Cooperação de Xangai (SCO) e dos Brics em Yekaterinburg. Poderia estar para acontecer algum inter-relacionamento entre a SCO e os Brics em Ufa?

Em Brasília, a cúpula dos Brics abrigou virtualmente uma cúpula do Fórum da Ibas. Mas, agora que a África do Sul faz parte dos Brics, será que permanecerá ainda a necessidade de um Fórum da Ibas em separado? Novas e mais questões terão em breve de ser trabalhadas pelos Brics. A China está maciçamente envolvida na América Latina e propõe um comércio nos dois sentidos de cerca de 500 bilhões de dólares e investimentos de cerca de 200 milhões de dólares no decorrer dos próximos dez anos. Esse país emprestou centenas de bilhões de dólares, inclusive ao Brasil, que tem sido o grande beneficiário desses empréstimos nos últimos dez anos. E, como o Brasil quer unificar a América do Sul, a China pode acabar unificando o Celac inteiro sob sua própria liderança.

Os Brics estão buscando coordenar um grande numero de questões. A Declaração de Fortaleza tem cerca de 8.500 palavras e consiste de 72 resoluções e de um plano de ação, além de novas áreas de coordenação. Mas existem ainda outras áreas de cooperação, tais como o reconhecimento mútuo de diplomas da educação superior, o diálogo entre os institutos de planejamento de política exterior etc. Da mesma forma, o "Plano de ação" sugere 23 áreas para ação até a próxima cúpula, em Ufa. A cúpula de Fortaleza analisou o "Plano de ação" aprovado em Durban e expressou satisfação no que diz respeito ao seu progresso. O "Plano de ação" de Fortaleza faz menção, entre outros, a encontros regulares dos assessores nacionais de segurança (NSAs), que já se reuniram cinco vezes desde janeiro de 2013, e a reuniões do Brics Friendship Cities etc. Todas essas reuniões ocorreram em suplemento às reuniões ministeriais de alto nível. A "Resolução 32" da Declaração de Fortaleza faz menção a reuniões preparatórias que antecederam a cimeira, como, por exemplo, a Terceira Reunião do Conselho de Negócios e a Sexta Reunião do Fórum Acadêmico, além de outras. Em Fortaleza, a Rússia sugeriu novas medidas na área da segurança de combustíveis, inclusive um banco de reservas de combustíveis – proposta essa encaminhada aos sherpas dos Brics para uma discussão mais aprofundada. O primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, sugeriu intercâmbios de nível subnacional entre estados e cidades dos países do Brics etc.

Nesses seis anos, o grupamento dos Brics adquiriu uma identidade própria. O sistema internacional de hoje é policêntrico e multi-Estado. Existem, hoje, vários centros de poder de várias abrangências, poderio e durabilidade. O inter-relacionamento entre esses centros é de grande importância para a evolução da ordem mundial. O grupo dos Brics é o maior e o mais futurístico deles. O ano de 2015 poderá ser testemunho de um grande impulso por parte desse grupo na direção da reforma das instituições de governança global. Este ano marcará o 70º aniversário da ONU e o décimo da promessa de reformas feita por ocasião da Assembleia Mundial de 2005.

Um olhar sobre os Brics a partir do Brasil

Cândido Grzybowski
Sociólogo e diretor do Ibase

Considero extremamente oportuna uma discussão entre universitários e ativistas sociais sobre o significado da formação do bloco Brics e seu impacto na configuração do poder global. Essa não é uma questão fácil. Mudanças geopolíticas são intrínsecas ao capitalismo, um modelo civilizatório que tem como motor a acumulação de riquezas sem limites, baseada em conquistas, colonização, mercantilização, industrialismo, produtivismo e consumismo, com ciência, inovação e "livre" competição no nível do mercado, com dominação de Estados sobre territórios, povos e mentes, com imperialismos e suas áreas de influência, vencendo sempre os mais fortes, com arsenais militares e guerras, se necessário for. Ou seja, mudanças geopolíticas são vitais, mas nada indica que elas sejam naturalmente portadora de alterações substantivas do poder político do capital e suas corporações, cada vez mais globais e gigantes, sem limites em seus negócios.

Presidentes fecham acordo para o novo Banco dos Brics

É um sistema que produz, ao mesmo tempo, riqueza e luxo para poucos, pobreza e lixo para muitos.

Crise e mudanças geopolíticas

Estamos num contexto de crise desse sistema capitalista, do modelo civilizatório. Esse é o pano de fundo das mudanças em curso. De um lado, a crescente desigualdade social gerada pelo modelo, hoje de forma globalizada, mostra que se trata de uma economia voltada para a acumulação de lucros, e não para a satisfação de necessidades. Essa desigualdade é sintetizada no que os Occupy Wall Street levantaram como emblemático quando estourou a última grande crise: os 1% de ricos contra os 99% restantes da humanidade. Por outro lado, o sistema depende de uso intensivo de recursos naturais, o que causa destruição ambiental acima da capacidade regenerativa da natureza, já tendo sido afetada a integridade de vários sistemas ecológicos, levando à mudança climática. É um sistema que produz, ao mesmo tempo, riqueza e luxo para poucos, pobreza e lixo para muitos. Enfim, é insustentável social e ambientalmente, de forma intrínseca, como condição histórica de seu existir. Hoje, cinquenta corporações econômico-financeiras têm receitas individuais maiores que o PIB de uma centena de países. As tensões e conflitos se multiplicam no interior dos países e entre os países, alimentadas pelas contradições desse modelo civilizatório.

Nunca é demais lembrar que se trata de uma civilização eurocêntrica, ocidental, do Atlântico Norte, que inventou a colonização e a escravidão modernas, criou o mercado mundial e a globalização recente. Não é somente um sistema de produção, com seu produtivismo e consumismo. Trata-se de um sistema de poder e de dominação, machista e racista, de valores individualistas e de estilos de cultura que tendem a impor homogeneidade, deslegitimando e combatendo tudo o que é diverso ou contestador. As resistências e insurgências de classes sociais e de povos, porém, são também intrínsecas ao sistema, o que o obriga a se militarizar. Como, contudo, a competição entre grupos, corporações empresariais, bancos, mídia e poderes são o motor desse sistema, ele cria permanentemente poderes estatais hegemônicos, subalternos e dominados. É em tal caldo de luta que se organiza o poder e o governo globais, configurando a geopolítica mundial. Seu epicentro continua sendo o Ocidente, até aqui, e, em particular, os EUA, após a queda do muro de Berlim e o fim da bipolaridade da Guerra Fria. Mas nem sempre foi assim.

Estados nacionais "soberanos" e hegemonia imperialista do Estado, com poder econômico e militar, científico e cultural, com organizações multilaterais subsidiárias, definem a geopolítica. A disputa de mercados é uma disputa política que gera imperialismos, cada um com seu modo de operar. Nos primórdios do capitalismo, Portugal e Espanha se destacaram. Depois veio a Holanda. Com a Revolução Industrial, ascende a Inglaterra, em disputa com a França. Nunca é demais lembrar que a Inglaterra já controlou diretamente, como metrópole colonial ou neocolonial, meio mundo. As duas Grandes Guerras Mundiais, gestadas por esse capitalismo socialmente excludente, guerreiro e predador da natureza, não permitiram à Alemanha substituir a Inglaterra, mas destruíram o império desta última e permitiram a emergência do imperialismo ianque. Os EUA, em função da Guerra Fria com a URSS, financiaram a recuperação da Europa e do Japão, mas isso não foi mais do que estratégia de consolidação de sua hegemonia plena.

Como, nesse quadro, analisar a "emergência" da China e, com ela, dos outros países dos Brics? Que "emergência" é essa? Considero uma unanimidade pensar que a expansão econômica desses países nada mais é que um boom capitalista, algo do mesmo modelo industrialista-produtivista-consumista, com exclusão social e destruição ambiental. Pior, pois, no país de mais sucesso e que parece ter potencial de ameaçar a hegemonia americana, trata-se de um capitalismo extremamente autoritário, induzido pelo Estado, sob controle total do Partido Comunista chinês! O que isso significa de mudança?

No capitalismo, em sua curta história, embora social e ambientalmente destrutiva, o sobe e desce de potências faz parte do jogo. É o que a competição como regra – lei da selva em que vence o mais forte – gera de forma contínua. Empresas crescem e caem. Países são hegemônicos e perdem guerras, onde tudo vale como regra. Enfim, a morte e a destruição são intrínsecas ao capitalismo. O sobe e desce é seu modo de ser. Para alguns "emergirem", outros devem "submergir". Será que desta vez a ascenção da China e dos seus aliados nos Brics vai significar o enterro da Europa, por exemplo? Afinal, a crise é particularmente lá, no berço do capitalismo eurocentrista!

Mesmo admitindo que uma profunda mudança geopolítica é possível – afinal, virar um capitalismo puxado pela velha Ásia seria dar um adeus ao eurocentrismo, ao menos –, sem mudança do sistema capitalista na sua essência, o que isso pode representar para a humanidade? Um cenário melhor, descarto inteiramente; igual é que não ficaria; mas o que considero mais possível é um cenário de um capitalismo ainda mais excludente, violento e destruidor da natureza, com as autoritárias China e Rússia e seus arsenais nucleares e poder econômico, subsidiadas pela Índia, pelo Brasil e pela África do Sul, ditando regras de dominação nada baseadas em direitos humanos ou na democracia. Enfim, que mundo que vivemos!

Os Brics: o pragmatismo que pode levar ao desastre

No meu ponto de vista, os Brics se formaram por puro pragmatismo no contexto da crise recente. Começou como aliança multilateral para fazer face a um sistema que, no seu coração – os EUA –, estava sem comando e sem rumo, mas a coisa não é mais assim. A lógica de crescer e conquistar o mundo contaminou a aliança oportunista. Agora o grupo se vê mais importante do que de fato é, mas não dá para ignorar as suas pretensões, sobretudo a visão estratégica que a China tem dos Brics. Mas, como tudo no capitalismo, a busca do tal "próprio interesse" faz com que estratégias acordadas hoje sejam traídas amanhã. É assim que o sistema funciona. Afinal, acima de tudo, a China quer ser considerada por seu tamanho e sua importância no tabuleiro de poder mundial, mas sabe de suas limitações intrínsecas. Afinal, se seu PIB já pode ser superior ao dos EUA, sua capacidade científica e técnica e seu poder militar não o são. E o dólar ainda é a moeda soberana das enormes reservas chinesas.

O fato é que os Brics cresceram desde a crise. Seu crescimento pode ser medido também pela menor importância que os governos desses países, do Brasil inclusive, passaram a dar a outras alianças de dimensão geopolítica. No caso brasileiro, a estratégia internacional como que se realinhou com os Brics, perdendo importância o Mercosul, a Unasul e tudo mais. A prioridade brasileira parece ter se tornado os Brics. Olhando a política internacional brasileira nos anos recentes, é isso que sobressai.

Os Brics resolveram criar seu banco de desenvolvimento e um fundo de estabilização. Num documento dirigente do Banco do Povo (BC da China) a que tive acesso durante o Fórum Acadêmico dos Brics, em Duban, na África do Sul, em 2013, falava-se claramente da necessidade de acabar com a hegemonia do dólar e do euro, assim como de formas de imposição de regras à economia mundial. Propunha-se que os Brics caminhassem para criar seu banco e sua moeda, começando por intensificar o comércio intragrupo e nas próprias moedas. Também se propunha tomar o poder nas organizações multilaterais existentes, coisa que aconteceu em seguida com a eleição de um brasileiro para a OMC, com apoio dos Brics e da maioria dos países

Em 2013, falava-se claramente da necessidade de acabar com a hegemonia do dólar e do euro. Os Brics resolveram criar seu banco de desenvolvimento e um fundo de estabilização.

subdesenvolvidos do mundo. Em Fortaleza, no Brasil, em 2014, foi criado o tal Banco dos Brics, uma real mudança em relação ao Banco Mundial, até então hegemônico.

Qual o potencial dos Brics? Em que eles poderiam ser um mudança? Bem, a dinâmica mundial muda quase no dia a dia. A crise na Ucrânia botou a Rússia na berlinda e, claramente, a está afetando econômica e politicamente, no caso, na sua "re-emeregência" como potência. A China, sob nova liderança, que tenta recuperar o papel do Partido Comunista chinês como epicentro do processo interno de "emergência" capitalista da China, está desacelerando o seu Titanic econômico, voltado às exportações e priorizando, parece, o mercado interno, o controle da tragédia ambiental e políticas mínimas de proteção social aos seus pobres, contados em centenas de milhões. A Índia ainda apresenta crescimento capitalista, mas até quando não se sabe. De todo modo, não pode substituir a China como importadora de commodities, base da expansão havida no Brasil e na África do Sul. A conjuntura está difícil também para

os Brics. Mesmo o que eu considerei o pior cenário possível pode dar lugar a tudo no mesmo lugar... e em crise larval.

O Brasil de que o mundo precisa

Como analista, ativista e brasileiro, tenho pensando muito sobre o Brasil de que o mundo precisa. Por que, a nosso modo tupiniquim, frustramos a esperança por mudanças substantivas, ao menos por uma sinalização delas, do caminho possível para a transição transformadora deste aqui e agora? Considero o transformismo do PT – no sentido que Gramsci lhe dá – como o centro da questão. Para chegar ao poder, o PT renegou a sua origem de radicalismo democrático e apostou numa aliança "desenvolvimentista" de tipo sindical-empresarial. Com isso, o PT desenhou sua governabilidade e, ao mesmo tempo, viabilizou um projeto de Brasil potência capitalista emergente, mesmo que ainda subalterno, como de fato se tornou. Há de se reconhecerem as condicionalidades sociais e democráticas impostas pelo PT, que deram aos governos petistas uma cara de social-democracia e algo de keynesianismo. Ganhos sociais de tal aliança do PT são evidentes, tanto em empregos gerados, aumento do salário mínimo, políticas de proteção social, acesso dos mais pobres à universidade etc.

Mas o que aconteceu com o Brasil no mundo? O governo PT começou com uma importante flexão nas relações internacionais, priorizando a novidade de relações Sul-Sul. Apoiou o enterro da Alca, conquista mais da cidadania regional do que dos governos encurralados, apostou no Mercosul e na Unasul, mas – e aí está a frustração – cedeu ao pragmatismo comercial, aliando-se ao que veio a ser seu principal parceiro, a China. Aí degringolou. O Brasil renunciou aos princípios éticos dos direitos humanos e da democracia nas relações multilaterais; na verdade, renunciou a ser força de tensão por mudanças e resolveu priorizar interesses comerciais. Pior, renunciou a um projeto de industrializar o país ao modo do discurso desenvolvimentista cepalino e apostou tudo na reprimarização de sua economia. Até em termos capitalistas, oficialmente, aceitamos ser um país provedor de commodities em um capitalismo sempre faminto de recursos naturais. Triste sina!

O Brasil cresceu, mas... se tornou democrática, social e ambientalmente menos sustentável. Não foi nesse projeto que o lado mais ativo e militante da sociedade civil brasileira imaginou iniciar o processo do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2001. Frustração é o que sobra. Parodiando o poeta russo Evtuchenko, a bandeira verde e amarela que tremula no seio da sociedade civil brasileira, que busca transformação democrática do modelo civilizatório do capitalismo, não é a mesma que tremula em Brasília.

A bandeira verde e amarela que tremula no seio da sociedade brasileira não é a mesma que tremula em Brasília.

Como conclusão, mas pensando o futuro

Temos, sim, mudanças no mundo, inclusive geopolíticas. A questão recente ligada à geopolítica do petróleo mostra que mudanças ocorrem provocadas pelas disputas das grandes corporações econômico-financeiras e pelos poderes estatais que delas dependem. O mundo está em crise e em mudança. Mas nada do que existe e dos processos que parecem irreversíveis são ganhos por quem quer que seja. O que parece impossível pode acontecer um dia e transformações podem acontecer. Podemos sempre pôr nosso ativismo na direção de tornar viável a mudança. Sempre assim é que se faz a história. Se mudanças geopolíticas desejadas não estão acontecendo hoje, elas ainda podem acontecer. A tarefa está nas nossas mãos, cidadania emergente num mundo globalizado. Saberemos dar conta?

O Brasil na cooperação Sul-Sul: avanços e contradições

Carlos R. S. Milani

Professor e pesquisador no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj)

No Brasil, os debates sobre política externa e sua relação com a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) mudaram de tom a partir do momento em que o governo brasileiro e suas distintas agências passaram a desempenhar papel crescente também na qualidade de país que oferece projetos de cooperação. É bem verdade que o Brasil participara, desde os anos 1960, de programas de cooperação, de parcerias com outros países de renda média e de renda baixa. No entanto, foi somente a partir dos anos 2000 que seu papel se tornou mais denso do ponto de vista quantitativo e qualitativo. A CID passou a integrar mais plenamente o debate sobre os rumos da política externa e a ser vista como ferramenta de projeção de poder. A partir dos anos 2000, com a mudança na escala da política externa brasileira, transformou-se também o perfil da atuação do Brasil na CID.

O Brasil havia sido, tradicionalmente, beneficiário de programas e financiamentos. De fato, o Brasil (como outras potências emergentes) ainda recebe assistência oficial para o desenvolvimento (AOD) de países da OCDE. Em 2012, China, México e Turquia encontravam-se na lista dos dez primeiros beneficiários da França. Nesse mesmo ano, Índia, China, Turquia, Brasil, Indonésia e Peru constavam da lista dos dez primeiros destinos da AOD da Alemanha, terceiro maior doador membro do CAD nesse ano. O Brasil recebeu em 2009 310 milhões de dólares em AOD; em 2010 foram 403 milhões; chegando a 648 milhões em 2011; e a pouco mais de um bilhão em 2012, segundo dados disponíveis na plataforma on-line do CAD da OCDE.

Percebe-se, entre os principais doadores do Norte, que a agenda de relações bilaterais é variável fundamental para entender as prioridades de cada país, salvo no caso do Reino Unido, cuja AOD é canalizada majoritariamente por meio de agências multilaterais. Os EUA têm mais de 80% de sua AOD transferida por via bilateral. No meio universitário, há inúmeras interpretações sobre as motivações dos Estados ao desenvolverem políticas de cooperação ou, como se costuma chamar em alguns países do Norte, de ajuda internacional (foreign aid). As motivações variam desde a necessidade de formação de alianças, alinhamentos ideológicos, benefícios políticos, relevância estratégica e militar, busca de influência multilateral, abertura de mercados comerciais, valores humanitários, entre outras. No caso das "potências emergentes", podem ser considerados fatores relevantes a identidade histórica e política compartilhada entre países em desenvolvimento, a oferta de uma expertise que seria mais apropriada porque adaptada a contextos semelhantes, a rejeição de relações hierárquicas entre um doador e um receptor, bem

como a relevância da cooperação que produza benefícios mútuos. Pouco se sabe, ainda, sobre as práticas da cooperação Sul-Sul (CSS) e sobre as conexões e contradições entre essas práticas e as motivações dos Estados que as implementam. Muitas pesquisas estão em curso.

No entanto, ao abrirmos a análise do tema da CSS para o âmbito doméstico dos Estados, entre eles o Brasil, deve-se considerar a multiplicidade de experiências, agendas e atores, bem como os distintos desenhos institucionais concebidos pelas agências de cooperação. Os interesses dos atores domésticos nem sempre são convergentes, podendo incrementar tensões e conflitos, ainda mais no caso de inexistir, como no Brasil, uma verdadeira política pública e institucionalizada de cooperação. A Agência Brasileira de Cooperação, criada em 1987, gerenciava, até recentemente de modo prioritário, os projetos e financiamentos recebidos. Falta-lhe, ainda hoje, capacidade institucional para coordenar, monitorar e avaliar o conjunto de projetos de cooperação oferecidos pelo Brasil. Em 2010 e em 2013, o Ipea, em parceria com a ABC, publicou os primeiros relatórios sobre a cooperação brasileira, em que aparecem as prioridades temáticas (agricultura, saúde, educação) e geográficas (América Latina e África, sobretudo os países de língua oficial portuguesa). O Brasil não se apresenta como doador, mas como parceiro de outros países em desenvolvimento.

De acordo com dados oficiais publicados pelo Ipea e pela ABC, a CID brasileira aumentou de 158 milhões em 2005 para cerca de 923 milhões de dólares em 2010.

De fato, as relações Sul-Sul têm estado presentes nas agendas da política externa brasileira desde, pelo menos, os anos 1960, seja por meio de acordos de cooperação (técnica, científica, educacional, em saúde etc.), seja pela ênfase retórica na importância da solidariedade entre países em desenvolvimento nas relações Norte-Sul (GATT, Unctad, Nova Ordem Econômica Internacional). No entanto, a partir de 2003, ocorre uma virada discursiva com ênfase na cooperação Sul-Sul (CSS) e na diplomacia solidária, acompanhada de crescimento significativo do orçamento público destinado a projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento (CID). De acordo com dados oficiais publicados pelo Ipea e pela ABC, a CID brasileira aumentou de 158 milhões em 2005 para cerca de 923 milhões de dólares em 2010. Não existem dados oficiais disponíveis sobre o período mais recente.

Somente em 2010, cerca de 68% de toda a CID brasileira foi para a América Latina, 23% para a África, 4,5% para a Ásia e o Oriente Médio. No caso da América Latina, os cinco países que mais cooperam com o Brasil constituem 80% de toda a cooperação do país com a região, incluindo Haiti (47%), Chile (16%), Argentina (9%), Peru (4,5%) e Paraguai (4%). No caso da África, os países de língua oficial portuguesa representam 76,5% de toda a cooperação para a região: Cabo Verde é o primeiro (24%), seguido por Guiné-Bissau (21%), Moçambique (13%), São Tomé e Príncipe (10%) e Angola (7%).

Os números mostram claramente que o Brasil acelerou e tornou mais denso o seu envolvimento com a CID em geral e a Cooperação Sul-Sul em particular. É claro que a escala da cooperação brasileira está bastante aquém dos padrões dos principais Estados membros do CAD da OCDE e da China. No entanto, as atividades de CSS do Brasil não envolvem obrigatoriamente transferência financeira direta aos países parceiros, porquanto a CID é estatisticamente concebida como despesa pública em gastos correntes do orçamento anual. Portanto, os dados oficiais do Brasil não incluem empréstimos para investimentos concedidos pelo BNDES, atividades implementadas por entidades subnacionais, nem o perdão de dívidas de outros países em desenvolvimento. Ademais, as estatísticas do Ipea levam em conta apenas os fundos públicos que sejam 100% não reembolsáveis. Outra característica que chama a atenção é que a cooperação técnica é responsável por cerca de 6,3% do total do orçamento de 2010, ou seja, um pouco mais de 57 milhões de dólares; a ajuda humanitária chegou a 17,5%; a cooperação educacional, a 3,8%; a

cooperação científica e tecnológica, a 2,6%; as missões de paz, a 36%; e as contribuições para organizações multilaterais, a 33,7% do orçamento total. Agricultura, saúde e educação são os três principais setores da CSS brasileira, com destaque para a atuação da Embrapa e da Fiocruz.

A cooperação técnica não é uma prioridade em termos de despesa, embora seja celebrada em vários países graças à sua capacidade de adaptação aos contextos locais de outros países em desenvolvimento, mas também pelo fato de que mobiliza experiências de políticas sociais e a expertise de funcionários públicos. Geograficamente, a cooperação técnica brasileira está concentrada em duas regiões principais: América Latina e África. O banco de dados da ABC informa que, entre 1999 e 2012, havia 84 países em desenvolvimento com os quais o Brasil cooperou: quarenta deles eram países africanos, treze do Caribe, onze da América do Sul, outros onze da Ásia, sete da América Central, um da América do Norte (México) e um da Oceania (Papua-Nova Guiné). Entre 2005 e 2010, a América Latina foi a região que recebeu o maior número de projetos de cooperação técnica da ABC, ao passo que a África teve a maior parcela do orçamento da agência.

Essa concentração de projetos na América Latina e na África relaciona-se com a formação histórica da sociedade brasileira (identidades compartilhadas), com interesses estratégicos das empresas em franco processo de internacionalização (petróleo e mineração, infraestrutura e engenharia civil, agronegócio e biocombustíveis) e, mais recentemente, com algumas mudanças em matéria de política externa (novas coalizões de poder). Desde 2003, o governo brasileiro aumentou suas representações diplomáticas em países em desenvolvimento: o Brasil tem hoje 38 embaixadas na África, enquanto os EUA, 55, a França, 50, a China, 41, a Turquia, 35, a Índia, 29 e o México, oito, de acordo com os dados disponíveis nos sites da web dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores. É evidente que o campo de pesquisas se encontra ainda bastante aberto para evidenciar tensões e contradições entre interesses públicos e privados, entre objetivos de longo e de curto prazos ou, ainda, entre promessas ligadas à retórica diplomática e à prática efetiva dos agentes no campo. Existem riscos de que as práticas brasileiras – se não forem bem concebidas, transparentes, monitoradas com frequência, difundidas e debatidas publicamente – reproduzam modelos que, antes, nós mesmos, brasileiros, costumávamos criticar em relação à cooperação Norte-Sul.

Bibliografia

AYLLON, Bruno; SURASKY, Javier. La Cooperación Sur-Sur, Utopía y realidad. Madrid: Ediciones La Catarata/IUDC-UCM, 2011.

BURGES, Sean. Brazil's International Development Co-operation: Old and New Motivations. Development Policy Review, vo. 32, issue 3, p. 355-374, 2014.

CABRAL, Lidia; WEINSTOCK, Julia. Brazil: an emerging aid player. Lessons on emerging donors, and South-South and trilateral cooperation. London: Overseas Development Institute (Briefing Paper n. 64), 2010.

CHATUVERDI, S.; FUES, T.; SIDIROPOULOS, E. (orgs.). Development Cooperation and Emerging Powers: New Partners or Old Patterns? London/N. York: Zed Books, 2012.

GARCIA, Ana S.; KATO, Karina & FONTES, Camila. A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique. PACS, MISEREOR, 2013.

HAYTER, Teresa. Aid as Imperialism. Londres: Penguin Books, 1971.

IPEA (Institute de Pesquisa Econômica Aplicada) & ABC (Agência Brasileira de Cooperação). Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010. Brasília : Ipea : ABC, 2013 (also available in English).

IPEA & ABC. Brazilian Cooperation for International Development 2005-2009. Brasília : Ipea : ABC, 2010.

MAWDSLEY, Emma. From Recipients to Donors, emerging powers and the changing development landscape. Londres: Zed Books, 2012.

MENDONÇA, Patricia M. E.; ALVES, Mario Aquino; NOGUEIRA, Fernando (eds.). Arquitetura institucional de apoio às organizações da sociedade civil no Brasil. São Paulo: FGV, 2013.

MILANI, Carlos R. S. & CARVALHO, Tassia. Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano. Estudos Internacionais, vol. 1, n. 1, p. 11-35, 2013.

MILANI, Carlos R. S. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. Caderno CRH (UFBA), v. 25, p. 211-231, 2012.

MILANI, Carlos R. S.; SUYAMA, Bianca; LOPES Luara L. Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil? São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2013.

PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos R. S. Política Externa Brasileira: as práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

PUENTE, Carlos. A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005. Brasília: FUNAG, 2010.

SANTOS, Tacilla da Costa e Sá Siqueira. Entre o Norte e o Sul: um estudo sobre o papel das organizações da sociedade civil brasileira na cooperação internacional para o desenvolvimento. PhD Thesis (supervisor: Carlos R. S. Milani), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2014.

VEEN, Maurits van der. Ideas, Interests and Foreign Aid. Cambridge: Cabridge University Press, 2011.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. Contexto Internacional, vol. 29, n. 2, 2007, p. 273-335

ZIMMERMANN, F.; SMITH, K. More Money, More Actors, More Ideas for Development Co-operation. Journal of International Development, vol. 23, n. 5, 2011.

Oportunidades e obstáculos à cooperação entre os países do Brics: uma perspectiva da África do Sul

Karen Smith

Professora e pesquisadora do Departamento de Estudos Políticos, Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul

Traduzido do inglês por Jones de Freitas

A cooperação entre os países do Brics é muitas vezes concebida como parte das novas formas de cooperação Sul-Sul (CSS). Isso é claramente problemático por causa da presença da Rússia, que não é parte do Sul Global, seja geográfica ou historicamente, assim como por causa da China, que sofre de certa esquizofrenia quando se trata de identificá-la como parte do mundo em desenvolvimento. Apesar disso, a retórica da cooperação Sul-Sul é utilizada tanto pelos formuladores de políticas públicas quanto pelos estudiosos quando se referem ao Brics. Isso precisa ser problematizado, pois sugere um tipo particular de cooperação, diferente da tradicional cooperação Norte-Sul.

A ideia de CSS tende a evocar uma imagem positiva de solidariedade entre países em desenvolvimento, por meio do intercâmbio de recursos, tecnologia e conhecimentos; e tem como objetivos alterar o equilíbrio internacional de poder e ajudar os países em desenvolvimento a romperem com a dependência da ajuda e alcançarem uma verdadeira emancipação de suas ex-potências coloniais – com o pressuposto básico de que esse processo é sempre mutuamente benéfico (aliás, o benefício mútuo é um dos princípios da CSS identificado pelo Escritório da ONU Para a Cooperação Sul-Sul).

Assim, muitas análises sobre os países do Brics estão baseadas no pressuposto implícito, e algo vago, de que o comércio entre nações envolvidas na CSS seria menos explorador do que aquele entre Sul e Norte; assim como na crença de que as interações econômicas entre países do Sul seriam mais sensíveis às necessidades de desenvolvimento do Sul. Supostamente, isso distinguiria essa relação da cooperação Norte-Sul, na qual a interação é normalmente baseada em relações desiguais de dependência. É preciso haver um maior engajamento crítico na questão de se (e como) a cooperação Sul-Sul, intra-Brics e Brics-Sul Global na prática difere qualitativamente da cooperação Sul-Norte, especialmente porque os países, com frequência, usam os pressupostos positivos sobre a CSS para justificar suas atividades. Por exemplo, a China e a Índia usam esses pressupostos para justificar o que alguns consideram neoimperialismo na África, escondendo-se

atrás do discurso da solidariedade meridional. Da mesma forma, certos aspectos da cooperação da África do Sul com o restante do continente têm sido criticados como hegemônico ou subimperialista. Não podemos pressupor que a cooperação entre os países do Brics e entre estes e o restante do mundo em desenvolvimento não irá promover relações de dependência, especialmente se levarmos em conta a tremenda estratificação entre diferentes Estados no Sul Global.

Ao refletirmos sobre a cooperação entre países do Brics é importante questionar que motivações esses países têm para essa cooperação. Primeiramente, pode-se argumentar que a razão principal da existência do Brics é de natureza pragmática. Sem dúvida, todos os países do Brics buscam atingir seus interesses estratégicos econômicos, comerciais e geopolíticos por meio dessa aliança. Também representa uma tentativa de seus membros reforçarem seu poder de barganha nas instituições internacionais. Isso se encaixa perfeitamente com a posição institucionalista neoliberal que afirma que a cooperação entre países somente ocorre quando eles têm claramente algo a ganhar com essa interação – em outras palavras, quando defendem seus próprios interesses. A percepção de que parece haver mais disposição para se reunir em torno de uma agenda econômica do que em torno de questões de segurança acentua ainda mais essa posição. Embora existam óbvias razões de ordem pragmática para a cooperação entre os países do Brics, também está claro que há uma forte subcorrente de ideias, e mesmo ideológica, entre eles. Esses Estados também se apresentam como defensores da reforma do atual sistema global de governança. Isso sugere que, além da busca de seu interesse próprio, há algo mais que impulsiona a cooperação – o que alguns chamam de uma visão de mundo comum. Isso nos leva à seguinte questão: até que ponto elementos como comunalidades entre os participantes e uma visão de mundo compartilhada são pré-requisitos para uma cooperação bem-sucedida?

Ao tentar responder essa questão, vou me basear em alguns trabalhos que estou fazendo sobre amizade entre Estados. Não afirmo que, para cooperarem, os países precisem ser amigos, nem tampouco estou sugerindo que os países do Brics são amigos. Porém, o marco de referência da amizade pode fornecer algumas indicações interessantes sobre o que seriam os componentes de uma cooperação bem-sucedida e sustentável.

É preciso haver mais engajamento crítico na questão de se (e como) a cooperação Sul-Sul, intra-Brics e Brics-Sul Global difere, na prática, da cooperação Sul-Norte.

A noção de amizade tem intrigado os filósofos por séculos, porém tem permanecido em grande medida fora do foco analítico das relações internacionais. De fato, a amizade é geralmente vista como algo essencialmente estranho à política internacional. Muitos estudiosos das relações internacionais querem fazer acreditar que todos os países se comportam de forma similar e indiscriminada em relação uns aos outros na sua busca pela sobrevivência e segurança nacional. Contudo, nas duas últimas décadas, estudiosos construtivistas assinalaram que as percepções das nações – baseadas em interações anteriores, visões compartilhadas etc. – moldam a interação entre países. Embora a noção de amizade seja rara na teoria das relações internacionais, ela aparece repetidas vezes na prática, especialmente na linguagem de governo e da diplomacia. Por exemplo, o governo chinês se tornou muito hábil em usar a linguagem da amizade para justificar suas atividades na África (em essência, a extração de recursos). Declarações como "a China e a África [...] estabeleceram uma amizade profunda de mais de meio século baseada na igualdade e no benefício mútuo" se tornaram um lugar-comum.

Assim, o que significa a amizade entre países e quais são suas implicações para a cooperação? Embora não exista acordo sobre o que exatamente está envolvido na amizade entre países, é possível identificar certos critérios ou marcadores de amizade, incluindo laços históricos, comunalidades, interação permanente, institucionalização e visão/visão de mundo compartilhada. Discutirei brevemente esses quatro critérios.

Diferentemente do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas), que reúne países que claramente possuem muitas comunalidades, tornando o grupo uma aliança natural, uma das muitas críticas feitas ao Brics é a de que os Estados membros são diferentes demais para terem uma perspectiva real de ação unificada. Entretanto, é possível argumentar que os países do Brics compartem a experiência de serem todos afetados negativamente por estarem na periferia de um sistema mundial dominado

pelos EUA e seus aliados ocidentais. Todos os seus membros estão lutando para modernizar suas economias e, ao mesmo tempo, enfrentar seus problemas sociais. Além disso, todos os países do Brics enfrentam o desafio de uma rápida urbanização e crescente pobreza urbana. De uma perspectiva mais crítica, analistas da sociedade civil observam que os países do Brics também compartem violações socioeconômicas, incluindo graves desigualdades, pobreza, desemprego, educação e saúde inadequadas, serviços básicos e habitação muito caros, limitações na organização dos trabalhadores, níveis extremos de violência (especialmente contra as mulheres), violações de direitos políticos e civis, tais como violência policial generalizada, aumento da securitização e repressão à mídia.

Uma interação permanente é outro aspecto muitas vezes citado como pré-requisito para a amizade e cooperação. As estatísticas mostram que tem havido uma crescente interação na área das relações comerciais entre os países do Brics. O aumento dos laços comerciais também estimula a expansão de vínculos em outras arenas sociais além do mercado – vemos isso em áreas como o turismo. Em última análise, acreditamos que altos níveis de interação (incluindo o comércio) aumentam a confiança entre os países, ajudando a promover e solidificar a amizade. Relacionado a isso, alguns estudiosos examinam a amizade internacional como um padrão de interações institucionalizadas. Em outras palavras, argumentam que a amizade pode ser consolidada pelo processo de institucionalização. Embora a construção institucional formal seja parte desse processo – e o Novo Banco de Desenvolvimento é, até o momento, o único exemplo de institucionalização formal no Brics –, as formas informais de institucionalização, como reuniões, interações, cerimônias oficiais e acordos são igualmente significativas. Nesse sentido, as cúpulas do Brics, reuniões entre ministros da Fazenda e Saúde etc. são importantes. Porém, em eventos como esses, é também importante a interação entre atores não governamentais, membros da sociedade civil.

Até agora, todas as cúpulas defenderam uma cooperação maior entre os países membros que fosse além do plano governamental. Até esse momento, vimos o estabelecimento do Fórum Acadêmico do Brics (agora formalizado com a formação do Conselho de Think Tanks do Brics) e o Conselho Empresarial do Brics. Assim, precisamos ver a cooperação no seu sentido mais amplo, não somente em termos de cooperação política e econômica, como também em termos de compartilhamento de ideias e melhores práticas. Nesse sentido, pode ser instrutivo o modelo do Ibas de cooperação setorial envolvendo áreas como educação, turismo, mudança climática e agricultura.

Grupos ou clubes, como Brics, não têm legitimidade democrática e carecem de responsabilidade social (accountability). Portanto, é essencial que a sociedade civil monitore o impacto que as políticas do grupo estão tendo, não somente nas populações desses cinco países, como também em outros países em desenvolvimento. Em julho (2014), um grupo de organizações da sociedade civil sul-africana apresentou uma nota conceitual ao sherpa da África do Sul sobre o estabelecimento de um Fórum da Sociedade Civil do Brics. A ideia é criar um espaço formal para a sociedade civil participar das cúpulas do Brics e poder influenciar sua agenda, assim como poder se coordenar com os conselhos empresarial e dos think tanks do Brics. Até agora, a atividade da sociedade civil tem ficado nas margens, como, por exemplo, a iniciativa "Brics vindo de baixo" durante a cúpula de Durban em 2013. A sociedade civil pode ajudar a democratizar o discurso sobre o Brics, além de cumprir um papel de monitoramento. Para cumprir esse papel, a sociedade

Tem havido uma crescente interação nas relações comerciais entre os países do Brics. Acreditamos que altos níveis de interação aumentam a confiança entre os países, ajudando a promover e solidificar a amizade.

civil precisa ser mais inovadora e resolver alguns desafios, tais como a colaboração fragmentada entre os diferentes tipos de grupos da sociedade civil africana. A sociedade civil também necessita ampliar seu engajamento na academia. Em geral, um aumento dos encontros regulares entre governo e atores não governamentais facilitará o intercâmbio de ideias, permitirá o debate de desafios comuns e ajudará a identificar temas sobre os quais os países do Brics possam falar com voz única.

Finalmente, um aspecto da amizade entre países é considerado especialmente importante pelos estudiosos do tema da amizade nas relações internacionais, ou seja, uma visão comum ou um projeto compartilhado. Os Estados membros do Brics também afirmam compartir uma determinada visão de mundo ou, pelo menos, uma insatisfação com o atual sistema de governança global. Eles têm em comum o interesse em reorientar o poder na direção da multipolaridade e um compromisso com a soberania. Além disso, os países do Brics já expressaram seu desejo comum de reformar o que consideram como a natureza injusta da atual ordem global e assumiram também o compromisso de reformular instituições globais, como o FMI e o Banco Mundial.

A despeito de tudo o que foi dito acima, persistem diferenças importantes. Embora compartilhem a preocupação com a reforma do sistema de governança global, esses países nem sempre concordam em como fazê-la. O debate sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU é um bom exemplo disso. De forma similar, quando tiveram, em 2010, a oportunidade de apoiar um candidato do Sul Global para diretor-gerente do FMI, não conseguiram chegar a um consenso. Isso gera questionamentos sobre sua capacidade de reformar as instituições globais. Não podemos esquecer que, embora o potencial de cooperação entre os países do Brics continue grande nas áreas comerciais, eles são também competidores e mesmo rivais, especialmente na África.

Múltiplos compromissos de política externa, muitas vezes contraditórios, já apresentaram muitas dificuldades para os governos do Sul. Os compromissos individuais que esses países têm com outras alianças apontam para outro obstáculo potencial a uma maior cooperação entre os países do Brics. Todos os cinco Estados do Brics mantêm relações bilaterais significativas com países como os EUA, o que gera questionamentos sobre até que ponto eles seriam capazes de representar um polo contrário ao poder dos EUA. No caso da África do Sul, embora o Brics tenha uma prioridade na política externa, sua posição na África e nas organizações regionais, como a União Africana, sempre terão precedência sobre a aliança com os países do Brics. Isso fica evidente não somente na política externa oficial da África do Sul (por exemplo, nos planos estratégicos do Departamento de Relações Internacionais), como também em suas ações. Em qualquer acordo de cooperação, por exemplo, relacionado a acordos comerciais bilaterais, a África do Sul terá de levar em conta seus atuais compromissos com a União Alfandegária Sul-Africana e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral. Politicamente, a África do Sul em geral segue os africanos. Por exemplo, na questão da reforma do Conselho de Segurança da ONU, a África do Sul não se juntou ao G4 (Brasil, Índia, Alemanha e Japão) para pressionar pela reforma do Conselho de Segurança, pois sua lealdade está, acima de tudo, com a posição da União Africana.

Também se poderia indagar até que ponto os imperativos nacionais da África do Sul e sua visão da política externa se ajustam bem aos de outros países do Brics. Em outras palavras, em que medida é de seu interesse nacional ter uma maior cooperação com aqueles países. Na África do Sul, tem havido uma reação contraditória à estratégia governamental para o Brics – tanto na aliança governante quanto na sociedade civil. Alguns aplaudem essa estratégia como uma alternativa aos investimentos ocidentais. Por outro lado, outros setores, incluindo os sindicatos, argumentam que um aumento de importações dos países do Brics está prejudicando o setor sul-africano de manufaturados, que é chave para a criação de empregos. Outros críticos – tanto do partido governante quanto da sociedade civil – alertam que um alinhamento muito estreito com a China e a Rússia pode vir a prejudicar o papel da África do Sul como um Estado visto com força moral para promover a democracia e os direitos humanos.

Há também inúmeros obstáculos a um maior engajamento da sociedade civil. É preciso ter consciência de que os grupos da sociedade civil possuem recursos limitados e não priorizam necessariamente o envolvimento com o Brics, tendo em vista os desafios internos, como a pobreza e a desigualdade, que exigem atenção urgente. Isso também está relacionado ao fato de que, historicamente, tem havido uma falta de engajamento da sociedade civil nos temas de política externa. Está claro que um grande obstáculo para a cooperação entre as sociedades civis dos países do Brics é a enorme discrepância entre as posições da sociedade civil em cada país do grupo. Enquanto a sociedade civil é razoavelmente forte e tem visibilidade na Índia, no Brasil e na África do Sul, a situação é muito diferente na Rússia e na China. Isso tem um impacto sobre o nível de engajamento e na influência que a sociedade civil pode exercer sobre os formuladores de políticas públicas em seus países.

Em conclusão, o grupo é ainda jovem e terá de provar sua capacidade de desenvolver uma cooperação real, significativa e mutuamente benéfica entre seus Estados membros. O engajamento permanente de acadêmicos e outros membros da sociedade civil nesse grupo intergovernamental será crucial para assegurar que o Brics dê um tipo de contribuição à governança global que enfrente as desigualdades globais e melhore a vida da maioria dos povos.

O que o Novo Banco de Desenvolvimento do Brics representa para a China (e vice-versa)?

Adriana Abdenur

PhD em Sociologia do Desenvolvimento, professora no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e pesquisadora do Brics Policy Center

O que a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) do Brics representa para a China – e vice-versa? Este breve texto trata de três aspectos: a "identidade dupla" da China como ator no plano internacional; a importância da coalizão Brics para a China na área do desenvolvimento; e o lugar da iniciativa no contexto mais amplo das relações internacionais da República Popular da China.

Em primeiro lugar, a China assume cada vez mais uma identidade dupla na sua atuação no sistema internacional. Por um lado, na área de segurança internacional, se considera como potência global, demonstrando assertividade crescente tanto no plano discursivo quanto no que diz respeito às iniciativas concretas. Discursos do presidente Xi Jinping sobre a projeção da China no plano internacional asseguram que os interesses chineses são globais, enquanto que o hard power chinês se expande através de um vasto programa de modernização, ampliação e diversificação das suas Forças Armadas.

Já no campo do desenvolvimento internacional, a China insiste que ainda é um país em desenvolvimento e que, portanto, não deve assumir o mesmo grau de responsabilidade em certas iniciativas quanto os países avançados. Transparece também no discurso oficial a ideia de que a China, ao contrário dos Estados Unidos e seus aliados ocidentais, oferece um tipo de cooperação para o desenvolvimento desprovido do legado de exploração que caracterizaria a assistência das ex-potências coloniais.

Outra justificativa oferecida pelo governo chinês é que – apesar das elevadas taxas de crescimento da economia chinesa durante as últimas duas décadas – o país ainda enfrenta graves desafios de desenvolvimento no plano doméstico, sobretudo no que diz respeito à pobreza, à igualdade socioeconômica e ao meio ambiente. No entanto, para os países avançados, como a China já passou de recipiendário da assistência a provedor de cooperação para o desenvolvimento, ao defender tal postura, Beijing evita assumir responsabilidades proporcionais a um país de grande porte e alcance global.

Apesar de ter aumentado de forma significativa suas contribuições financeiras a organizações multilaterais voltadas para o desenvolvimento, a China é, com certa frequência, acusada de agir como "lobo solitário," expandindo sua cooperação à revelia dos debates globais acerca do desenvolvimento. Críticos enfatizam que a cooperação chinesa

se dá predominantemente via canais bilaterais. Mesmo iniciativas tais como o Fórum de Cooperação China e África (Focac) servem mais como mecanismo de coordenação de projetos bilaterais do que verdadeiras plataformas multilaterais. Portanto, o agrupamento Brics – e, mais especificamente, o projeto do NBD – oferece à China uma oportunidade de legitimação política perante a comunidade internacional, na medida em que participa de esforços multilaterais (ainda que, por ora, restritos aos cinco países membro) voltados para o mundo em desenvolvimento.

O país que sedia uma grande organização multilateral, longe de se beneficiar apenas do peso simbólico, pode acumular influência desproporcional sobre a instituição.

Portanto, além de fortalecer a reivindicação (compartilhada com os demais membros da coalizão) por uma governança global mais representativa da atual distribuição de poder, o Brics permite que a China promova a imagem de willing multilateralist. Ao mesmo tempo, no campo do desenvolvimento, as iniciativas da coalizão fortalecem a contestação coletiva aos esforços, liderados pelos países doadores, de "harmonizar" o campo da cooperação através dos princípios e práticas codificados pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O NDB também é promissor para a China de um ponto de vista mais prático, no sentido de facilitar o aprendizado mútuo e a colaboração direta entre potências emergentes em questões de desenvolvimento internacional. Em um contexto de relativa desaceleração econômica e tentativa de transformação da economia chinesa (de forma a fortalecer o consumo doméstico), o NBD também poderia, pelo menos em tese, ampliar o alcance da cooperação chinesa para o desenvolvimento. Tal potencial se deve ao fato de que a instituição reúne cinco provedores de cooperação Sul-Sul, cujos programas se estendem à grande maioria dos países em desenvolvimento.

Além disso, a sede do NDB será localizada em Xangai – onde o governo chinês investe pesadamente na consolidação de um centro financeiro que rivalize com Hong Kong e os grandes centros financeiros do Ocidente. Não é à toa que, durante a sexta cúpula do Brics, realizada em 2014, em Fortaleza, o governo chinês insistiu durante as negociações que a sede do banco fosse situada em Xangai. Como ilustram as Instituições de Bretton Woods, o país que sedia uma grande organização multilateral, longe de se beneficiar apenas do peso simbólico, pode acumular influência desproporcional sobre a instituição.

No contexto mais amplo das relações internacionais da China, no

entanto, vale ressaltar que – mesmo tendo certo grau de importância para o governo chinês –a membresia no Brics não tem o mesmo peso para Beijing que para os demais participantes. Além de ser, de longe, a maior potência econômica do agrupamento, ao longo da última década a atuação da China no cenário internacional vem se diversificando de tal forma que o Brics representa apenas uma arena dentre um leque cada vez mais amplo de iniciativas no portfolio da diplomacia chinesa. Sobretudo por questões geopolíticas, a China tem investido em diversas novas organizações, desde a Organização de Cooperação de Xangai até o novo Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIA), anunciado por Xi em 2014.

Mesmo assim, e justamente pelo peso econômico que a China tem – dentro e fora da coalizão –, existe o risco de que o agrupamento seja cada vez mais dominado por Beijing, não apenas em certos aspectos operacionais, mas também na dimensão normativa da instituição. Por exemplo, embora as discussões em torno do NDB já incluam o setor privado, a sociedade civil organizada vem sendo excluída das negociações. Por sua vez, esse distanciamento em relação à sociedade civil provoca novos questionamentos acerca das futuras práticas da instituição no que diz respeito aos direitos humanos, às condições de trabalho, aos impactos ambientais e aos efeitos socioeconômicos dos projetos a serem financiados.

Bibliografia:

ABDENUR, Adriana. China and the Brics Development Bank: Multilateralism and Legitimacy. Institute of Development Studies Bulletin, V. 45, n. 4, 2014.

BHATTACHARYA, Amar; ROMANI, Matia; STERN, Nicholas. Meeting the infrastructure challenge; the case for a new development bank. Intergovernmental Group of Twenty Four, Março 2012.

CHIN, Gregory. The Brics-led Development Bank: Purpose and Politics beyond the G20. Global Policy, Setembro 2014.

RODRIK, Dani. O que mundo precisa dos Brics. 10 de Abril de 2013. Acesso em: 30 Janeiro 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento . Fortaleza, 15 de julho. Acesso em: 28 Jan. 2015.

A China e a duradoura pax americana

Ho-fung Hung

Sociólogo e professor na Johns Hopkins University

Diante do fenômeno de crescimento econômico da China, muitos observadores vêm sustentando que o centro de gravidade político mundial está passando do Ocidente para o Oriente, e dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. O livro escrito pelo autor inglês Martin Jacques, When China rules the world, é apenas um dos exemplos de opiniões desse tipo. Roger Altman, veterano banqueiro de investimentos e antigo secretário-adjunto do Tesouro americano, publicou na revista Foreign Affairs, na esteira da crise global financeira, o artigo "The Great Crash, 2008: the geopolitical setback for the West". Nele, o autor argumentava que as adversidades financeiras pelas quais estava passando o Ocidente e o continuado e pujante desempenho econômico da China estavam acelerando a retração do poder mundial americano e o crescimento do poderio chinês.

O jornalista Fareed Zakaria chegou até a intitular seu best-seller de 2009 The post-American world, no qual considerava a ascensão da China em detrimento dos Estados Unidos uma guinada global comparável à emergência do Ocidente durante o Renascimento e à ascensão dos Estados Unidos no século XX. Muitos veem a China como o país mais poderoso do grupo dos Brics, considerando que esse país tem, hoje, a capacidade efetiva de liderar outras potências emergentes para fazer ruir a dominação americana e estimular a instalação de uma nova ordem mais igualitária.

Infelizmente, entretanto, esse discurso sobre a derrubada do poder global dos Estados Unidos e do correspondente erguimento da China como uma superpotência liderando a humanidade no processo de sair da pax americana é bastante exagerado, da mesma forma que o foi o discurso que contrapunha o soerguimento da Alemanha e o Japão, nos idos de 1970 e 1980, como um desafio ao poderio dos Estados Unidos. O declínio do domínio americano na cena política mundial, embora real, tem se arrastado e está se prolongando. A parcela americana no PIB mundial tem-se mantido em um patamar estável acima de 20% e o país continua a ser a maior economia mundial com uma dianteira considerável, se aferida pelo dólar atual. Por outro lado, os Estados Unidos continuam na liderança, em termos de poderio militar, deixando para trás, de longe, as demais potências militares**.** **[1]**

O persistente domínio econômico e militar dos Estados Unidos é atribuído em grande parte ao status de permanência do dólar americano como moeda de reserva e de transação mais utilizada no mundo durante os últimos trinta anos.

[1] Para um exame mais profundo, ver Ho-fung Hung. The China boom: origins, global impacts, and demise. Nova York: Columbia University Press [no prelo].

Esse status internacionalmente dominante do dólar chamado por muitos de "padrão dólar" permite que os Estados Unidos tomem empréstimos internacionais a baixas taxas de juros e emitam moeda para pagar, em última instância, suas dívidas. Essa capacidade de endividamento em sua própria moeda tem permitido que os Estados Unidos solucionem uma grande parte de seus males, e mantenham ativa a mais gigantesca máquina de guerra do mundo, por meio de seu endividamento internacional externo, evitando assim o tipo de crise de endividamento que instalou o caos em muitas economias em desenvolvimento que costumam tomar empréstimos na moeda de seus credores. Ironicamente, essa persistência do dólar como moeda padrão está sendo sustentada pelo crescimento da China, na qualidade de maior detentora estrangeira de ativos em dólares americanos, principalmente sob a forma de bônus do Tesouro.

O papel hegemônico do dólar após a Segunda Guerra Mundial foi selado pela Conferência de Bretton Woods em 1944, que estabelecia a convertibilidade do ouro à taxa de US$ 35 para uma onça de ouro. A estabilidade da ordem monetária mundial resultante durante as décadas de 1950 e 1960 foi assegurada pelas vultosas reservas americanas de ouro, pelos seus excedentes em conta corrente e pela sua competitividade sem paralelo na economia mundial.

A origem do colapso da ordem de Bretton Woods, em 1971, pode ser retraçada à crescente produtividade da Europa, e muito especialmente da Alemanha e do Japão após a recuperação da Guerra Mundial no fim da década de 1960. A competição cada vez maior, associada às exigências crescentes de elevação dos salários por parte das organizações trabalhistas domésticas e a escalada dos déficits fiscais e em conta corrente em função do envolvimento perturbador dos Estados Unidos no Vietnã, levou a uma corrida pelo dólar e à saída das reservas de ouro dos Estados Unidos. Nixon não teve alternativa senão suspender a convertibilidade do ouro em 1971, forçando as outras grandes economias capitalistas a romper a paridade de suas moedas com o dólar. A abolição da convertibilidade do ouro permitiu que os Estados Unidos tentassem reduzir seu déficit em conta corrente, dando novo alento, assim, à sua competitividade em razão da desvalorização do dólar.

Com o colapso do sistema de Bretton Woods, muitos vaticinaram o fim da hegemonia do dólar e o surgimento de uma ordem econômica global multipolar baseada no maior ou menor domínio de uma multiplicidade de moedas fortes, tais como o yen e o marco alemão. O que surpreende é que esse momento multipolar antevisto nunca chegou, e a hegemonia do dólar prosseguiu durante mais quatro décadas, até hoje. Até mesmo com a constituição do euro em moeda competidora, o dólar mantém-se como a moeda de reserva mais largamente usada no mundo.

A mesma coisa pode ser dita com relação ao uso do dólar nas transações internacionais.

O persistente domínio econômico e militar dos Estados Unidos é atribuído em grande parte ao status de permanência do dólar americano como moeda de reserva e de transação mais utilizada no mundo durante os últimos trinta anos.

Enquanto que a hegemonia do dólar no sistema de Bretton Woods era uma manifestação do esmagador poderio econômico dos Estados Unidos, a persistente hegemonia dessa moeda após o colapso de Bretton Woods foi a boia de salvamento mais importante de que se valeram os Estados Unidos para retardar seu declínio econômico. A persistência da hegemonia do dólar pós-Bretton Woods como moeda fiduciária desde 1971 chegou a ser mais duradoura do que a hegemonia do dólar estabelecida em Bretton Woods.

Essa proeza da persistência do dólar foi inicialmente tornada possível pelo intercâmbio entre os EUA e seus aliados militares durante o período da Guerra Fria, ocasião na qual os Estados Unidos forneciam um guarda-chuva de segurança e armas em troca de apoio dos aliados à utilização de dólares no comércio e nas reservas cambiais. O papel da dominação militar mundial dos EUA para assegurar a manutenção do padrão dólar foi bem ilustrado por numerosos episódios no auge da Guerra Fria, quando foi pedido aos governos dos aliados dos Estados Unidos na Europa que apoiassem o dólar aumentando suas compras de instrumentos e suprimentos militares dos Estados Unidos, pagos em dólares, sob a ameaça explícita de redução das tropas dos EUA estacionadas em seus países.

Esse vínculo entre o dólar e a segurança conseguiu garantir que o dólar continuasse a ser a moeda de reserva estrangeira dominante na Europa Ocidental e no Japão. Ele também assegurou que os Estados monárquicos e autoritários produtores de petróleo, que precisavam ainda mais da proteção americana, faturassem o petróleo exportado em dólares. As compras governamentais em larga escala de instrumentos em dólar entre as principais potências capitalistas e o uso de dólares em transações de petróleo e de armas foram as responsáveis pela liquidez da moeda, o que incentivou seu uso pelas empresas privadas e governos para suas reservas e liquidações comerciais.

Esse apoio geopolítico à hegemonia do dólar permaneceu incontestado até o fim da Guerra Fria, na década de 1990. Com o desaparecimento da ameaça representada pelo bloco soviético à segurança comum, potências regionais que eram usualmente reféns do guarda-chuva de segurança dos Estados Unidos tentaram libertar-se do vínculo entre o dólar americano e a segurança. A ascensão do euro representou uma tentativa explícita de criar uma nova moeda que rivalizasse com o dólar. Mas a permanente dependência da Europa em relação aos Estados Unidos para defender seus interesses geopolíticos, como foi demonstrado pela Guerra do Kosovo em 1999, bem como a falta de uma autoridade monetária centralizada e de integração fiscal na zona do euro, foi minando a ascensão do euro como uma verdadeira alternativa ao dólar.

Em 2000-2008, a credibilidade do dólar pareceu ameaçada por uma deterioração sem precedentes e simultânea do valor do dólar e do déficit em conta corrente dos EUA. Essa queda simultânea é em grande

parte atribuível à ascensão da China como formidável exportador de bens de baixo custo para os Estados Unidos. O avanço do setor de exportação da China foi desencadeado por uma série de mudanças de política em meados da década de 1990 que resultaram em um fluxo crescente de trabalhadores rurais migrantes de baixos salários. O caminho do crescimento calcado na exportação de crescimento foi também facilitado pela paridade da moeda da China em relação à dos Estados Unidos, que mantém as exportações chinesas competitivamente baratas.

Enquanto a expansão de exportação da China levava à deterioração do déficit em conta corrente dos EUA, os grandes excedentes comerciais da China permitiram que esse país acumulasse reservas substanciais de divisas. A China destinou a maior parte dessas reservas à compra de títulos do Tesouro americano, tornando-se o maior credor daquele país. O financiamento do déficit fiscal dos Estados Unidos pela China permitiu que o governo dos EUA expandisse seus gastos enquanto promovia a redução de impostos. Ele alimentou o apetite americano pelos produtos exportados pela China, o que fez com que o resultante aumento do superávit comercial da China levasse esse país a comprar ainda mais títulos do Tesouro dos EUA. Esses dois processos, o da ampliação das exportações chinesas para os EUA e o aumento das compras de bônus da dívida pública dos EUA reforçam-se mutuamente, aprofundando continuamente a dependência financeira da China em relação aos Estados Unidos. Esse investimento maciço da China em títulos de baixo rendimento do Tesouro dos EUA equivale a um pagamento de tributo através do qual as poupanças chinesas foram transformadas em poder de consumo dos americanos. Em 2008, a China ultrapassou o Japão como o maior país estrangeiro a deter títulos do Tesouro dos EUA, e esse processo continuou a se agravar, apesar da crise financeira que eclodiu em Wall Street, em 2008.

Muitos acham que o acúmulo de títulos do Tesouro dos EUA pela China tornarão os Estados Unidos cada vez mais vulneráveis em relação à China, que goza de autonomia geopolítica em relação a Washington e que não depende de sua proteção militar como os grandes compradores asiáticos anteriores da dívida americana. A China é teoricamente capaz de desfazer-se de seus ativos em dólar, a qualquer momento e a baixo preço, para induzir uma corrida ao dólar acompanhada de um colapso financeiro, hiperinflação e crise fiscal nos Estados Unidos. Caso isso venha a ocorrer, significará a desintegração final do padrão-dólar.

Mas, se procedermos a uma análise mais aprofundada, veremos que compra de bônus do Tesouro americano pela China tornou-se uma compulsão gerada pelo seu modelo de desenvolvimento voltado para a exportação. O ***dumping*** pela China desses bônus devido à sua rivalidade geopolítica com os EUA é impensável. Os interesses da China que incentivaram seu crescimento orientado para a exportação na década de 1990, representados pelos governos provinciais costeiros, fabricantes de produtos de exportação e seus lobistas, além de funcionários do Ministério do Comércio, estavam entusiasmados em perpetuar tal modelo, antecipando transformar o desenvolvimento da China em modelo mais equilibrado, impulsionado mais pelo consumo interno e menos dependente dos Estados Unidos. O crescimento orientado obstinadamente no processo de exportação da China tornou a economia chinesa vulnerável a qualquer grande contração da demanda de consumo nos EUA e na Europa. O grande motivo que leva o governo chinês a empregar suas reservas de divisas para comprar títulos da dívida americana não é apenas a grande liquidez, o retorno e a presumida estabilidade dessas obrigações, mas também a segurança representada por eles, além de ser um esforço para garantir o aumento contínuo da demanda dos EUA pelos produtos exportados pela China.

A dependência da China relativamente à compra de bônus do Tesouro americano pode também ser atribuída à estrutura do comércio chinês. Com seu modelo de

O crescimento orientado obstinadamente no processo de exportação da China tornou a economia chinesa vulnerável a qualquer grande contração da demanda de consumo nos EUA e na Europa.

exportação reprocessador, a China se transformou em um ponto nodal onde as matérias-primas, as máquinas e os componentes da Ásia e de outros países em desenvolvimento são agregados sob a forma de bens finais a serem exportados para os Estados Unidos e para a Europa. Embora o excedente comercial global da China tenha aumentado, está havendo um déficit comercial em relação ao mundo inteiro, com exceção dos Estados Unidos e da Europa. Isso significa que o crescimento do montante das exportações da China para a Ásia, América Latina, África etc. não corresponde ao montante das importações da China de componentes manufaturados, máquinas e matérias-primas desses países. Os EUA e a Europa são as duas fontes exclusivas de superávit comercial da China. As exportações da China para os EUA, escusado dizer, são liquidadas em dólares americanos. Até mesmo as exportações da China para a Europa são liquidadas em dólares em vez de euros. E, enquanto os crescentes superávits comerciais da China forem expressos na sua maior parte em dólares, o Banco Central chinês terá poucas opções além de investir esses dólares nos ativos de maior liquidez e relativa segurança denominados em dólar existentes, ou seja, em títulos do Tesouro americano.

Recentemente, diversos relatórios têm informado que a China estaria usando suas reservas de divisas estrangeiras para "comprar o mundo" através de investimentos estrangeiros diretos no exterior. As aquisições por empresas chinesas de fábricas de carros como a Volvo e a Ford Motor e a entrada da empresa chinesa SOEs inroad nos setores de mineração e energia de outros países desenvolvidos e em desenvolvimento, da Zâmbia até o Canadá, têm atraído muito a atenção da mídia. Mas apesar desses casos de alto perfil, o investimento direto no exterior por parte da China é até agora de porte agregado insignificante, em comparação com outras fontes importantes de IDEs no mundo. O instituto chinês de estatísticas oficiais mostra que o estoque de IDEs não financeiros da China até o final de 2010 totalizava 298 bilhões de USD (317 bilhões, se incluirmos o investimento financeiro). Esse montante chega a ser ainda menor do que o IDE de Cingapura, uma cidade-Estado cuja economia é bem menor do que a da China. O IDE da China parecerá ainda mais insignificante se levarmos em consideração que 63% desse montante é constituído por IDEs em Hong Kong.

O estoque de IDEs fora da China que não é destinado a Hong Kong representa menos de US$ 118 bilhões, menos de um décimo do volume de títulos do Tesouro dos EUA, detidos pela China e que chegavam a aproximadamente US$ 1,2 trilhões naquele momento. Afinal, nenhum outro mercado, a não ser o mercado de títulos da dívida dos EUA, tem liquidez suficiente para absorver as gigantescas reservas da China. Paul Krugman não estava exagerando quando afirmou que a China foi apanhada na "armadilha do dólar", na qual tinha poucas opções a não ser a de continuar a comprar títulos do Tesouro dos EUA, ajudando a perpetuar o papel hegemônico do dólar.

Embora a China tenha autonomia geopolítica, o que teoricamente permite que ela encerre sua dependência em relação ao dólar, e até mesmo autonomia suficiente para acabar com o padrão dólar, ela, na verdade, tem ajudado a perpetuar esse padrão e, com isso, o domínio geopolítico americano, com sua obsessão irrefreável de compra desses títulos causada pelo seu modelo de crescimento voltado para as exportações. Comparados ao volume de 1,2 trilhões em títulos do Tesouro, o pool de reservas para as exportações do banco dos Brics, de 100 bilhões, e a contribuição da China, de 400 bilhões, não representa mais do que uma gota no oceano.

O governo chinês tem feito recentemente menção ao seu desejo de internacionalizar o RMB como moeda de reserva e moeda de transação internacional, como forma de manter seu modelo orientado para a exportação, reduzindo assim sua dependência em relação ao dólar americano e limitar seu vício em dívida pública dos EUA. Mas, na realidade, o RMB chinês, que ainda não é uma moeda plenamente conversível, tem um longo caminho a percorrer para se tornar uma importante moeda internacional. Sua parcela na utilização de moeda internacional é minúscula, ficando muito atrás da libra esterlina e do yen, e até mesmo do peso mexicano (ver tabela). A ascensão do RMB ao status de moeda internacional significativa exigirá a convertibilidade plena do RMB, o que por sua vez exigirá a liberalização financeira da China. Esse processo levará tempo, mesmo se o relutante CCP aceitar finalmente correr o grande risco de abrir totalmente seu setor bancário à economia global. Uma tal escolha está longe de ser fácil para o Estado-partido, já que essa abertura constituiria um golpe para seu comando da economia através do controle de créditos. Mas, antes que uma reviravolta de tal forma radical aconteça na China, qualquer conjectura acerca da morte do padrão dólar global não será mais do que uma fantasia.

Embora a China tenha autonomia geopolítica, tem ajudado a perpetuar esse padrão e, com isso, o domínio geopolítico americano.

Alguns aspectos do regime de acumulação da Índia na globalização e suas implicações

Surajit Mazumdar

Professor da Universidade Jawaharlal Nehru, Nova Délhi, Índia

Traduzido do inglês por Jones de Freitas

Embora sua história seja menos dramática do que a da China, a Índia certamente tem cumprido um papel importante na ascensão de novos atores no cenário mundial (rise of the rest) e em chamar a atenção para o grupo Brics. O que agrega mais significado ao caso da Índia é o fato de ter entrado em sua fase de liberalização em 1991, no contexto de um processo de industrialização relativamente limitado e com uma classe capitalista altamente voltada para a economia interna. Apesar disso, nas últimas três décadas, a Índia cresceu mais do que todos os países avançados, exceto os EUA. Nesse processo, ultrapassou o crescimento não somente de várias economias avançadas, cujo tamanho era de duas a três vezes maior do que o da Índia em 1980, como também o de países em desenvolvimento, como o Brasil e o México. Também cresceu mais rapidamente do que a África do Sul. Entre os Brics, somente a China tem tido um histórico de crescimento superior ao da Índia. A questão é saber se esse crescimento e sua natureza significam um aumento de autonomia do capitalismo indiano e da sua capacidade de cumprir um papel contra-hegemônico como potência no cenário mundial, como país individual e como membro de um grupo mais amplo como o Brics. Disso também depende o grau em que essa "emergência" pode ampliar o espaço democrático na Índia, permitindo maior liberdade de seu povo para moldar seu próprio destino (naturalmente, dentro dos limites do capitalismo). Se analisamos a natureza do regime de acumulação do capitalismo indiano, à medida que se integra mais à economia global, a resposta é, na verdade, negativa.

Nas últimas duas décadas, o crescimento indiano tem sido muito benéfico para alguns setores da sociedade, especialmente para a classe capitalista. O setor empresarial da Índia cresceu rapidamente nesse período e a distribuição dentro do setor – tanto da renda gerada quanto do estoque de capital acumulado – favoreceu decisivamente o capital privado sobre o componente público desse setor. Essa tendência foi mais marcante durante o período de taxas de crescimento muito altas que teve início

logo após a virada do século, continuou até a crise global e, após uma queda em 2008-2009, voltou a crescer por um curto período até que uma desaceleração teve início na segunda metade de 2011-2012.

Embora a presença de empresas estrangeiras tenha certamente crescido depois da liberalização indiana, firmas e grupos empresariais indianos foram os protagonistas nos processos de acumulação e crescimento do setor empresarial privado. Na última década, o crescimento rápido do setor corporativo serviu de pano de fundo para que as firmas indianas fizessem investimento estrangeiro direto (IED) fora do país, num movimento para internacionalizar suas operações, principalmente por meio de aquisições no estrangeiro.

Embora a presença de empresas estrangeiras tenha certamente crescido depois da liberalização indiana, firmas e grupos empresariais indianos foram os protagonistas nos processos de acumulação e crescimento do setor empresarial privado.

Além disso, a distribuição de renda dentro do setor mudou fortemente em favor das rendas excedentes – o maior ganhador tendo sido os lucros empresariais. Em consequência, a poupança empresarial, que havia ficado geralmente abaixo de 2% do PIB por mais de quatro décadas após a independência, subiu para 9,4% do PIB em 2007-2008, antes de declinar um pouco por causa da desaceleração. Subjacente ao processo de redistribuição no setor empresarial, tem havido estagnação e diminuição de renda da população trabalhadora indiana, a maior parte dela no setor agrícola e nos setores informais não agrícolas. Esse contexto permitiu que os salários reais ficassem estagnados por mais de vinte anos, até mesmo no setor privado formal regulado e sindicalizado, e que todos os ganhos de produtividade fossem controlados pelas rendas excedentes. Somente um pequeno setor dos colarinhos-brancos teve aumentos salariais. Em alguns casos, isso foi muito significativo e contribuiu para o enriquecimento da classe média da Índia.

Assim, uma maior integração à economia global, medida em termos puramente capitalistas, foi altamente bem-sucedida para o capital indiano. Entretanto, a aquisição de capacidade para desenvolver novas tecnologias e uma redução da dependência tecnológica não forma a base desse sucesso. Exceto pela indústria farmacêutica, há pouca evidência de uma tal transição tecnológica. Mesmo no setor farmacêutico, as empresas indianas não possuem capacidade para desenvolver medicamentos, e seu êxito foi fundado na sua força já estabelecida na área dos genéricos, atribuível ao precoce regime de proteção de patentes da Índia e ao licenciamento de moléculas desenvolvidas pelo seu próprio esforço de pesquisa e desenvolvimento. Em outros setores, as empresas indianas têm conseguido superar suas limitadas capacidades de desenvolvimento tecnológico de maneiras variadas: contratando tecnologias de fornecedores de tecnologia especializada, terceirizando para firmas estrangeiras e, sempre que possível, por meio de caminhos tradicionais mais antigos, como colaboração tecnológica e joint ventures com empresas multinacionais. Fora do setor de manufaturados, o desafio tecnológico tem sido menos intimidante. Na indústria de software, altamente voltada para as exportações, as empresas indianas encontraram seu nicho numa posição relativamente subordinada às empresas que dominam o mercado internacional. Em muitos outros serviços e nas atividades da construção civil, o papel de desenvolver sua própria tecnologia tende a ser limitado e uma maior sofisticação tecnológica desses setores tem sido facilitada pelos fornecedores de equipamento técnico e provedores de serviços de ***software.***

A história do crescimento indiano é também algo singular e marcadamente diferente do chinês, pois lhe falta um caráter industrial. O alto crescimento da Índia reflete a crescente e permanente contribuição dos setores de serviços e da construção civil, enquanto a parcela dos manufaturados, em termos de produção, permaneceu baixa, ou mesmo declinou. As empresas da Índia têm refletido e contribuído para essa tendência ao buscar cada vez mais

se expandir nos setores de serviços e construção civil, no lugar da indústria.

O período pós-liberalização foi também marcado por uma tendência clara e decisiva de aumento do déficit comercial da Índia. Isso se deve principalmente ao comércio de produtos manufaturados. Assim, uma posição confortável no balanço externo depende do crescimento ou contração e de uma situação favorável dos preços internacionais das commodities. As exportações indianas cresceram e foram diversificadas e aumentou a parcela da Índia nas exportações mundiais. No entanto, isso foi contrabalançado pelo rápido aumento das importações. Essa situação reflete o fato de que a Índia não é competitiva como local de produção para um espectro suficientemente amplo de produtos manufaturados. Por seu lado, isso significa que ela não consegue volumes significativos de IED voltados para a manufatura eficiente; tampouco das exportações vinculadas a esse investimento estrangeiro direto. Ao contrário do comércio de produtos manufaturados, a Índia teve um desempenho excepcional na exportação de serviços depois da liberalização, impulsionada especialmente pelos serviços de tecnologia da informação (TI) e por serviços baseados em TI. Porém, os serviços de TI e o forte fluxo de remessas para a Índia não foram capazes de evitar a marcada tendência à deterioração da conta corrente. No lugar de exportar capitais, como muitos países em desenvolvimento, a Índia terminou ficando excessivamente dependente de fluxos de capital volátil para financiar seu déficit e acumular reservas em moeda estrangeira. Essa fonte de vulnerabilidade foi ainda mais agravada pela crise global e a rupia indiana tem estado em situação instável, com episódios sucessivos de depreciação, embora não tenha havido ainda uma crise monetária muito grave.

Os desequilíbrios externos, resultantes da maneira como a Índia se encaixou na divisão de trabalho internacional da globalização, tem ainda outra consequência significativa, além da dependência de capitais voláteis. Essa outra consequência é a crescente dependência das exportações para os EUA, para compensar uma balança comercial cada vez mais desfavorável com a China – país que também faz parte do Brics. Entre os três componentes da tríade do comércio internacional,[1] a Índia tem desfrutado de um excedente comercial significativo somente com os EUA. Quase 60% das exportações de serviços de informática da Índia vão para os EUA e seu mais próximo aliado, o Reino Unido, importa outros 20%. Os EUA também são uma fonte muito importante de remessas para a Índia. Em outras palavras, os EUA são extremamente importantes para que a Índia possa controlar a situação de seus pagamentos externos. Assim, embora por razões diversas, a Índia é como a China – bastante "dependente" do mercado dos EUA; e a diferença entre as duas dependências

[1] Nota do tradutor: Estados Unidos e Canadá, União Europeia e Japão.

O alto crescimento da Índia reflete a crescente e permanente contribuição dos setores de serviços e da construção civil, enquanto a parcela dos manufaturados, em termos de produção, permaneceu baixa, ou mesmo declinou.

também implica que os interesses dos dois países tenham algo de rivalidade.

Portanto, o caso da Índia serve como exemplo de algo que talvez seja comum a todos os países do Brics, ainda que de diferentes maneiras: a natureza contraditória de sua denominada "ascensão". A marcante divergência entre um espetacular crescimento agregado e a disseminação internacional dos capitais indianos coexistindo com o colossal fracasso do "desenvolvimento" é uma expressão dessa contradição. Esse processo de grande polarização econômica ocorreu mesmo na bem estabelecida democracia política indiana, e com repetidas manifestações de descontentamento popular com essa trajetória de crescimento expressas em eleições. Embora isso tenha suas dimensões internas, a limitada margem de manobra no campo das políticas econômicas nacionais, resultante da crescente integração, é um fator crítico. Na verdade, esse fator até contribuiu para alavancar o capital privado indiano em relação ao estatal, restringindo o país a uma determinada trajetória, sobre a qual as mudanças de governo por meio de eleições têm pouca influência. É um sintoma disso o renovado impulso para a "austeridade" nas políticas fiscais da Índia, que teve início três anos antes das eleições gerais de 2014 e contribuiu para a enorme derrota do partido governante naquele pleito. No entanto, a mudança de governo só trouxe um regime mais autoritário, fazendo mais do mesmo.

Se a margem de manobra que o capitalismo indiano tem para lidar com suas contradições internas é extremamente limitada, as vulnerabilidades básicas e enraizadas e as dependências inerentes à integração indiana também limitam sua capacidade de exercer uma liderança autônoma no cenário mundial. Na verdade, os dois fatores se reforçam mutuamente. A erosão palpável da autonomia indiana na política externa nas últimas duas décadas é um exemplo da segunda dimensão dessa realidade. Assim, o "sucesso" do capitalismo indiano na era da globalização é demasiado "dependente" de seu ajuste, ou mesmo restrito, ao padrão de dominação preexistente, sem o desafiar ou enfraquecer. Isso se manifesta ainda mais por causa das contradições no desenvolvimento de alianças mais profundas com as outras economias "emergentes". No cenário mundial e para a sociedade indiana, a chamada ascensão do capitalismo da Índia provavelmente não vai gerar tendências democratizantes significativas, a menos que suas contradições estimulem lutas populares que alterem decisivamente o equilíbrio de forças. Os progressistas devem confiar nessas lutas e direcionar seu compromisso para o desenvolvimento delas.

O caso da Índia serve como exemplo de algo que talvez seja comum a todos os países do Brics, ainda que de diferentes maneiras: a natureza contraditória de sua denominada "ascensão".

Prof. Dr. Giorgio Romano Schutte

Coordenador do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC)

O Brics e as novas configurações do poder global Economia política global, crises financeiras, volatilidade e capacidade de resistir

Há uma diferença entre analisar os Brics e o Brics. No primeiro caso, estaremos no campo da política comparativa, tentando identificar o que os cincos países têm em comum ou não. Já a análise do Brics se dá no campo da geopolítica, identificando a relevância do surgimento de uma nova articulação entre cinco países que, contrariando as expectativas ao nascer, conseguiu montar uma agenda densa o suficiente para justificar sua existência e ser considerado como objeto de análise das relações internacionais.

Em particular para o Brasil, o Brics abriu novos horizontes. Nesse sentido, recordamos a visão do Huntington, que tratou de identificar as relações entre as civilizações que sustentariam os vários alinhamentos geopolíticos. Como se pode observar na figura reproduzida, nessa visão, a América Latina e, logo, o Brasil estariam confinados a uma mediação que passaria pelo Ocidente.

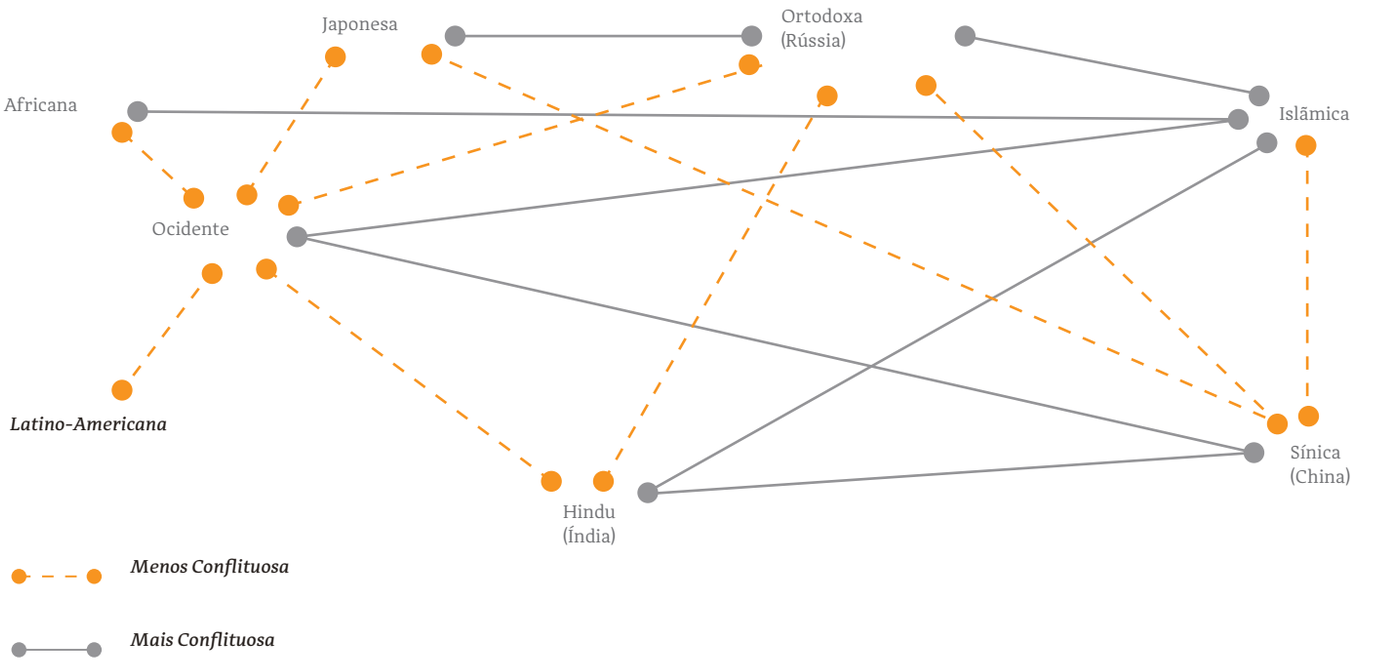
O Brics permite uma articulação permanente com Rússia, China e Índia que não passa por essa intermediação. No primeiro encontro do Brics, em 2009, na Rússia, a delegação brasileira sentiu-se de fato um peixe fora d'água diante dos três gigantes, que têm fronteiras quilométricas e histórias de guerra e paz milenares, com centros de estudos consolidados sobre seus vizinhos em suas universidades. Somente o fato de a existência do Brics ter provocado uma boa quantidade de estudos e debates no Brasil já é um avanço, porque se revelou um profundo déficit de conhecimento nas academias, nos ambientes políticos e na sociedade civil com relação a esses países e civilizações.

Contexto

O surgimento do Brics deve ser analisado no contexto do mundo pós-Lehman Brothers (15 de setembro de 2008), que alterou a relação entre o Norte Global e o Sul Global, em particular ao transformar o G7 no G20 como principal fórum de coordenação das políticas econômicas globais. Junta-se a isso a ação da Rússia na Geórgia no mesmo ano, com a qual o governo Putin reafirmou seu país como uma potência regional de alcance global. Não surpreende, portanto, que a primeira reunião do Brics tenha ocorrido justamente na Rússia, entre a primeira e a segunda reunião da cúpula do G20, e servido, nos primeiros anos, como fórum privilegiado para a articulação entre os quatro fundadores para sua intervenção no âmbito do G20.

Ao mesmo tempo, a crise financeira global revelou uma diminuição da vulnerabilidade

A Política Mundial das Civilizações: Alinhamentos Emergentes



que marcou até então os países do Sul diante da volatilidade dos fluxos financeiros. Dessa vez, eles demonstraram um grau inédito de autonomia, permitindo, de uma forma ou outra, dar suas respostas à crise por meio da adoção de políticas de estímulo econômico sem passar por colapsos cambiais e ter de recorrer ao FMI. Um elemento central para explicar a reduzida exposição é a nova realidade da dívida externa.

Maior autonomia

No gráfico pode-se observar a evolução favorável do estoque da dívida externa dos países em desenvolvimento desde a década de 1980. No quadro seguinte, a comparação do endividamento geral (público, privado, interno e externo) com relação ao PIB dos países desenvolvidos e os quatro fundadores do Brics.

Lembrando que justamente a dívida externa é um indicador de vulnerabilidade e de dependência externa que explode na hora de crises financeiras: pela dificuldade em refinanciar em tempos de turbulência e pelo diferencial da dívida entre moeda local e dólares. Nesse contexto, observamos também uma alteração da composição dos fluxos internacionais para os países em desenvolvimento. De acordo com dados de 2014 do Banco Mundial, o capital mais volátil (portfolio e private short-term) aumentou de US$ 41,2 bilhões para US$ 141,5 bilhões, enquanto o investimento externo direto (IED) pulou de US$ 142,6 bilhões para US$ 558,6 bilhões. Mas a principal linha de defesa contra as turbulências do setor financeiro foi formada pelas reservas internacionais, como pode ser observado na tabela que segue.

O Brasil, inclusive, conquistou o quarto lugar no ranking das maiores reservas internacionais, atrás somente da China, do Japão e do Reino Unido. Agora, a questão é que essas reservas tendem a ser aplicadas de forma a garantir maior liquidez (capacidade de sacar na hora em que precisar) e maior confiança (para mostrar aos capitais financeiros a capacidade de resistir a turbulências, inclusive a ataques especulativos). Na ausência de alternativas, isso resulta em aplicações em títulos do Tesouro norte-americano. Particularmente para os países dos Brics – e demais países de renda média que estão nessa situação –, isso significa países mais pobres sustentarem a capacidade de endividamento e, em última análise, o nível de consumo dos EUA. Um mecanismo perverso que implica, inclusive no caso do Brasil, um alto custo fiscal. E aí chegamos ao paradoxo da crise de 2008, que, embora tivesse seu epicentro nos EUA, acabou reforçando a centralidade do dólar na economia e nas finanças internacionais.

Por isso a importância do Arranjo Contingente de Reservas, cujo tratado for assinado na cúpula do Brics, em 2014, em Fortaleza, com a dimensão inicial de US$ 100 bilhões, o que possibilitará a mobilização de liquidez por meio de swaps de divisas em resposta a pressões, reais ou potenciais, de curto prazo sobre

Relação reservas internacionais/dívida externa (%)

	2000	2007	2012
Brasil	13%	75%	84%
China	116%	412%	442%
Índia	38%	131%	71%

Fonte: Banco Mundial (2014)

os balanços de pagamentos dos países membros e que acaba, ao mesmo tempo, se juntando a outras iniciativas similares, como, por exemplo, o South Asian Association for Regional Cooperation (SAARC) e a Iniciativa de Chiang Mai, além dos acordos bilaterais como aquele entre Irã e Índia (petróleo por rupees) e mesmo aquele entre Brasil e Argentina para estimular o uso das moedas nacionais nas transações comerciais bilaterais. Todos de alcance muito pequeno, mas apontando uma vontade de experimentar certa independência do dólar norte-americano. Deve-se lembrar também a desconfiança dos países do Brics com relação ao FMI como alternativa, embora o direito de saque especial, de certa forma, tenha sido pensado para ter esse papel de moeda de contabilidade de reserva internacional. Mas a própria declaração da Cúpula de Fortaleza expressou, em linguagem clara e pouco diplomática, no seu ponto 18, a preocupação dos países do Brics com relação à "legitimidade, credibilidade e eficácia" do Fundo. Em particular, diante da não implementação das reformas acordados no âmbito do G20 em 2010.

Do lado da economia real, a busca de maior autonomia passa pelo esforço tecnológico, outro campo no qual há espaço para cooperação entre os países do Brics.

A título de conclusão, podemos afirmar que o Brics, embora ainda no seu estágio inicial e com impacto real pequeno, tem o potencial de ser um tijolo na construção de transformações no poder global com características mais multipolares.

Brics, desigualdade global e acumulação do capital

José Maurício Domingues

Doutor em sociologia e professor do Iesp/Uerj

Etapas do capitalismo

Muito se fala hoje sobre a desigualdade global e seu aumento incessante, com a concentração da riqueza nas mãos de uma parcela muito pequena da população mundial. O livro de Piketty sobre o capitalismo contemporâneo é apenas o exemplar mais famoso e, em certo sentido, melhor argumentado, pela profusão de dados que apresenta, dessa linha de argumento. Trata-se de verdade, a rigor, incontroversa. Mas as razões dessa concentração da riqueza precisam ser bem entendidas.

Para além de identificar seus aspectos mais visíveis (mesmo que se escondam, como no Brasil, em dados indisponíveis da Receita Federal e, globalmente, em paraísos fiscais), é necessário entender que dinâmica econômica, social e política subjaz a esse processo. Em outras palavras, cumpre entender como o capitalismo contemporâneo está gerando esse tipo de situação, em que, inclusive nos países mais ricos do mundo, notadamente os Estados Unidos, ao lado dessa riqueza crescente e crescentemente monopolizada por uns poucos, a pobreza e a miséria se disseminam.

O capitalismo liberal do século XIX viu fenômeno semelhante, ainda que do ponto de vista de estruturas

propriamente capitalistas somente a Europa e os Estados Unidos se destacassem, outras formas econômicas e classes sociais correspondendo à concentração da riqueza em outras regiões. O século XX conheceu, em seguida, em uma situação de lutas revolucionárias agudas mundo afora, uma moderação da concentração da riqueza, nos quadros de uma nova etapa do capitalismo, estatalmente organizada, como autores como Hilferding assinalaram já nos anos 1930 na Alemanha, e com a produção de bens de consumo de massa englobando setores mais ou menos extensos da classe trabalhadora, como observado por Gramsci. Na Europa em particular, um robusto Estado do bem-estar foi construído. Nos Estados Unidos, o fordismo garantiu altos salários para parte considerável da população, ao passo que as taxas de exploração foram limitadas pelas lutas dos trabalhadores. O que a escola da regulação francesa chamou de "padrão intensivo de consumo", que garantiu situação relativamente cômoda às grandes massas, predominou nesse período no Ocidente, embora em outras regiões as relações de exploração fossem muito mais duras e o imperialismo fizesse também nesse sentido uma clivagem clara entre centro e periferia. Os anos 1970 foram momento de uma crise que alguns supuseram implicar inclusive o fim da modernidade – embora não do capitalismo, obviamente, pois, na verdade, sua vitória a partir da débâcle da União Soviética foi total.

Após mais uma década de crise, os anos 1990 viram emergir um novo modo de acumulação, que se apoia nesse novo cenário mundial, altamente globalizado e com grande mobilidade do capital, formas mais flexíveis de produção e mercados mais segmentados, mas contando também com a derrota da classe trabalhadora, sobretudo nos EUA e na Grã-Bretanha, garantindo-se assim uma taxa de exploração da força de trabalho muito maior e o ataque aos direitos e benefícios concedidos pelo Estado do bem-estar. O capital financeiro cumpre papel decisivo nesse arranjo, como

forma de controle dos Estados, em particular via dívida pública, e como "ativo" em que se concentra e multiplica a riqueza dos já – e cada vez mais – globalmente ricos.

O fim daquele ciclo de acumulação menos concentrador começou nos anos 1960. Ele foi estendido por meio da expansão da produção de bens de consumo duráveis, em particular para a América Latina e o sul da Europa, com a instalação de fábricas em alguns países, que passaram a constituir o que se poderia chamar de semiperiferia, mas que alcançava apenas as classes médias e uma parte reduzida ou mesmo reduzidíssima da classe trabalhadora, nos quadros de um desenvolvimento que se chamou em certo momento de "dependente e associado". Um "padrão de consumo extensivo" global, para voltar aos conceitos da escola da regulação mencionada acima, começava a se constituir. É ele que, abarcando todo o planeta, responde pela situação da economia capitalista de modo geral. Mas, ao passo que o modelo liberal implicava padrões de consumo estreitíssimos, concentrados no centro do sistema e, no máximo, abarcando os ricos e abastados das periferias, e no século XX, articulado fortemente em torno ao Estado e às grandes empresas, o padrão atual inclui obviamente os ricos, mas também uma parcela significativa das classes médias altas, tendo definitivamente se globalizado. O caso da China é emblemático. Com uma população de mais de um bilhão de pessoas, somente algo como 200 mil estão efetivamente integrados ao consumo conspícuo e mesmo ostentatório que caracteriza as camadas superiores das estruturas de classe contemporâneas.

Não por acaso a recuperação da economia estadunidense está se fazendo com ainda maior concentração de renda e a ofensiva, na Europa, contra os direitos sociais e pela fragilização dos trabalhadores no mercado de trabalho – fato consumado, por exemplo, na Alemanha, mas também na Grã-Bretanha – está em pleno curso (pondo-se ainda em aberto em que medida a vitória da esquerda na Grécia pode contribuir para alterar esse panorama, reforçado pela neoliberalização clara do governo francês). Outros países, como a Índia, trilham o mesmo caminho, ao passo que o giro à esquerda latino-americano foi na contramão desses processos concentradores da riqueza, sem, porém, tocar praticamente nos pilares da desigualdade social e no poder dos ricos e poderosos, como pesquisas recentes vêm evidenciando, sem falar no retorno claro ao subdesenvolvimento de suas economias, com uma reprimarização acentuada e perda do salto tecnológico dado pelo centro e que a Ásia busca acompanhar, ao passo que a Rússia, buscando recuperar-se da devastação imposta pelos vencedores da Guerra Fria, mantém sua velha e atrasada indústria, oligarquicamente concentra a renda e exporta commodities energéticas, gás e petróleo. A África não faz mais que replicar, de forma mais radical, com mais concentração de riqueza e subdesenvolvimento – e sem giro à esquerda –, o que ocorre na América Latina.

O giro latino-americano à esquerda foi na contramão desses processos concentradores da riqueza, sem, porém, tocar praticamente nos pilares da desigualdade social e no poder dos ricos e poderosos.

Flexibilidade e polarização, poder e autonomia

Gostaria de chamar assim o atual modo de acumulação: ***flexível e polarizado.*** Harvey introduziu o primeiro termo, com referência ao papel das novas tecnologias, da microeletrônica e da informática, da multiplicação de nichos de consumo e das transformações das empresas capitalistas, mais enxutas e calcadas na terceirização, por vezes assinalando posteriormente a segunda questão. Mas a junção explícita dos dois termos que proponho aqui, retomando reflexões anteriores minhas, é necessária na medida em que esse aumento da desigualdade, nos quadros de uma expansão global fortíssima do capitalismo, está nos fundamentos mesmo da maneira como se organiza a acumulação capitalista na atual fase da modernidade. Por isso é tão difícil reverter esse processo, a não ser que alteremos suas bases, podendo-se mitigá-lo por novas vitórias das classes trabalhadoras que diminuam a taxa global de exploração e aumentem a taxação da riqueza. Acresce que esse modo de acumulação é também extremamente predatório dos recursos naturais, com o consumismo (ou sua promessa para os de baixo) implicando uma

acentuação da dominação e da exploração da natureza em todo o planeta, embora, por outro lado, formas bem-sucedidas de "capitalismo verde" não possam ser descartadas como solução parcial da crise ambiental.

Entender o papel dos chamados Brics é somente possível nesses quadros, embora não se deva esquecer, igualmente, que, para além do capitalismo, esses Estados têm projetos de poder no sistema internacional que preservam certo grau de autonomia frente ao capitalismo ou, sobretudo, buscam servir-se dele para aumentar seu poder, como se evidencia especialmente no caso da China. Eles não são os únicos países da semiperiferia – mas são em grande medida seu núcleo mais importante, ao concentrarem as atividades produtivas de valor agregado médio da economia mundial –, embora, por outro lado, se encontre neles o consumo mais intenso, afora os países centrais, dos ricos e das classes médias altas. Assim, estão profunda e essencialmente imbricados nas teias dos processos de acumulação global flexível e polarizada, mesmo se, para quase todos – salvo de fato a China –, presos em larga medida à exportação de commodities em geral primárias e indústrias atrasadas, a flexibilidade dos processos do capitalismo contemporâneo seja fenômeno exógeno do ponto de vista de suas estruturas produtivas nacionais. Isso significa que sua autonomia é mais restrita economicamente do que poderia parecer, mesmo no caso chinês. Além disso, do ponto de vista cultural e simbólico, o consumismo e as relações de dominação e exploração sem peias da natureza não os diferenciam de nenhuma maneira dos padrões dominantes no mundo, os quais são reiterados inclusive pela indústria cultural hegemonizada pelos EUA, fortalecida desde o fim da Guerra Fria, não obstante a cada vez maior centralidade da questão ambiental no debate global.

De resto, aqui é preciso tomar certo cuidado para não confundir o tamanho da economia chinesa com sua sofisticação e autonomia. Se seu vasto tamanho lhe dá grande poder global, na medida em que inclui o controle de recursos, inclusive financeiros, mercados e população – como os autores da teoria realista das relações internacionais costumam frisar –, isso, por outro lado, se revela em uma renda per capita ainda muito baixa, significando baixa sofisticação e pouca autonomia dentro dos quadros da divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, seria ademais um erro supor que a utilização da medida de renda per capita traduzida pela paridade de poder de compra (PPP), caso em que a situação da China melhora, seria adequada. Serve em parte para medir o bem-estar possível da população de um país, mas não sua força internacional, uma vez que bens e serviços que têm de comprados no exterior (os chamados tradables) são excluídos dessa medida de poder aquisitivo.

Obviamente, essa não é a única questão que se coloca quando se pensa os Brics. Os temas complicados e divisivos da democracia e do meio ambiente aparecem como sua face negativa. A China em particular mostra pouca propensão a engajar-se nesses temas, em particular no que diz respeito a seu sistema político, a segunda questão, mais recentemente, vindo a figurar de forma mais responsável ao menos nos planos de seus governos. Mas também são possíveis estratégias de cooperação que ampliem o caráter restrito do multilateralismo, como vêm fazendo, positivizando a presença da aliança entre esses países na cena global. O poder dos Estados enquanto tal se calca e depende de seu poderio econômico, mas não deve ser reduzido a ele. Não cabe falar do ocaso da hegemonia e do poder dos EUA nas próximas décadas, valendo lembrar que até os anos 1980 a União Soviética disputava espaço geopolítico, assim como o Japão e a Alemanha ascenderam, mas tiveram que mais uma vez curvar-se a seu poder. É, porém, verdade que houve uma ampliação das possibilidades que a temporária unipolaridade do sistema, após a débâcle da URSS, entre os anos 1990 e inícios dos 2000, havia bloqueado. Os Brics aproveitam-se da dinâmica centrífuga do sistema global e buscam ampliá-la na direção da multilateralidade. É improvável, por outro lado, que, enquanto tais, estejam na linha de frente da luta contra a polarização social típica de nossos tempos, podendo, contudo, contribuir eventualmente para a construção de um cenário global menos hegemonizado pela aliança entre EUA e norte da Europa, logo mais arejado em termos de ideias e práticas.

Data de envio do texto: 15 de março de 2015

Bibliografia:

Boyer, Robert e Saillard, Ives (orgs.) (2002) Théorie de la regulation. L'état de savoirs. Paris, La Decouverte.

Domingues, José Maurício (2013) Modernidade e civilização global. Para uma renovação da teoria crítica. Belo Horizonte, Editora UFMG.

Harvey, David (1992) A condição pós-moderna. São Paulo, Loyola.

Piketty, Thomas (2014) O capital no século XXI. São Paulo, Intrínseca.

Peter Wahl

Jornalista na ONG Economia Mundial , Ecologia e Desenvolvimento (Weed), fundador da Attac Alemanha

Os Brics: ambiguidade, mas com um potencial anti-hegemônico. Uma visão europeia.

O sistema internacional em transição

Aqueles que vivenciaram a época da Guerra Fria recordar-se-ão de que a configuração do sistema internacional não é algo que acontece em algum universo remoto. A rivalidade das duas superpotências naquele momento havia trazido sérias consequências às políticas internas, à economia, às condições sociais e à evolução cultural de muitos países. O mesmo pode ser dito com relação ao período de dominação unipolar exercida pelos Estados Unidos como única superpotência remanescente após o encerramento da Guerra Fria. Embora a implementação do neoliberalismo e do capitalismo financeiro na década de 1990 tenha tido várias causas, o triunfo do capitalismo do livre mercado não teria sido tão avassalador sem o novo equilíbrio de poder global. A "guerra contra o terror", com todas as consequências que recaíram sobre muitos países, inclusive os próprios Estados Unidos, reflete a estrutura unipolar do sistema internacional daquela época.

Hoje, o sistema internacional está mais uma vez atravessando profunda transição. Com o acordar da China, com o retorno da Rússia à cena principal, com a emergência de países como o Brasil e a Índia como grandes partícipes e a constituição de novas coalizões e alianças como os Brics, a União Eurasiana, a Organização para Cooperação de Xangai etc., o mundo está tomando a direção de um sistema multipolar – talvez com um elemento bipolar (Estados-Unidos-China) na sua base. Isso não significa que os Estados Unidos se tornarão uma potência menor. No que diz respeito ao poderio militar, esse país manterá a liderança ainda por muito tempo. Com gastos militares da ordem de 640.221 trilhões, os Estados Unidos gastam três vezes mais do que o montante despendido pelo país que ocupa o segundo lugar, a China, com 188.460 trilhões de dólares. Da mesma forma, no que tange à economia, os EUA ainda permanecerão no topo do ranking por mais algum tempo. Nesse aspecto, aliás, o simples exame dos números do PIB mostra-se enganoso. Não existem apenas vultosas diferenças na riqueza econômica per capita, mas também dimensões qualitativas da economia em jogo. Por exemplo, a liderança tecnológica dos EUA e das empresas norte-americanas nos setores mais avançados e dinâmicos da economia digital (Apple, Google, Microsoft etc.).

Contudo, diversos acontecimentos têm evidenciado, nos últimos anos, e em ocorrências específicas em 2014, os limites da capacidade dos EUA e o papel crescente dos recém-chegados. A reconfiguração do sistema internacional está apenas começando, e ninguém sabe, de forma mais detalhada, como esse processo evoluirá.

Heterogêneos, mas com potencialidades anti-hegemônicas

Os Brics são um fenômeno novo. Esse projeto está apenas se instaurando e não sabemos até onde irá. Sendo assim, grande parte de nossas avaliações tem caráter preliminar. No momento presente, torna-se evidente que os Brics são mais que um simples grupo formal, como o G7 nas Nações Unidas, ou conglomerados similares, porque com a criação de seu Novo Banco de Desenvolvimento, o NDB, constituiu-se um Acordo Comum de Reserva de Contingência (CRA) e foram iniciadas etapas concretas e importantes de integração econômica. Por outro lado, o grau de integração nos Brics é menor do que o do G7, que, além disso, está integrado em uma aliança militar (Otan), com exceção do Japão, que somente se vincula a esse grupo pela via de um acordo militar bilateral com os EUA, o líder da Otan.

Em termos militares, a Rússia é o único país no mundo a possuir uma capacidade de resposta a ataques nucleares em direção aos EUA. Esse país está, no momento, modernizando em passo acelerado suas forças militares. A Rússia enfrenta várias zonas de conflito político e étnico em suas fronteiras e está em situação de sério confronto com a Otan em relação à Ucrânia. A China está passando por um rápido fortalecimento de suas forças militares. Há conflitos de fronteira com a Índia na Caxemira, e com o Japão, o Vietnã e as Filipinas no Mar da China, acompanhados por uma corrida armamentista regional e, de modo geral, tensões acumuladas com os Estados Unidos no Pacífico. A Índia está sob permanentes tensões, entre as quais um conflito de fronteira com o Paquistão na Caxemira – além do mesmo conflito sobre fronteiras já mencionado com a China. No passado, houve momentos de rivalidade nas relações sino-indianas, onde existe uma aliança entre a China e o Paquistão. Por outro lado, a Índia tem mantido boas relações com Moscou, desde a época da União Soviética, que incluem consideráveis exportações militares russas.

Diversamente dos membros asiáticos do Brics, o Brasil e a África do Sul não têm conflitos territoriais, confrontos militares ou tensões com os países vizinhos, nem estão envolvidos em oposição geopolítica direta com os EUA ou com alguma outra grande potência. Por outro lado, a influência política é desigual entre os membros do Brics, já que a China e a Rússia, diversamente dos demais membros, têm assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Como a Índia e o Brasil estão também pleiteando um assento, será interessante acompanhar, no futuro, a forma pela qual a China e a Rússia, que já são membros do clube, lidarão com essa questão.

No que diz respeito ao sistema econômico, todos os

Os Brics querem quebrar o monopólio do poder ocidental, e querem mais independência política e econômica sem interferências nos seus assuntos internos. Os Brics são um projeto anti-hegemônico.

	PIB 2013 1 in Paridade do dólar		PIB 2013 1 Em poder de compra paritário		População			Gastos militares
	Milhões USD	Posição global		Percapita	Posição global	Mihões	Pós-global	Atual em milhões de USD
China	9.240.270	2	16.161.655	2	6.560	1.357.380	1	188.460
Brasil	2.245.673	7	3.012.934	7	11.690	200.362	5	47.398
Rússia	2.096.777	9	3.460.368	6	13.860	143.500	9	87.837
Índia	1.876.797	10	6.776.098	3	1.570	1.252.140	2	31.456
África do Sul	350.630	33	662.632	27	7.190	52.982	25	4.108

Fonte: Banco Mundial

membros do Brics são países capitalistas, e todos estão seguindo o imperativo convencional de crescimento quantitativo para o seu desenvolvimento econômico, e mantêm – alguns mais, outros menos – componentes (neo)liberais em suas estratégias econômicas. Mas, nessa estrutura comum, existem diferenças, das quais as mais significativas são: o grau de intervenção do Estado e as empresas estatais; a estrutura da economia – com a China na dianteira e a situação social com grandes disparidades de rendimento per capita. Todas essas diferenças – políticas, econômicas, militares etc. – formam um padrão bastante complexo, e por vezes contraditório, de interesses e de interação entre os países do Brics, inclusive até algumas fontes potenciais de conflitos. Há, por exemplo, o risco da repetição do padrão tradicional de divisão do trabalho nas relações comerciais. O Brasil, África do Sul e Índia, em particular, poderão ter problemas com esse fator em longo prazo. Esse padrão, no que diz respeito à Rússia e à China, poderá transformar-se em desvantagem para a Rússia em longo prazo, se esse país não conseguir diversificar e modernizar sua economia. Outro problema poderá ser a assimetria entre o porte gigantesco da economia chinesa, que está quase em 60% do PIB total (na paridade com o dólar) e os outros quatro membros (ver tabela 1). Isso levará, inevitavelmente, a um papel de predominância por parte da China, se não surgir nenhum contrapeso.

O denominador comum: a anti-hegemonia

Dado esse contexto de heterogeneidade política, militar, econômica e cultural surge uma pergunta: por que os Brics se uniram? A motivação decisiva é explicada na declaração de Yekaterinbourg e foi repetida durante as outras cimeiras. Os Brics querem "uma ordem mais democrática e multipolar do mundo fundada nas normas de direito internacional, na igualdade, no respeito mútuo, na cooperação, na ação coordenada e na tomada de decisão coletiva de todos os Estados" (declaração conjunta dos líderes dos países do Bric – 16 de junho de 2009). A grande maioria da sociedade civil internacional vai concordar com essa análise, que reflete as práticas hegemônicas dos EUA e de seus aliados europeus – não apenas, mas especificamente – desde o início da guerra contra o terror. Mas reflete também o outro lado da mudança no equilíbrio de poder no mundo como foi dito mais acima. Os Brics querem quebrar o monopólio do poder ocidental e querem mais independência política e econômica sem interferências nos seus assuntos internos. Eles percebem que, graças ao seu crescente potencial, o momento é propício para a união de esforços e para acelerar o processo de transição em direção a um mundo policêntrico, com o auxílio de uma estrutura organizada. Esse é o interesse comum decisivo, e ele é suficiente para instaurar uma cooperação, apesar das diferenças mencionadas no capítulo anterior. Os Brics são um projeto anti-hegemônico.

Se examinarmos os fatos econômicos, a posição dos Brics está correta. O poderio econômico relativo dos EUA e da Europa ocidental tem diminuído consideravelmente

nas últimas duas décadas e tende a encolher no futuro. Por exemplo, o G7 pretende representar as sete maiores economias do mundo. Mas, mesmo em termos de paridade com o dólar, a China e o Brasil são mais fortes do que a Itália e o Canadá. Esses países, portanto, deveriam estar entre os países do G7, enquanto a Itália e o Canadá teriam de sair desse grupo. Se a mensuração for feita com base na paridade de poder de compra, as alterações seriam ainda maiores. O G7, nesse caso, deveria ser constituído por Esatdos Unidos, China, Índia, Japão, Alemanha, Rússia e Brasil, enquanto que a França, o Reino Unido, a Itália e o Canadá teriam de sair do grupo (ver tabela 2).

A tabela 2 está na próxima página

Outro indicador que mostra porque os Brics não são motivados apenas pelo tamanho do PIB é a integração da África do Sul ao grupo. Inicialmente, a África do Sul não era membro e agregou-se a ele somente em dezembro de 2010. Se fossem apenas levadas em conta considerações de potencial econômico, a África do Sul não seria parte dos Brics. Para os quatro outros Brics, a presença de um país africano tem um valor altamente simbólico. Ela demonstra o âmbito global da aliança, que abrange agora todos os cinco continentes.

Uma pergunta interessante é saber quem tomou a iniciativa de constituir os Brics e que país lidera a condução da aliança. As fontes oficiais do Brics não trazem resposta a essa questão. Pode-se supor, entretanto, que se trata principalmente de um projeto russo-chinês. É possível que a Rússia tenha desempenhado o papel de iniciador, embora seja apenas uma suposição, que até agora carece de comprovação. Além do fato de que a primeira cimeira dos Brics em 2009 teve lugar na Rússia, existem alguns fatores estruturais determinantes para esse papel: a China, entretanto, tem basicamente o mesmo interesse que a Rússia em livrar-se da hegemonia dos EUA. A China também é um país "contestador nato" da hegemonia americana, embora ela tenha mantido um perfil relativamente baixo no passado no que toca à política externa, mas procurando não aparecer abertamente como tal. As elites chinesas estão acostumadas a pensar em perspectivas históricas de longo prazo e, portanto, não estão com pressa. Há um centro e uma periferia da aliança. A China e a Rússia são os membros que mais têm a ganhar com os Brics. Para a Rússia, a utilidade dos Brics já foi desde já comprovada, quando as sanções impostas pelo Ocidente no contexto da crise ucraniana não conseguiram isolar o país.

O que isso significa para as políticas da União Europeia em relação aos Brics? A UE não tem qualquer política comum em relação aos Brics. Cada Estado membro desenvolverá suas próprias relações com os Estados individuais do grupo dos Brics e poderá até mesmo competir com os outros, como, por exemplo, em relação a quotas de mercado na China ou projetos de grande infraestrutura estratégica, tais como o oleoduto North Stream ou as ferrovias no contexto dos projetos russo-chineses da "Estrada da Seda".

Outro sistema internacional é necessário

Uma ordem multipolar não é em si mais democrática, justa e pacífica como sistema unipolar. Ela poderá ser caótica, conflituosa e belicosa. Mas, como a história é contingente e altera as oportunidades de oferta em diferentes direções, seria irresponsável por parte da sociedade civil não tentar intervir no processo de transição do sistema internacional. Não há nenhuma razão para tomar o partido dos países ocidentais, com base na democracia e nos direitos humanos. Para os governos ocidentais, e em primeiro lugar para os Estados Unidos, o discurso da democracia e dos direitos humanos sempre foi instrumentalizado para ser subordinado aos propósitos geopolíticos; sem mencionar, aliás, a duplicidade de critérios quando se trata de tortura em Guantánamo, de vigilância eletrônica global por meio de agências de serviços secretos,

Diversamente dos membros asiáticos do Brics, Brasil e África do Sul não têm conflitos territoriais, confrontos militares ou tensões com os países vizinhos, nem estão envolvidos em oposição com qualquer grande potência.

de racismo demonstrado por instituições do Estado ou de proteção de privilégios para as empresas transnacionais, os bilionários e o capital financeiro, ou, ainda, do uso ilegal da violência militar – do Vietnã ao Iraque. Seria muito bom se a Argentina obtivesse um crédito incondicional para combater os ataques dos fundos abutres sem ter de ajoelhar-se frente às condicionalidades do FMI. Seria simplesmente muito bom se a Rússia pudesse transferir suas importações de produtos agrícolas da Polônia e da Itália para o Brasil, se Washington e Bruxelas decidirem que Moscou é o único culpado pela crise na Ucrânia.

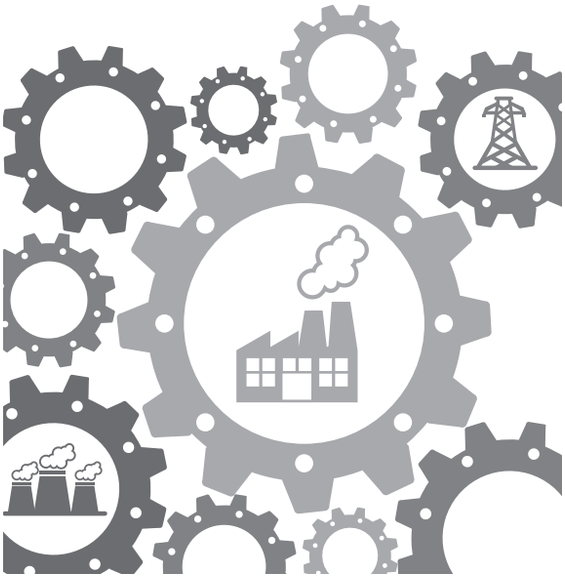
A democratização do sistema internacional e de suas instituições, o respeito para com o direito internacional como codificado na Carta das Nações Unidas, a solução dos conflitos políticos e uma economia mundial equânime são propostas genuínas de emancipação. A cooperação deverá ser o princípio basilar, e não a competição. Caso contrário, os grandes desafios enfrentados pela humanidade não poderão ser vencidos. Mas não há motivo algum para acreditar na lógica "o inimigo do meu inimigo é meu amigo". Para a sociedade civil, direitos humanos, democracia e desenvolvimento pacífico são valores em si mesmos, que não podem ser subordinados ou mesmo sacrificados para outros fins. E o histórico dos países do Brics a esse respeito – com intensidade diferenciada nos diferentes países – é problemático.

Uma posição formal de equidistância não é, tampouco, uma solução. O que precisamos é de uma abordagem diferenciada caso por caso. O principal objetivo dos Brics, de democratização do sistema internacional, merece apoio, muito especialmente se os Brics quiserem realmente fortalecer as Nações Unidas e seguir os princípios da Carta das Nações Unidas, como reivindicam em suas declarações. O Banco Mundial poderia ser uma alternativa ao FMI, já que os quarenta anos da reforma das instituições de Bretton Woods não produziram resultados substanciais. Mas, se o Novo Banco de Desenvolvimento conceber novos projetos, dispensando os direitos humanos, a democracia e os ecossistemas, não podemos ficar em silêncio. Teremos, particularmente, de praticar a solidariedade com a sociedade civil autônoma de cada país nos seus protestos.

A China e a Rússia são os membros que mais têm a ganhar com os Brics.

G7 existente		O "verdadeiro" G7 segundo a paridade em US$		O "verdadeiro" G7 em PPP	
Estados Unidos	16.768.100	Estados Unidos	16.768.100	Estados Unidos	16.768.100
Japão	4.919.563	China	9.240.270	China	16.161.655
Alemanha	3.730.261	Japão	4.919.563	Índia	6.776.098
França	2.806.428	Alemanha	3.730.261	Japão	4.641.373
ReinoUnido	2.678.455	ReinoUnido França	2.806.428	Alemanha	3.585.206
Itália	2.149.485	ReinoUnido	2.678.455	Rússia	3.460.368
Canadá	1.826.769	Brasil	2.245.673	Brasil	3.012.934

Fonte: Banco Mundial



Algumas ideias sobre a ascensão chinesa e os movimentos sociais globais

Jim Harkness

Consultor autônomo em Sistemas Alimentares, Meio Ambiente e Filantropia na China e presidente do Instituto para Agricultura e Política Comercial

Estou aqui como ativista, não como acadêmico. Pediram-me para fornecer uma visão externa sobre a ascensão da China e avaliar em que medida o chinês constitui uma nova configuração de poder. Infelizmente, essa é uma tarefa muito fácil. A resposta mais curta é que a China é um novo poder, mas, pensando nos elementos fundamentais do sistema global com os quais eu me preocupo – igualdade econômica e social, crescimento sustentável e conservação da natureza –, a China não representa uma alternativa positiva e transformadora.

Isso porque o modelo da China é dependente de exportações, com baixos salários, com pouco valor agregado, e porque a China continua a depender da posição do dólar – bem como o apoia – como moeda de reserva global. Também é verdade que o modelo de crescimento da China é tanto desigual internamente quanto dependente do consumo maciço de recursos globais. É um sistema intensivo de energia e de recursos.

As dotações de recursos naturais da China são muito desiguais. Sua principal fonte de energia é o carvão, que em si é limitado. Menos de 10% de suas terras são cultiváveis. A água é distribuída de forma altamente desigual, o que restringe ainda mais seu crescimento econômico e sua segurança alimentar. Então, além de buscar mercados para suas manufaturas, a China é impulsionada por seu modelo de desenvolvimento e por limitações internas para buscar importações maciças de recursos naturais.

Em vez de exagerar o óbvio, eu gostaria de compartilhar algumas reflexões sobre a relação entre a China e os trabalhos dos movimentos sociais fora desse país. O ponto de vista "externo" que estou disposto a fornecer diz respeito a como podemos responder à reemergência da China como uma potência global.

Tem muitos aspectos do crescimento rápido da China que afetam as vidas de pessoas de diversos outros países: emissões de gases do efeito estufa não respeitam fronteiras e importações de baixo custo de bens manufaturados chineses têm devastado trabalhadores de setores semelhantes em países do Norte e do Sul. O setor extrativo é tanto a ameaça mais imediata nessa região quanto é um problema que parece ter oportunidades promissoras de resposta.

Tem dois outros perigos quando confrontamos os efeitos negativos do crescimento da presença chinesa global, sendo um o espelho do outro. O primeiro é o perigo do que viemos chamando de "geopolítica", de cair num processo xenófobo contra a China ou contra os chineses em geral. A China é uma grande engrenagem na máquina ainda maior que é o capitalismo global do século XXI, uma grande máquina devoradora de recursos altamente desigual. Assim como o são as companhias e os governos do Brasil, da União Europeia e dos Estados Unidos. É importante não deixar a crítica legítima de empresas ou

Desde Copenhagen, a China tornou-se cada vez mais consciente de que ela não recebe um passe livre devido a sua ainda baixa renda per capita (e emissões).

de políticas chinesas se transformar simplesmente em um bode expiatório para que empresas tão poluidoras quanto as chinesas as acusem, sem precisar mudar sua própria participação na mudança climática global, como feito pelo governo americano e por suas indústrias de combustíveis fósseis. Ao mesmo tempo, tem aqueles que falam que apenas o "engajamento construtivo" trará resultados positivos e que qualquer linguagem crítica trará apenas um endurecimento dos posicionamentos chineses. Isso fica cada vez menos real conforme oficiais e companhias chinesas se encontram mais e mais emaranhados nos sistemas globais, mais sofisticados no seu entendimento e mais conhecedores das normas globais.

A visão nacional que guia a China é a de ser "rica e forte" e, nas últimas décadas, a busca por esse objetivo tem posto em questão, ou revertido, dois aspectos importantes sobre como a China se vê e sobre como ela quer ser vista pelo mundo: 1) "Nós não interferimos nos assuntos internos de outros países". Essa tem sido durante muito tempo a base da política externa chinesa. É um principio defensivo: um argumento do porquê outros não tem o menor direito de criticar as violações chinesas aos direitos humanos no território chinês. Ademais, tem sido também uma justificativa pela relação próxima da China com a Coreia do Norte, o Sudão e outros Estados párias, e por sua abstenção dos votos relacionados a esses Estados no Conselho de Segurança da ONU; 2) a China é um país em desenvolvimento.

Ambas as noções – mantidas firmemente e reafirmadas fortemente pelo ministro de Relações Exteriores – serviram bem à China como defesas ideológicas contra todas as críticas externas nas primeiras duas décadas da sua ascensão global. No entanto, ambas caíram por terra na medida em que a China ficou mais rica, mais forte e mais integrada na economia global. As unidades militares da China começaram a falar sobre seus direitos de defender os cidadãos chineses e seus interesses no exterior, o que é uma grande mudança. De uma maneira diferente, agora que há empresas chinesas que procuram recursos e lucros em todo o mundo, o seu comportamento – de interferência econômica nos assuntos internos de outros países – começou a prejudicar a reputação do país e comprometeria o seu poder de persuasão. E devido à sua riqueza crescente e a seu enorme tamanho, a China está sendo chamada por outros países para reforçar suas posições nos assuntos globais.

Apesar de a renda per capita da China ser ainda muito baixa, a riqueza agregada do país e seu consumo de recursos naturais estão minando sua reivindicação de "país em desenvolvimento" também. Em alguns aspectos, é claro, esse é um sinal positivo de que ela está se movendo em direção ao seu objetivo de riqueza e poder. Eu estava na China em 1998 quando o rublo desabou, e esse foi um momento extremamente significativo para os chineses mais velhos, os quais lembravam vividamente da antiga glória e arrogância soviética para com o seu vizinho do leste.

O evento mais crucial aconteceu uma década mais tarde, em Copenhagen. A China chegou aos diálogos com uma firme crença em "responsabilidades comuns, mas diferenciadas" para lidar com a mudança climática, pronta para assumir compromissos bastante ambiciosos, para um país de rápido crescimento, dependente do carvão. Ela estava completamente despreparada para o ataque dos EUA/Reino Unido sobre os seus posicionamentos, e profundamente chocada pelo fato de que pequenos Estados insulares também a pressionariam para cortes mais profundos. Desde então, a China tornou-se cada vez mais consciente de que ela não recebe um passe livre devido a sua ainda baixa renda per capita (e emissões).

Como uma empresa que cresceu ao ponto de querer listar em bolsa de valores pública, a China agora está exposta a riscos de reputação que simplesmente não existiam nos velhos tempos. Seus líderes agora percebem que, se a China não for vista como uma jogadora responsável no cenário mundial, as suas perspectivas econômicas e diplomáticas vão sofrer. Aqui reside uma oportunidade de advocacia que não existia apenas uma década atrás. Na semana passada, a Global Witness anunciou que a associação da indústria de mineração da China concordou em instruir seus membros para um novo código ambiental e social de conduta para as operações fora do país. Isso não vai parar todas as atividades extrativistas por empresas chinesas na América Latina, nem tem a cara de uma medida legal formal. Mas é um passo, um passo importante, e é um ótimo modelo para a ação da sociedade civil global que objetive conter os piores abusos de empresas chinesas.

Essa vitória não teria sido possível sem a solidariedade internacional. Movimentos independentes locais aumentaram os custos político-econômicos da mineração chinesa em lugares como a Zâmbia e o Equador. E a Global Witness tinha capacidade, conhecimento do setor e conexões necessários para ganhar o caso em Pequim e mudar a ação de toda a indústria.

Encontrar maneiras de unir aqueles que analisam os motores financeiros e políticos da extração com as comunidades e movimentos de campo, no entanto, é um desafio. Francamente falando, não temos os recursos para fazê-lo bem. E essas redes precisam de tempo para construir confiança e respeito. Há uma longa e triste história de ONGs no Norte fazendo acordos "em nome" de comunidades no Sul sem o consentimento ou a participação dessas comunidades. Mas não há maneira de contornar isso: construir e fortalecer redes globais de solidariedade e resistência é crucial quando as ameaças são complexas e globais.

ENTREVISTA

Christophe Aguiton, do Attac França

Articulação global, ação local

Camila Nóbrega

Jornalista do Ibase

Em oito meses haverá uma nova Conferência das Partes (COP), das Nações Unidas. Dessa vez acontecerá em Paris, em dezembro, com a mesma roupagem de sempre, a pompa e a circunstância ainda em alta, mas com as expectativas em baixa. Já não se espera um acordo climático robusto, sequer ousado. Nada de compromissos sérios de redução de gases de efeito estufa assumidos por cada país. Isso tudo foi abandonado, a crise econômica chegou, a climática ficou para depois. É o que afirma o ecossocialista Christophe Aguiton, francês que acompanha as negociações climáticas desde antes da ECO-92 e se tornou referência durante sua militância na organização Attac França. Diante disso, o que fazer com a crise, não apenas ambiental, mas social, que, muito antes da elevação de temperatura de dois graus centígrados, bate à porta de populações inteiras ao redor do mundo? Que rumo dar às aspirações e reivindicações de movimentos sociais que lutam por justiça ambiental? Os próximos passos dessa luta foram a tônica da reunião do clima, preparatória para a COP-15 de Paris, que aconteceu na Tunísia, imediatamente antes do início do Fórum Social Mundial (FSM), nos dias 23 e 24 de março. "Precisamos fortalecer as raízes locais do movimento, para então fazê-lo crescer também internacionalmente", afirma Aguiton nesta entrevista, concedida à jornalista Camila Nobrega, durante o FSM, no campus da Universidade El Manar, na cidade de Túnis, capital tunisina.

TRINCHEIRAS - Durante dois dias, organizações do mundo inteiro estiveram reunidas em Túnis, para se preparar para a COP que será realizada em Paris, em dezembro. Você acompanha as discussões do clima desde o início, poderia dar um panorama sobre o posicionamento dos movimentos sociais nesse momento?

Christophe Aguiton - Para responder à sua pergunta, vou voltar à COP de Copenhague [2009]. Naquele momento, houve uma esperança de que poderia haver um acordo de alto nível que pudesse fazer frente ao desafio do aquecimento global que está posto à humanidade. O movimento para alcançar a justiça climática estava completamente dividido. De um lado, a ***Climate Action Network***, da qual fazem parte organizações ambientalistas mais tradicionais como Greenpeace, WWF, aliados com Oxfam, Action Aid, entre outras instituições. Esse bloco defendia a ideia de

investir na negociação, com um trabalho de lobby, a partir da União Europeia. Pensavam que a UE teria uma posição mais positiva e progressista nas negociações. E, para eles, havia um grupo de países em separado, os "maus", principalmente representados por China e os Estados Unidos. Mas havia outra corrente do movimento climático, uma aliança de organizações chamada ***Climate Justice Now***, criada em 2007. É uma articulação que une movimentos como Amigos da Terra, Attac, Via Campesina, que defendem a justiça climática e têm uma postura clara contra o neoliberalismo e trata a questão climática como um problema causado pelo sistema em que vivemos. Naquele momento, trabalhávamos muito próximos a países como Bolívia e Equador e tínhamos não apenas a impressão, mas uma convicção de que, sem mobilização, não seríamos capazes de conseguir nada. No entanto, não houve unidade e todo mundo sabe o fim da história. Copenhague fracassou, não houve acordo algum. E o movimento sobre justiça climática desapareceu, foi desfortalecido em todo o mundo. Agora está tudo mudado. Há um sentimento mais compartilhado no planeta sobre a urgência questão climática. Há gente que nega as mudanças climáticas, diz que é uma farsa criada contra os Estados Unidos e outras besteiras. Mas as últimas catástrofes em Nova York e também tufões em Tuvalu, nas Filipinas e outros lugares evidenciam que as catástrofes climáticas estão crescendo. Tudo isso demonstra de maneira muito simples que há mudanças e que há impacto das ações humanas e do uso demasiado de combustíveis fósseis.

TRINCHEIRAS - O movimentos sociais e organizações da sociedade civil estão conseguindo se organizar para responder a estas evidências?

Christophe Aguiton - Houve pelo menos três grandes manifestações chamando atenção para as mudanças climáticas: na França; no Peru, durante a Cúpula dos Povos de Lima; e nos Estados Unidos, em Nova York. Nesta última, a Marcha do Clima (People´s Climate March), em 21 de setembro de 2014, esperavam em torno de 100 mil pessoas e a polícia estimou 350 mil no dia. Ou seja, devem ter sido mais de 400 mil pessoas. Foi a maior manifestação do clima da história e a maior nos EUA desde os anos 1970, contra a guerra no Vietnã. Com isso e com a urgência do tema estão surgindo alianças amplas, sem termos previsto ou combinado isso. São alianças climáticas ampliadas que incluem novos atores, como organizações virtuais, que mudam bastante a dinâmica nessas articulações. Há aportes grandes de recursos e mobilizações que unem milhares de pessoas, até mesmo virtualmente.

TRINCHEIRAS - Este tipo de manifestação pode levar a mudanças mais estruturais, mesmo com as negociações do clima tão negligenciadas pelos países participantes?

Christophe Aguiton - Há uma questão mais profunda que se deve discutir. A lutas ambientais estão todas as partes, há lutas contra extrativismo, contra a construção de barragens, como há no Brasil. No Peru, o movimento é forte contra a mineração, na África há problemas graves com o fracking (faturamento hidráulico). E muitas dessas lutas compartilham coisas fáceis de serem percebidas. Mas a justiça climática não. O assunto climático tem múltiplos elementos e efeitos que não são pontuais. É difícil ter elos que impulsionem a luta de forma conjunta. Quando moradores de determinado lugar não querem uma barragem, faz-se acampamentos, protestos, gritam não queremos isso. É contra um inimigo visível. A questão da luta contra as mudanças climáticas é mais difícil, porque tem a ver com a forma como vamos esquentar nossas casas,

A luta contra as mudanças climáticas é mais difícil, porque é uma questão de modo de vida, não é palpável.

que tipo de agriculturas queremos, tem a ver com o excesso de agrotóxicos e como podemos dizer não a eles, de como vamos pensar moradias, nossas férias, viagens a trabalho. É uma questão de modos de vida, não é palpável. Tem a ver com cada pedaço das nossas vidas. Para mim, uma comparação possível é com o feminismo. Não foi fácil também para as mulheres ganharem espaço. O feminismo tem a ver com a relação de homem e mulher na vida diária, mas é também uma questão de espaço público, de trabalho. Há lutas pontuais dentro dele, como a legalização do aborto, mas a luta como um todo também não é palpável.

TRINCHEIRAS - O FSM 2015 também tem como um dos focos essa relação entre o local e o global. Como conectar as lutas nos territórios com a luta mais ampla pela justiça socioambiental?

Christophe Aguiton - Nesse momento, o importante é construir raízes locais para o movimento. Não apenas lutar pensando nas grandes conferências ou cúpulas, como a de Paris. Porque deste modo tão geral, a discussão fica tão acima do cotidiano, do real, que vamos passando de uma conferência à outra, de Copenhague a Paris e depois para não sei aonde, e o movimento não vai se fortalecer. A menos que consigamos enraizar o movimento nas lutas concretas. Se não tivermos raízes, o movimento não seguirá, não sobreviverá. Lutas contra aeroportos, rodovias, contra o fracking, contra várias obras, são lutas de resistência. E algumas delas se desenvolvem nos territórios contra sujeitos fortes. Por outro lado, é importante vincular tudo isso àqueles movimentos que ainda não estão fazendo alternativas na prática, mas constroem o movimento, impulsionam.

TRINCHEIRAS - E que caminhos tem sido seguidos para dar mais visibilidade às alternativas? Você citaria alguma em especial?

Christophe Aguiton - Há uma cujo nome é ***Alternatiba***, um conceito que foi criado pelo grupo independente Bizi. É uma aliança de coletivos, do país basco. Claro que, com pouco mais de 300 mil habitantes, que é a população deles, algumas coisas são mais simples. Mas eles foram capazes de, cerca de um ano e meio atrás, criar um evento que foi um choque positivo para todos nós. Eles converteram uma cidade em um fim de semana em uma feira de alternativas. Reuniram mais de dez mil pessoas e ocuparam todo o centro de uma cidade, dedicado às conversas, aos debates, como conhecemos, mas também combinado com espaço para mostrar alternativas. Havia produção agroecológica, mostras sobre circuito curto. Era como um mercado muito grande. Tinha gente exibindo painéis solares, havia alimentos biodinâmicos. É um exemplo de que a solução está, também, nas mãos da sociedade civil. E há outras alternativas em curso, na América também, especialmente América do Norte. Nossa ambição é de impulsionar estes movimentos e soluções. E a COP de Paris é uma possibilidade de fazer isso. A Attac tem mais de dez mil militantes e mais de cem comitês locais. A Via Campesina também é um movimento internacional, porém com fortes raízes locais.

TRINCHEIRAS - Ou seja, é um momento de fortalecer movimentos de base também...

Christophe Aguiton - De fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Fortalecer os vínculos com as lutas de resistência e dar projeção à força das alternativas locais. Estamos convencidos de que, se há apenas ações de nível internacional, não vai funcionar. É o caso dos Estados Unidos, por exemplo. Observe a posição do país: eles não assinaram o Tratado de Kyoto, não querem falar em mudança nos modos de vida. Tudo vai muito mal na consciência ambiental como país. Mas, se vemos no detalhe, há muitos locais, cidades que, apesar da fama do país em seu conjunto, estão criando projetos e soluções interessantes, mudanças práticas na vida das pessoas. Na Califórnia, por exemplo, há muito mais mercados locais do que no Brasil ou na França. Essa visão que divide países em "bons" e "maus" não dá conta do que é mais complexo. A China está fazendo em 15, 20 anos, o que a Europa fez em 60 anos: passar de uma população campesina para uma população urbana. Isso significa passar 400 milhões de pessoas da zona rural para a zona urbana. E é algo que jamais foi feito na história. Imagine o ritmo de construções para esse tanto de pessoas... mais que um Brasil inteiro. Metade do ferro produzido no mundo vai para a China para a construção civil. Logo, quando se veem as cifras, são muito ruins. Mas, por exemplo, a implantação de painéis solares está também se acelerando na China. Assim como outras iniciativas. E uma das razões é a que a China vai pagar um preço muito alto pelas mudanças climáticas. Para eles, isso será um desastre. Ou seja, temos que ter um olhar local mais consistente, não adianta fazer a discussão só por cima.

TRINCHEIRAS - E o que se pode esperar da COP-21, em um momento em que novos acordos climáticos parecem tão distantes?

Christophe Aguiton - O problema é que a COP vai discutir menos do que nunca tudo isso de que estamos falando e de tudo que impacta a sociedade como um todo. Eles não vão discutir tampouco coisas como desenvolvimento sustentável e economia verde. O que vai haver é o processo de declaração voluntária de compromissos de redução

de emissões de gases de efeito estufa por cada Estado. Entre fevereiro e outubro, todos os países do mundo devem dizer qual será o nível de compromisso e quanto vão destinar ao fundo verde. Os suíços foram os primeiros a se manifestar, há poucas semanas. A esperança é que isso vá criar um movimento positivo de competição, porque, por exemplo, os brasileiros não querem ser mal vistos internacionalmente e outros países também não. Mas é importante perceber que toda essa discussão de compromisso negociado, de acordos mais ousados não fazem sequer parte da pauta de discussão de Paris. Jamais um país como o Brasil vai aceitar chegar em Paris e ouvir: sua proposta é uma droga. Volte ao seu país e melhore nas próximas semanas. Não vai acontecer com Estados Unidos, nem China. Com ninguém. Com isso, exigências não fazem mais parte da discussão. Também não serão definidas as contribuições ao fundo verde. E isso é algo chave para os movimentos, porque os compromissos e aportes ao fundo são pontos essenciais. Todo o resto é falação. Isso explica um pouco também por que os movimentos relacionados às mudanças climáticas e à justiça ambiental conseguiram fazer coalizões mais amplas. Porque agora mesmo os mais reformistas sabem que, sem mobilização da sociedade civil, nada vai ocorrer. E o interessante é que os Estados também dizem isso. O Ministério das Relações Exteriores da França, que não é nada radical, disse que, sem pressão da sociedade civil, a súmula dos compromissos em Paris será muito ruim. Nem sequer o ritmo das reduções de emissões de gases de efeito estufa está sendo questionado mais. Dizem já que apenas lá para 2025, quando as coisas estiverem bem mais graves, os países vão definir reduções de gases de efeito estufa e o fundo verde.

TRINCHEIRAS - Mas, mesmo sem os compromissos estarem em pauta, há esforços para definir mecanismos de mercado para a natureza, certo?

Christophe Aguiton - Sim. E por isso, também, se discute mecanismos de controle para reportar a veracidade do cumprimento de metas. Os Estados Unidos defendem, por exemplo, que todos os países que usarem recursos do fundo verde terão que respeitar mecanismos internacionais de verificação para projetos de redução de emissões. Porém, são mecanismos de controle sociais também. Não se sabe como isso poderá ser feito. No entanto, o entrave para eles é esse, não teremos um mercado mundial de carbono, porque teria que ter uma justiça e uma polícia. Sem isso, não haverá mercado global de carbono. Ao mesmo tempo, há uma tentativa de precificação desse carbono, para que países como o Japão possam comprar carbono do Brasil, garantindo que a floresta fique de pé. Porém, qual o preço? Sem controle, não há como ter um preço.

TRINCHEIRAS - A implantação desse tipo de mercado de compensação de emissões, a partir da compra de carbono de emissões evitadas em outros países traz à tona muitas controvérsias e divide opinião. Qual opinião das organizações que você integra?

Christophe Aguiton - A posição, que não é de todas as organizações das grandes coalizões, mas é da Justiça Climática Agora, por exemplo, é contra todos os mecanismos de compensação ambientais internacionais, porque acreditamos que a redução tem que acontecer efetivamente em cada país. E não permitir que se comprem créditos no carbono Brasil para continuar emitindo em outro canto. O Attac França é uma articulação de movimentos contra o neoliberalismo, então o uso desses mecanismos de mercado no meio ambiente não faz sentido para nós. Estamos no Fórum Social Mundial desde o início, em Porto Alegre, em 2001. Nosso foco é na justiça climática e fizemos parte da organização deste encontro que reuniu movimentos do clima para fazer uma preparação para a Cop-21 de Paris.

TRINCHEIRAS - O que se definiu como estratégia para a COP de Paris?

Christophe Aguiton - Decidimos construir um processo de mobilização até Paris. Precisamos evitar o que houve em Copenhague, quando não houve acordo algum, foi um fracasso, mas os chefes de Estado e todos os países conseguiram livrar suas caras. Por isso, o processo dessa vez será antes de Paris. Haverá manifestações até lá. A primeira mobilização será em 30 e 31 se maio, depois 26 e 27 de setembro. E durante a COP, queremos fazer duas grandes manifestações, uma no início, em 29 de novembro e outra no final, em 12 de dezembro, mas nesse período haverá muitas iniciativas. É a hora de mostrarmos a capacidade de a sociedade civil se organizar, lutar e propor.

Colômbia: *os desafios da paz*

Camilo Castellanos
Pesquisador colombiano, ativista pela paz

– Amigo, quer saber sua sorte?, disse a cigana.

**"Vejamos...", respondi duvidoso,
para me safar da situação.**

– Ânimo – insistiu –, seu destino é o de seu país.

"Não estou tão seguro...".

– Ou, ao menos, deveria ser... –
reforçou seu argumento.

**"Bem, estamos chegando a um acordo",
repliquei, como aquele que pretende
que a conversa não termine.**

– Proponho lhe mostrar que a
sorte de seu país é a sua.

**"Pronto!", disse eu, entre derrotado e curioso.
O último argumento era irrefutável.**

Há quase setenta anos a Colômbia está imersa na Violência, com maiúscula, como costumam escrever essa palavra os colombianos. Violência que tem mudado de motivações, de atores, que se movimenta em distintos cenários, mas que tem sido uma constante da qual não se tem liberado o país, como se fosse uma maldição bíblica.

A Colômbia tem a guerrilha mais antiga do mundo, e foi Manuel Marulanda o guerrilheiro mais velho do mundo, um homem que morreu na sua lei se não vencedor, ao menos não vencido.

Tão prolongada persistência tem explicações que se deduzem do fundo mais recôndito da sociedade. Em princípio, uma antidemocracia purificada que exclui a maioria a partir de uma elite que se considera herdeira do melhor da cultura ocidental e cristã, o que a leva a monopolizar os benefícios e as oportunidades do progresso. Do outro lado, uma maioria de negros, índios e mestiços que tem na sua pele a razão do desprezo, ainda que a minoria não seja propriamente ariana, e que mal vive entre a pobreza e a ignorância. A sociedade que segrega e discrimina as maiorias encontra seu devenir em uma estrutura política excludente que não se detém perante nada para preservar os privilégios dos incluídos, para manter nas trevas exteriores as maiorias.

Com Jorge Eliécer Gaitán, o negro Gaitán, um líder surgido das entranhas populares, parecia que a sociedade colombiana superaria a exclusão que portava como um atavismo desde a Conquista. O povo o seguia, até os comunistas de base, mesmo que o Comitê Central dissesse que era um fascista. Os conservadores de base estavam com ele, embora os periódicos de seu partido publicassem caricaturas nas quais os gaitanistas apareciam como chimpanzés. Obviamente, com ele estava o povo liberal. Gaitán dizia que "a fome não é vermelha nem azul, é negra como a morte" e que "o povo é superior a seus dirigentes". Gaitán foi assassinado para conter o avanço do povo que crescia com ele, e o povo se levantou preso de fúria e destroçou as expressões do poder e bebeu todos os licores que eram exclusivos da elite e afogou em uma bebedeira imemorial toda sua dor e as possibilidades de triunfo. Foi em 9 de abril de 1948 – uma data que parte em duas a história da Colômbia.

Inicia-se em seguida uma perseguição feroz contra tudo que significasse gaitanismo, liberalismo popular, rebeldia.

A iniciativa foi de um conservador admirador de Salazar e de Franco, que proscreveu os comunistas como a encarnação do demônio e acusou os protestantes de hereges e os liberais, de amigos dos comunistas e dos protestantes. Os perseguidos resistiram. “Eu não me fiz guerrilheiro, a mim me fizeram guerrilheiro”, explicava um combatente dessa época.

A resistência parecia escapar ao controle das elites e em 1953 elas deram um golpe de Estado que, para salvar as aparências, chamaram de um golpe de opinião e que buscava retomar o controle dos resistentes. O general Rojas instalou o discurso de “chega de sangue, chega de depredação”. A maioria dos combatentes liberais aceitou a oferta de paz.

Fomos ao primeiro café que encontramos aberto. Na mesa mais distante, de costas para o mundo, ali nos entregamos à tarefa de auscultar o futuro.

A cigana era uma mulher sessentona, limpa, com um lenço desbotado pelo uso, duas lindas pulseiras que dissimulavam nos seus pulsos as peças de uma velhice incipiente. Dada minha candidez extrema entreguei a ela toda a minha confiança.

Do bolso de sua saia tirou um baralho lustroso.

– Acaricie as cartas – disse ela. Transmita toda sua energia, não se apresse. Você embaralha? Embaralhe com carinho, concentrado no que deseja saber.

Obediente, embaralhei repetidamente,
pensando na má sorte de minha pátria.

– Divida-o em cinco, com a mão esquerda – ordenou e obedeci de novo. Agora divida em três. Já vamos começar.

O pacificador manteve a proscrição dos comunistas e enviou as forças militares para extirpar seus enclaves rurais. Os comunistas mantiveram a resistência armada. Também havia guerrilheiros liberais que não acreditaram na paz de mentiras.

Logo o ditador pacificador caiu em desgraça ante os mesmos que o haviam enaltecido. Começou assim o que se chamou de Frente Nacional (1958). Revezar-se-iam liberais e conservadores na presidência, uma vez uns, a seguinte os outros, era a Alternância. Todos os cargos públicos (nos corpos colegiados, na administração, no Judiciário) se partiriam pela metade, uma para os liberais, outra para os conservadores. Foi a Paridade. Como se só eles existissem. Na verdade, o que queriam era que não existisse nada mais.

Aos colombianos foi vendida a ideia de que esse era o regime mais civilizado que se podia imaginar, uma experiência única no mundo. Só que na prática formalizava a exclusão e deixava de fora toda expressão dissidente. Mas como dizia minha defunta mãe, cada um sabe onde o sapato lhe aperta.

Aconteceu de, em 1959, triunfarem os cubanos. E em toda a América se viu que era possível vencer e que eram viáveis mudanças de

Gaitán foi assassinado para conter o avanço do povo que crescia com ele, e o povo se levantou preso de fúria e destroçou as expressões do poder e se afogou em uma bebedeira imemorial toda sua dor e as possibilidades de triunfo.

fundo, como a reforma agrária. A Revolução Cubana encheu de fervor os jovens da América Latina, inclusive os colombianos. Foi uma corrente energizante em um país que queria se parecer com a Calmaria, região habitada pelos letargianos, onde não acontecia nada, onde era ilegal pensar, conjecturar, suspeitar, raciocinar ou especular.

E dados a exclusão, o fechamento da política e o mau exemplo de Cuba, ajudados por uma geografia abrupta e umas florestas impenetráveis, os jovens se aliaram aos ex-combatentes dos anos 1950 e formaram guerrilhas revolucionárias: uns amigos dos russos, outros pró-chineses, os demais guevaristas.

Contudo, o fato prodigioso da Sierra Maestra era irrepetível. Nos começos dos anos 1970 eles estavam à beira da extinção, fosse por erros próprios ou por obra da repressão estatal.

Ela estendeu o baralho sobre a mesa. Quatro fileiras de dez cartas em cada fila. Todas de cabeça para baixo. Começou na esquina superior esquerda a percorrer as cartas, com um dedo que as ia bicando, pulando de carta em carta, ao tempo em que sussurrava um balbucio ininteligível. O dedo ágil ia de um lado para o outro entre os montinhos de cartas, avançava, voltava em movimentos irregulares cuja lógica era incompreensível.

De repente parou o movimento. O dedo frenético se deteve em uma carta. Abriu-a com curiosidade e a colocou à parte. Era um deslumbrante Ás de ouros.

– É a paz da Colômbia – exclamou, e um sorriso de satisfação iluminou seu rosto.

Insinuou-me que recolhesse as cartas. Colocou o Ás de ouros no centro da mesa. Outra vez teve de embaralhar e partir o maço em três com a mão esquerda, e logo, com rapidez, a cartomante o estendeu de cabeça para baixo em uma só fileira. Propôs-me que tirasse doze cartas.

A Colômbia tem uma condição dual: é parte da América do Sul, mas se projeta para a América Central. Por isso, enquanto as forças militares aprendiam torturas, desaparições, esquadrões da morte e doutrinas da segurança nacional, os de baixo voltaram a se contagiar com os maus exemplos: a Nicarágua vitoriosa e El Salvador avançando. Assim, nos anos 1980 avançam processos unitários dos trabalhadores, das formações políticas e dos insurgentes. Pensa-se, inclusive, que a situação é pré-insurrecional ou pré-revolucionária.

Ao mesmo tempo em que isso acontece, o narcotráfico irrompe com seu descomunal poder corruptor, ansioso por comprar o ingresso no estabelecimento a qualquer preço. Forja-se então uma aliança entre narcotraficantes, políticos locais, latifundiários e militares para frear a ascensão popular: é o paramilitarismo. Uma contrarrevolução encharcada de sanha contra a Unión Patriótica [1], o movimento sindical, os jornalistas e os professores. Foi a Guerra Suja.

[1] Força nascida do processo de paz das Farc no governo de Belisario Betancur (1982-1986) e que perde na Guerra Suja 3.500 militantes, entre dirigentes e ativistas.

Mas como, desde os Estados Unidos, se decretara a guerra contra as drogas e se ameaçava extraditar os narcotraficantes, estes abriram outra frente contra ministros, políticos, juízes e gente da imprensa.

Entre essas turbulências, o país parecia à beira da desintegração.

A grandes males, grandes remédios, dizem. E, perante a iminência de uma catástrofe, se propuseram todas as saídas possíveis: a ditadura, por exemplo. Optou-se pela menos traumática: reformar a fundo as instituições. Para isso, convocou-se uma Assembleia Constituinte. Desse trabalho participaram as organizações insurgentes que entraram em um processo de paz: o M-19, o EPL, o Movimento Quintín Lame e o PRT.

A elaboração da nova Constituição (1991) se guiou por um critério básico: o melhor antídoto para a violência é a democracia. Ou, de outro modo, a violência que se tinha apoderado de tudo provinha da antidemocracia. Por isso se proclamou que a soberania radicava no povo, que a democracia colombiana era pluralista e participativa, que a nação era pluriétnica e multicultural e se ampliou a Carta de Direitos como nunca se tinha feito.

Por conta de um paradoxo colombiano, no mesmo dia que se elegiam os constituintes mais democráticos da história, se bombardeava Casaverde, refúgio da direção das Farc. Iniciava-se outro ciclo da guerra, a Guerra Integral. Nem as Farc nem o ELN participaram da Constituinte.

Assim, a paz parcial e a nova Constituição foram o marco de uma escalada da violência sem precedentes. Incrementou-se o paramilitarismo e a Guerra Suja, agora com pretensões de interferir na política, de controlar administrações e territórios.

Por um efeito não esperado, no sul do país, a perseguição aos cultivos de uso ilícito lançou o campesinato cocalero nos braços das Farc. Com recursos frescos, os insurgentes golpearam com força as forças do governo e estas pareciam desmoralizadas. Os êxitos nublavam a visão dos insurgentes, fantasiavam que rapidamente estariam entrando em Bogotá vitoriosos.

A cigana colocou no centro da mesa o Ás de ouros. Logo começou a colocar em cada um dos flancos uma carta, começando pelo lado superior, continuando pela direita, e logo deu as cartas novamente duas vezes. Formou-se assim uma cruz com o Ás de ouros no centro.

Ela examinou com atenção o quadro que tinha se formado. Sua mão direita sob o queixo e o indicador solene sobre os lábios.

No braço inferior da cruz estava o Rei de Espadas e embaixo o Três de Espadas e mais embaixo o Dois de Espadas. "Existe um senhor muito poderoso contra a paz – disse —, talvez seja um grupo. Eles têm ganhado muito com a guerra, enriqueceram, têm conseguido muita terra, têm chegado ao poder. Pensam que sem a guerra perderão tudo. Farão tudo o que puderem para atrapalhar a paz, mas vão se dividir, isso significa o Três de Espadas. A unidade das pessoas de má vontade não é sólida, vão se dividir – insistia — e ficarão reduzidos a nada, o Dois de Espadas".

As coisas pareciam confirmar as ilusões dos insurgentes. Contudo, entrou-se em um processo de diálogo com o governo, que entregou às Farc uma zona de distensão do tamanho de El Salvador onde elas atuavam como poder efetivo. Otimistas, os guerrilheiros apregoavam que ganharia a guerra o bando que se quedasse com a bandeira da paz. Ambas as partes faziam seu cálculo estratégico. Para o governo, foi uma manobra nada tática: com a trégua, ganhou tempo para fazer uma reengenharia de suas tropas, recuperar sua moral, rearmá-las e recuperar a iniciativa militar e política. Foi o Plano Colômbia: um programa contrainsurgente disfarçado de combate às drogas.

Poderia parecer que, na Colômbia, os processos de paz são a antessala de uma escalada do conflito. E assim foram os oito anos da Segurança Democrática de Álvaro Uribe Vélez (2002-2008). Liberdade de ação para os comandos militares, envolvimento forçado da população civil na guerra contrainsurgente, deslocamento e despojo do campesinato, detenções massivas, manipulação da informação.

Em troca de concessões mineiras, de projetos madeireiros, do fortalecimento do agronegócio, de abertura ao investimento estrangeiro, Uribe Vélez teve o apoio da comunidade internacional (dos governos) e dos grandes capitais nacionais para sua estratégia belicista. Repetia-se outra constante da história colombiana: as épocas de

incremento da violência são também períodos de auge econômico. Para alguns, a guerra é um bom negócio.

O maior crime desse tempo foram os chamados "falsos positivos". Recrutavam-se jovens desempregados nas cidades com o chamariz de obterem trabalho em outras regiões, sendo depois entregues aos militares, que os faziam passar por guerrilheiros caídos em combate, o que os fazia merecedores de prêmios e prebendas. Atuavam como se tivessem assegurada a impunidade. Tratava-se de filhos de pobres, incapazes de reclamar, enterrados como NN (no name, sem nome). Para outros, a guerra é a maior das tragédias.

Nessa ocasião se confirmava que também perdem o rumo. Em longo prazo, o nível de gastos que demandava a Segurança Democrática era insustentável. Os "falsos positivos" solapavam a aceitação dessa política. Na América Latina, Uribe e sua política eram questionados em todos os fóruns e Colômbia seguia rumo ao isolamento. Impunha-se, assim, uma virada. A virada se chamou Juan Manuel Santos.

Sobrinho-neto de ex-presidente de Colômbia, da linhagem dos antigos donos de El Tiempo, o jornal mais influente do país, ele foi ministro de Comércio Exterior, de Fazenda e de Defesa. Entre suas audácias está o ataque impetuoso ao acampamento do comandante Raúl Reyes no Equador, a libertação de Ingrid Betancur mediante a perfídia, o patrocínio dos "falsos positivos" e anuência a seus perpetradores. Por tudo isso, Juan Manuel Santos não poderia ser menos que presidente da Colômbia.

Ademais, diz-se que é um astuto jogador de pôquer. Sabe esconder seu jogo e enganar a seus companheiros de mesa. Foi o que aconteceu com Uribe, que o teve por anos como seu mais submisso seguidor e o levou à Presidência, só que, já promovido, abandonou a Segurança Democrática e fez seu próprio jogo uma vez eleito presidente. Com paciência e sigilo se aproximou das Farc. Ao longo de um ano e meio teve 65 encontros clandestinos na Venezuela e na Cuba para que doze comissionados, seis por cada parte, cozinhassem a possibilidade de um processo de diálogo de paz. Dessa vez não haveria concessões territoriais, conversar-se-ia no exterior sem publicidade nem meios, com uma agenda limitada. Outras regras: negociar-se-ia em meio à confrontação, sem cessar fogo; nada estaria firme até que não se houvesse acordado tudo. Ele queria também uma paz express, como se um conflito de mais de cinquenta anos pudesse se resolver em um abrir e fechar de olhos. No entanto, não se equivocava. Era outra argúcia de jogador.

No braço direito da cruz havia um Rei de Ouros, depois um Sete de Copas, fechando a fila o Valete de Ouros. "O Rei de Ouros também é poderoso. Parece amigo da paz. Mas o Sete de Espadas indica que não se acredita muito nele. Alguns o têm por traidor, o grupo das Espadas. Outros olham a proximidade das Espadas como gosto pela guerra. Ele vai ter de fazer um grande esforço para convencer de que efetivamente é um homem de paz. O Valete de Ouros indica que sim, que logo vai ter êxito, mas vai ficar claro que é pela sua boa sorte, mais pelos Paus e as Copas que por seus méritos, que fazer, a boa estrela também pode ser um prêmio".

O que tinha mudado agora que as Farc concordavam com as condições que antes estavam longe de ser aceitáveis? Sem dúvida, influi a mudança no panorama político da região. Um grupo significativo de países oscilava para a esquerda com governos progressistas, em vias de se constituir em um bloco político, em alguns casos com indícios de isso marcava uma direção contra o neoliberalismo, todos eles amigos de Cuba e definitivamente todos distantes da hegemonia norte-americana. Esses governos tinham sido possíveis pela via das urnas. A Colômbia com sua guerra parecia um anacronismo.

No contexto regional, a Colômbia é o único cenário de guerra, uma confrontação que justifica a ingerência norte-americana, ainda mais que serve para que à Colômbia possa ser atribuído o papel de Israel na América Latina. Por isso há um interesse da região no término da confrontação armada neste país.

Há algo de que nenhum combatente gosta: que se pretenda que sua conduta deriva de uma condição de fraqueza. Porém, seria preciso reconhecer que, nas administrações, de Uribe Vélez as forças governamentais recuperaram a iniciativa, ainda mais, que assestaram golpes contundentes às Farc, que perderam membros do secretariado como Raúl Reyes, Iván Ríos ou Jorge Briceño, comandantes de frentes importantes e muitos quadros de não tanta relevância, mas que constituíam a ossatura dessa formação. Sem dúvida, essa situação os levou a sopesar uma decisão que nada tem de improvisada.

Pensavam alguns que a opção pelas conversações de paz constituía outra vez um estratagema no marco da estratégia de guerra. Mas a morte em combate do comandante Alfonso Cano, máximo dirigente e principal impulsionador do diálogo com o governo, não significou uma mudança de rumo. Tudo indica que a virada das Farc para a paz não é um movimento episódico, senão uma inflexão estratégica.

Um aspecto inovador dos atuais diálogos

é a redução da agenda. De 47 grandes temas agrupados em doze capítulos que continha a agenda do Caguán, na que praticamente tudo era objeto de negociação, a agenda de Havana se reduziu a seis capítulos que abordam os problemas fundamentais: política de desenvolvimento agrário integral, participação política, fim do conflito, solução ao problema das drogas ilícitas, vítimas do conflito, e o fechamento: implementação, verificação e o processo para referendar os acordos.

No Caguán, a ambição era absoluta: governo e insurgentes concordavam com buscar "uma solução política [...] que conduza a uma nova Colômbia, por meio de transformações políticas, econômicas e sociais que permitam consensos para a construção de um novo Estado fundamentado na justiça social, conservando a unidade nacional". Agora o horizonte se define com realismo: procurar as condições mínimas para terminar a confrontação armada.

Perante o desmedido do Caguán, alguém cunhou a piada de que as Farc queriam a revolução por decreto. Agora talvez pareça que atuam sob o critério de que as grandes transformações não serão produto das conversações de paz, mas sim da mobilização popular, e que o seu papel é criar condições para que a dita mobilização seja possível.

Quiçá nenhum aspecto reflita mais as mudanças na correlação de forças que a agenda. Uma análise dos acordos até agora ganhos **[2]** mostraria que estes apontam, antes de tudo, o cumprimento do que é a normatividade existente e que o Estado não tem cumprido de maneira sistemática. O que fala da vontade de paz dos insurgentes.

Um flanco frágil dessa negociação tem sido a opinião pública. Sob a influência de oito anos de prédica insistente do ódio à insurgência, cansada dos desastres da guerra, com a esperança da possibilidade de uma vitória militar, boa parte dos colombianos não olha com bons olhos o processo de paz.

A política de comunicação do presidente Santos não tem contribuído para modificar essa situação. Santos manteve por meses que a chave da paz era sua, que a paz era assunto de sua exclusiva incumbência. A partir da Presidência, inibia-se qualquer voz em favor da paz, de modo que não se enrolassem as coisas. Essa confidencialidade extrema levou a que se suspeitasse de acordos indevidos e de concessões inauditas.

Ao contrário, os inimigos da paz têm tido todos os alto-falantes para vociferar que em Havana se está entregando o país ao castro-chavismo, que tudo se orienta para estabelecer um pacto de impunidade favorável aos guerrilheiros, a quem se dá tudo em troca de nada.

Um momento culminante nessa disputa pela opinião foi a recente campanha eleitoral pela Presidência da República. Em 2002, o discurso contra a paz deu uma vitória cintilante ao presidente Uribe Vélez. Dessa vez, o candidato do partido uribista quis jogar a mesma carta: se triunfasse, comprometer-se-ia a terminar as conversações de Havana. Oscar Iván Zuluaga, o candidato do Centro Democrático, foi o candidato mais votado no primeiro turno (maio de 2014).

Para o segundo turno, o presidente Santos teve que se esforçar a fundo. Colocou os colombianos perante o dilema de paz ou de guerra, teve que informar sobre o estado dos diálogos. Para mudar a relação amigos/inimigos da saída política da guerra, Santos abriu-se a uma coincidência buscada, embora não pactuada, com setores da esquerda. Em junho, os resultados foram favoráveis à paz, só que a diferença foi bastante relativa: apenas dois pontos porcentuais.

[2] Até agora, tem-se subscrito o Acordo Geral para o Término do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoira, três pré-acordos (terras, participação política e solução do problema das drogas ilícitas) e uma declaração de princípios sobre como abordar o tema das vítimas.

Assim, a disputa pela mente e o coração dos colombianos está longe de estar resolvida. O processo de paz está preso nesse debate e haverá sempre um exame em função da desconfiança sobre tudo que se fale ou acorde.

Ela passou então ao braço superior da cruz. Encabeçava a fila o Rei de Copas e logo havia um Valete igualmente de Copas e, por último, coroando a cruz, um Ás de Copas. "Não estou muito segura – explicou com vacilação evidente –, mas pode ser um mandatário com muito poder, Francisco, não sei, ou um grupo de governantes de países vizinhos, ou talvez europeus, não sei. O fato é que vão influenciar nitidamente o país. Serão chave para neutralizar o pessoal das Espadas. De cima, de fora, vão influenciar porque acreditam que as desgraças colombianas devem terminar, sua influência se mostra através desse Valete de Copas. Terão um êxito contundente, o Ás de Copas".

Existem três grandes temas que concentram a atenção da opinião pública:

O primeiro é o da justiça transicional. Ninguém negocia a paz para ir para a prisão, tem-se dito a respeito da guerrilha. Seria injusto que, enquanto os guerrilheiros não sejam castigados, os militares cumpram longas penas, argumentam outros. "Não vamos trocar impunidades", respondem desde Havana os representantes das Farc. O direito não pode ser um obstáculo para a paz, diz o presidente da Corte Suprema de Justiça. Os benefícios que se outorgarem no processo de paz cobrirão também os militares, promete o presidente Santos.

O fato é que a Colômbia tem padecido de uma gravíssima crise de direitos humanos, crise que não se pode comparar com as vividas no contexto das ditaduras ou os conflitos armados que assolaram a região. Trinta e cinco mil desaparecidos forçadamente, segundo o Registro de Pessoas Desaparecidas; seis mil casos de execuções extrajudiciais do ano 2000 até hoje, documentados pela Coordenação Colômbia-Europa-Estados Unidos; o número de deslocados ronda os seis milhões e a Controladoria Geral da República reportava 7,7 milhões de hectares que foram objeto de despojo (16 de fevereiro de 2015). Frente a esse panorama, a impunidade é uma incitação à repetição, na certeza de que nunca haverá castigo para os perpetradores de crimes como os assinalados.

Contudo, o ex-presidente César Gaviria tem conclamado a estender os benefícios jurídicos derivados dos acordos de paz "aos milhares de membros da sociedade civil, empresários, políticos, membros do judiciário que, de uma ou outra maneira, têm sido também protagonistas desse conflito e que têm muitas contas pendentes com a justiça colombiana" **[3]**. Significa que "a justiça transicional também alcance os setores não combatentes das distintas camadas da sociedade que, de alguma maneira, foram financiadores, auxiliadores ou pactuaram compromissos com grupos paramilitares ou guerrilheiros por benefícios eleitorais, ou por simples intimidação, e com a finalidade de avançar sua estratégia de proselitismo". Ele conclama igualmente a que "nossa Força Pública deve ficar blindada", para que não seja objeto de investigação, nem por uma Comissão da Verdade, nem mesmo por uma reabertura dos casos em que estejam envolvidos, como tem acontecido no Cone Sul.

Outro tema polêmico é como referendar os eventuais acordos. O presidente Santos tem oferecido à cidadania a possibilidade de referendar os acordos alcançados como um mecanismo para legitimá-los politicamente. Caso se mantenha a correlação de junho de 2014 (segundo turno presidencial), a paz corre o risco de não ser referendada.

O assunto se torna mais complexo quando se trata de definir qual pode ser o mecanismo escolhido para esse referendo. Ele suporia a consideração da cidadania de cada um dos acordos, o que terminaria em uma lista inabordável pelo cidadão comum e corrente. A consulta popular só é viável se o tema de consulta não modifica a Constituição, impensável quando os temas da justiça transicional ou a reforma eleitoral, na verdade, a afetam. Outro mecanismo seria o plebiscito – sua natureza é política, o que o faz inviável para matérias que sejam de natureza legislativa, ao passo que muitos dos temas objeto do acordo de paz o são.

As Farc têm proposto a convocação de uma Constituinte para referendar os acordos. Nisso coincidem, por razões distintas, com o uribismo. Uma Constituinte – soberana por definição – poderia abordar outros temas diferentes dos acordos de paz, na contramão deles, ou, inclusive, modificá-los. Essa circunstância desvirtuaria o caráter referendatório do mecanismo.

Assim, o processo de paz está pendente de um mecanismo cuja definição vai depender da imaginação jurídica e da

[3] Ver o texto completo da proposta do ex-presidente César Gaviria

capacidade política de consensuar uma decisão.

O terceiro tema objeto de deliberação pública tem sido o do cessar-fogo. As Farc decretaram cinco cessar-fogo unilaterais e temporais por ocasião de festividades como o Natal, ou de certames eleitorais. Em 17 de dezembro de 2014, as Farc decretaram o cessar-fogo unilateral e indefinido que só terminaria no caso de as formações guerrilheiras serem objeto de ataques da força pública. Com essa decisão, as Farc mostravam sua vontade de contribuir para a distensão do clima da opinião pública, uma decisão que, para alguns setores, exigia reciprocidade por parte do governo.

Em princípio, o presidente Santos disse que lhe tinham dado uma flor com espinhos. No entanto, depois de conversar com seus assessores internacionais, orientou seus negociadores a avançar com celeridade em um acordo para um cessar-fogo bilateral. Desse modo, mostrava-se disposto a repensar duas peças centrais de seu esquema de negociação: a negociação em meio à confrontação e a de que não haveria acordo até que tudo tivesse sido acordado.

A oposição cega tem afirmado que, se a força pública cessasse suas ações frente à insurgência, violaria a Constituição, porque isso seria renunciar à obrigação de proteger a vida e os bens dos cidadãos. Mas, talvez, o que mais incomoda é conceder aos insurgentes aquilo que têm requerido mais persistentemente: a necessidade de uma trégua bilateral para aclimatar a paz.

Que as Farc têm cumprido com seriedade sua proclamada decisão do cessar-fogo unilateral em suas ações ofensivas é algo que o governo reconhece. Por outro lado, os observadores têm assinalado como efeito do novo clima que os índices de mortalidade por causa violenta vêm caindo aos níveis de princípios dos anos 1980.

Como tem ocorrido em outros contextos, na Colômbia também se tem pretendido utilizar a dor das vítimas para torpedear a paz. Tinha-se, portanto, como um das maiores armadilhas previsíveis as exigências de verdade, justiça e reparação das vítimas do conflito, em particular as derivadas da ação insurgente.

Em 14 de fevereiro de 2014, governo e insurgentes formularam a Declaração de Princípios para a Discussão do Ponto 5 da Agenda: "Vítimas". Assim, acordou-se assumir a responsabilidade que coubesse às partes nesse tema, o caráter inegociável dos direitos das vítimas e a necessidade de criar mecanismos para que pudessem participar da mesa de diálogo, entre outros pontos.

Dentre os mecanismos, acordou-se a realização de três fóruns regionais de vítimas – em Villavicencio, Barrancabermeja e Barranquilla – e um fórum nacional em Cali. Esses fóruns **[4]** deviam entregar insumos tanto para a verdade, a justiça e a reparação, como para a reconciliação. Foram eventos em que abundou a tensão, dado o comparecimento de vítimas nos marcos da ação contrainsurgente e vítimas da guerrilha. Mas neles também houve mostras de generosidade e compreensão – vítimas que se sobrepuseram à sua dor para se aproximarem da reconciliação necessária.

[4] Esse tipo de fórum foi um mecanismo que se acordou para propiciar a participação e o interesse da cidadania no processo de paz. Eram organizados pela Universidade Nacional da Colômbia e pelas Nações Unidas. Além dos Fóruns de Vítimas, tem havido fóruns sobre o desenvolvimento agrário, o tema das drogas ilícitas e a participação política.

Igualmente, houve concordância em receberem-se cinco delegações de vítimas diretas do conflito para que expusessem à mesa seus pontos de vista e suas expectativas. Os participantes deveriam ser escolhidos com um critério plural e falariam a título individual, embora devessem refletir todo o universo de violações dos direitos humanos e as infrações do direito internacional humanitário, sem limitações para expor o que quisessem. Era uma experiência inédita nos processos de diálogo. Para o presidente da delegação do governo, Humberto de la Calle, foram "momentos terríveis, muito dolorosos no humano", mas que se enquadravam no compromisso de não prolongar o conflito.

Por fora dessas visitas, em 18 de dezembro de 2014 se encontraram um grupo proveniente de Bojayá (habitantes e acompanhantes) e a delegação das Farc. Um acontecimento que não teve maior registro nos meios de comunicação, mas que diz muito do caminho que poderão percorrer muitas das vítimas.

Muito sinteticamente: Em 1º de maio de 2002 ocorreram em Bojayá combates entre as Farc e os paramilitares que tinham feito desse município de população majoritariamente afrodescendente seu fortim. A população civil entrou em pânico, refugiando-se no templo católico e na casa das missioneiras agostinhas. Os paramilitares, por sua parte, se entrincheiraram na escola contígua ao templo. Reconhecem as Farc que "houve um momento fatal, em 2 de maio de 2002, quando o desvio de um projétil de fabricação artesanal dirigido contra a maior posição paramilitar na localidade provocou a desgraça e o infortúnio ao cair

no templo católico onde se tinha refugiado a população". Morreram 79 pessoas inocentes: crianças, mulheres e idosos, em um fato que nunca deveria ter acontecido.

Frente à delegação de Bojayá, as Farc assumem sua responsabilidade: "Certamente, houve um resultado nunca buscado nem desejado. Declará-lo hoje não repara o irreparável, não devolve nenhuma das pessoas que pereceram, nem apaga o sofrimento gerado a tantas famílias, sofrimento do qual somos conscientes e pelo qual tomara que sejamos perdoados". Ao mesmo tempo se comprometem a desenvolver atuações reparadoras e transformadoras frente a essas vítimas.

No braço esquerdo da cruz havia um Ás de Paus seguido de um Sete de Copas, terminando com um Cavaleiro de Paus. "Este Ás de Paus é certamente o povo. Os pobres Paus eram os camponeses do baralho medieval, os pobres. Como um Ás, são fortes, como os Paus, são resistentes. Ao Ás de Paus chegará o influxo benéfico das Copas, isso significa o Sete de Copas. E terá muito movimento o grupo dos Paus, muito movimento a favor da paz e em um cavalo cheio de brio entrarão os Paus no cenário e serão definitivos".

Ao começar o ano de 2015, as pessoas se peguntavam se, enfim, seria este o ano da paz.

Para os negociadores do governo, o processo enfrenta seus pontos mais difíceis: vítimas, justiça, que fazer com as armas. Mas, talvez, o que demandará mais recursos de inteligência e de força política será enfrentar aqueles que estão dispostos a sacrificar meio país com o fim de estar ao resguardo da justiça, inclusive da mais benigna: a justiça transicional. São os mesmos que a cada proposta de paz estão encontrando um contra-argumento jurídico, o que leva à revista Semana a concluir que "a possibilidade de que 2015 seja o ano em que se sele a paz é muito remota".

É possível que se possa ganhar a aquiescência do bando da impunidade concedendo-lhes tudo o que peçam, inclusive a manutenção das conquistas abusivas no terreno econômico e político. Contudo, isso seria a autorização para um novo ciclo de violência, na medida em que se daria por assentado que, na Colômbia, o método mais expedito para enriquecer é através do despojo violento dos mais pobres, que o poder político se pode ganhar mediante a violência e que esses crimes nunca terão castigo.

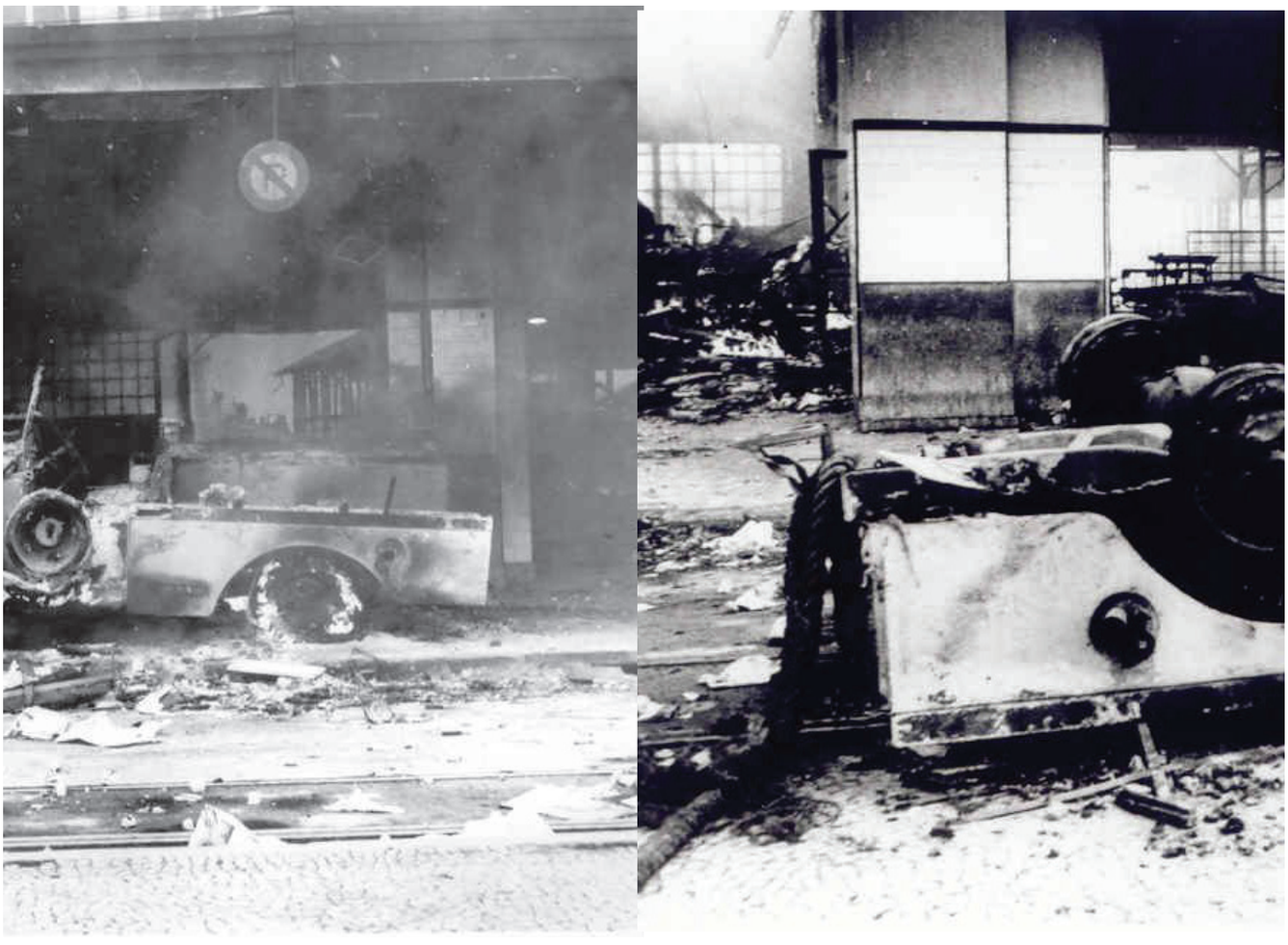
Diz-se que o fundamento da paz é a justiça, e não somente a justiça distributiva que faça menos desigual a distribuição de bens e oportunidades. Também a justiça que atribui o castigo merecido – mesmo que simbólico – àqueles que têm cometido crimes contra a humanidade. Um processo de paz que sacrifique a dignidade das vítimas, que trafique com seus direitos, que os faça matéria de transação será o prelúdio de guerras ainda mais encarniçadas.

Adolfo León Atehortúa, atual reitor da Universidade Pedagógica Nacional, reconstruiu, a partir de testemunhos, a história do município de Trujillo **[5]**, que é a história da Colômbia contada a partir de um de seus espaços: "a história de Trujillo tem sido um ir e vir de guerras e conflitos. [...] Com o tempo, você entende que todas essas guerras foram guerras pelo poder, porém não pelo poder da política, senão pelo poder do dinheiro, para definir quem fica com mais e quem manda". E outra testemunha afirma que "a violência começa pela política e se acaba roubando. Em última instância, não é mais que um negócio". Falando do senhor do município, da forma como o gamonal, grande proprietário de terras, tinha construído seu poder ameaçador, se recordava: "a política, as pistolas e o dinheiro eram um círculo que se reproduzia automaticamente; a política dava dinheiro, o dinheiro dava pistolas, com as pistolas fazia-se política e assim em um círculo que não acabava nunca". O fato é que na Colômbia a violência tem servido para incrementar a riqueza e o poder político, que, por sua vez, tem alimentado novos ciclos de violência.

Só uma vigorosa mobilização nacional pela paz, que eleve o custo de se opor a uma saída política, poderá reduzir os recalcitrantes. Só uma vigorosa mobilização nacional pela paz poderá isolar aqueles que se projetam mais poderosos com a impunidade na próxima guerra. Só uma vigorosa mobilização nacional pela paz poderá romper o círculo infernal de violência, riqueza e política. Deter essa tradição sangrenta é a condição para que na Colômbia exista una democracia de verdade e uma paz justa e duradoura, para que os Buendía tenham outra oportunidade sobre a terra.

Para Sergio Jaramillo, da Alta Comissão da Paz, 2015 "é o ano definitivo, este é o momento das decisões, este ano saberemos se vamos a chegar à paz ou não".

[5] El poder y la sangre – las historias de Trujillo (Valle) (Bogotá: Cinep – Pontificia Universidad Javeriana (seccional Cali), 1995).



Insatisfeita com o péssimo serviço prestado e com os aumentos das tarifas, a população incendiou a estação das barcas, em Niterói. - Laboratório de História Oral e Imagem - UFF

O quebra-quebra das barcas de Niterói

O quebra-quebra não foi inventado por Black Blocs ou "vândalos", como a imprensa adotou chamar os manifestantes contra os aumentos das passagens de ônibus nas passeatas de julho de 2013. Muito ao contrário, esta tem sido uma forma recorrente de expressão da revolta popular, especialmente quando o assunto é mobilidade urbana. Fatos como a Revolta do Vintém no Rio de Janeiro (1879/1880); o Quebra-Bondes (1930), e o dos ônibus, (1981), ambos em Salvador; além da histórica Revolta nas Barcas de Niterói***, em 1959, integram o longo inventário de lutas contra o descaso em relação à situação dos transportes.***

“Aqui jaz as fortunas do Grupo Carreteiro, acumuladas com o sacrifício do povo.”

Até 1975, quando a Ponte Rio-Niterói foi inaugurada, as barcas eram a principal ligação entre as duas cidades, e empresas privadas exploravam o serviço, desde meados do século XIX. A partir de 1953, a Companhia Cantareira e a Viação Fluminense, responsáveis pelo serviço, passaram a ser controladas pela empresa Frota Barreiro S/A, de propriedade do grupo empresarial da família Carreteiro.

No início, houve modernização da frota e redução do tempo de travessia, mas o Grupo aumentava as tarifas sucessivamente, alegando prejuízo e falta de subsídio do governo, que se recusava a repassar mais verba aos Carreteiro ao observar o crescimento progressivo e absurdo dos seus patrimônios pessoais.

Em 22 de maio de 1959, diante da recusa dos empresários em pagar o reajuste salarial determinado pelo governo, o Sindicato dos Marítimos deflagrou uma greve. Os empresários pediram apoio ao governo, que enviou fuzileiros navais para manter as barcas em funcionamento. No dia seguinte, uma multidão de 3 mil pessoas se aglomerava para tentar fazer a travessia. O atraso dos veículos e a truculência dos fuzileiros navais, despreparados para lidar com a população, aumentou o clima de agitação e insatisfação.

Um usuário insatisfeito arremessou uma pedra em uma das vitrines da estação. Fuzileiros responderam com rajadas de metralhadoras, provocando o início de uma revolta popular. Indignada, a população incendiou as embarcações e, em seguida, transpôs a linha de fogo dos fuzileiros navais, invadiu e incendiou as estações de barcas em Niterói. A revolta continuou pela tarde com a depredação dos escritórios da empresa, de um estaleiro, das quatro residências e de duas fazendas da família Carreteiro. Nas paredes da mansão da família, no Fonseca, deixaram escrito: “Aqui jaz as fortunas do Grupo Carreteiro, acumuladas com o sacrifício do povo”.

Além dos prejuízos materiais, seis pessoas morreram e 118 ficaram feridas. José Carreteiro teve um colapso cardíaco e morreu às 22h30, coincidindo com o fim das manifestações. O governo assumiu a administração das barcas, fez uma série de melhorias e, em 1990, a companhia foi novamente privatizada.

O direito à moradia, tijolo por tijolo

Camila Nobrega

Jornalista do Ibase

Na Colônia Juliano Moreira, Zona Oeste do Rio de Janeiro, surge o primeiro condomínio da cidade com recursos do Minha Casa Minha Vida Entidades, focado na autogestão dos moradores e moradoras. Eles administraram e colocaram a mão na massa, em sistema de mutirão, do início ao fim. Mas financiamentos para este tipo de projeto ainda são escassos.

Na porta de uma das casas em construção no condomínio Esperança, construído pela cooperativa de habitação de mesmo nome, na Colônia Juliano Moreira, Zona Oeste do Rio, três galochas pretas sujas de barro anunciam que domingo, ali, é sinônimo de trabalho intenso. Na sala ainda sem móveis, três rostos sorridentes aguardam para uma conversa. Maria do Carmo Martins, a Carminha, Maria Ribamar Figueiredo Freitas e Vanilsa Queiroz Motta começam rapidamente a falar sobre o projeto da construção do local, enquanto deixam o peso da exaustão chegar aos ombros: "Foram quatro anos de muito trabalho, muita entrega e pouco descanso, mas eu tenho orgulho de dizer que ergui cada pedacinho da minha casa. Vou batalhar muito para fazer desse lugar um canto especial de viver", contou Ribamar, que é manicure e cuidadora de idosos.

Nos últimos quatro anos, além dos seus empregos, de segunda a sexta, no salão de beleza e em casas de idosos, ela doou 17 horas de trabalho, todas as semanas, para que o projeto coletivo do conjunto habitacional Esperança se tornasse realidade. Por parte da família, só teve a ajuda da neta adolescente, que irá morar com ela. Contou mesmo foi com a solidariedade que surgiu entre os futuros e as futuras moradoras/es.

Junto com Maria do Carmo e Vanilsa, Ribamar faz parte de um grupo de 70 famílias que terão um Dia do Trabalhador com gosto bastante especial este ano. No dia 1º de maio serão entregues as certificações às famílias que conquistaram o direito às casas. Assim que o habite-se for liberado, elas se mudarão para o condomínio Esperança, inteiramente construído pelos próprios moradores e moradoras, mulheres chefes de família, como apontou Vanilsa. "Se minha casa agora está de pé e bonita foi pelo meu trabalho, deixando de lado minha vaidade e a diversão nos últimos anos (conta ela, mostrando unhas sujas de graxa, cabelos presos), e pela ajuda da mulherada. Claro que os homens também ajudam, mas o Esperança está nascendo com muito trabalho duro das mulheres, daqueles que são solteiras, como eu, e também das casadas, mas sem apoio dos maridos. Fomos nós que pegamos no pesado." Vanilsa, que trabalha como assistente administrativa, está se mudando da Taquara para o novo condomínio na Colônia Juliano Moreira, onde deixará de pagar o aluguel de R$ 420 por um quarto e sala.

Tijolo por tijolo, as casas foram subindo nos últimos quatro anos, em sistema de mutirão. Cimento, fiação, acabamento. Tudo feito pelas mãos dos futuros donos e donas das casas, a maioria delas antes sem experiência no assunto. O conhecimento surgiu também do coletivo.

O Esperança será o primeiro conjunto habitacional inaugurado no Rio de Janeiro com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, criado em 2009 pelo governo federal e ainda muito pouco conhecido na maior parte dos estados. Ligado à Secretaria de Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, com recursos da Caixa Econômica Federal, o Entidades nasceu depois de muita luta dos movimentos sociais pelo direito à moradia, com o objetivo de tornar este direito acessível às famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais e associações. Na prática, a proposta é fomentar a autogestão e possibilitar que os próprios moradores façam parte de todo o processo de planejamento e construção dos conjuntos habitacionais, diferentemente do que ocorre na linha tradicional do programa Minha Casa Minha Vida.

> O Conjunto Esperança está nascendo do trabalho duro das mulheres, solteiras, como eu, e também das casadas, mas sem apoio dos maridos.

As famílias beneficiadas têm renda mensal entre 0 e R$ 1.600. A contribuição mensal é calculada de acordo com a renda que foi declarada no início da construção e será iniciada no momento da mudança para a nova casa. Todos e todas continuarão fazendo os pagamentos mensalmente, durante os próximos dez anos.

Dez anos de luta para conclusão do condomínio

O trabalho para colocar o condomínio Esperança de pé começou dez anos atrás, com reuniões. Todos os moradores se inscreveram com o objetivo de lutar por uma casa própria e não podiam faltar às assembleias sem justificativa. Em 2011, os recursos para o projeto foram liberados. Em vez de alívio, veio outra parte bastante dura: o imenso investimento de cada família para construir as casas, como conta Jurema da Silva Constâncio: "São muitos os passos até se conseguir uma casa. Primeiro, anos de reunião antes de

mobilizar os recursos, depois todo o esforço na construção e, por fim, o desafio de se manter tudo isso, depois que todo mundo já tem a chave de casa. A gestão coletiva é sempre desafiadora e difícil, mas sem dúvida traz qualidade de vida. Os moradores e moradoras escolheram cada material da casa. E cada um pôde escolher alguns detalhes, como azulejos, por exemplo, ou seja, pôde dar seu toque à moradia".

Jurema é uma das lideranças do projeto. Ela é membro da União Nacional por Moradia Popular, movimento que encabeçou esta luta na Zona Oeste, onde foi criado o primeiro condomínio feito em sistema de autogestão, o Shangri-lá. Inaugurado há mais de dez anos, portanto bem antes da criação do Minha Casa Minha Vida Entidades, o Shangri-lá também surgiu da organização dos moradores. Uma favela de mesmo nome ocupava o lugar, que também fica na Colônia Juliano Moreira. Jurema morava lá, em uma casinha de madeira e, à época, trabalhava em uma casa de família. Nunca havia participado de movimentos sociais, até começar a ouvir sobre a luta por moradia, em grupos da igreja que frequentava. Percebeu que a rotina casa-trabalho nunca iria mudar, se ela não fizesse parte da mudança. Foi aí que entrou no movimento social, para não mais sair, especialmente porque o direito à moradia está no rol dos mais violados no país.

Diferentemente do que ocorre no tradicional Minha Casa Minha Vida, a ideia é fomentar a autogestão e possibilitar que os próprios moradores façam parte de todo o processo de planejamento e construção dos conjuntos.

Já existem outros projetos em vias de aprovação pelo Minha Casa Minha Vida Entidades. Mas várias questões emperram a liberação de recursos. A Caixa Econômica, como a maioria dos órgãos federais, não se adaptou para lidar com cooperativas em vez de grandes empresas. Sendo assim, há muita burocracia para iniciar uma obra.

Os resultados dos projetos feitos de forma autogestionada são incomparáveis aos do Minha Casa Minha Vida tradicional, nos quais os apartamentos são feitos por grandes empreiteiras, de forma patronizada e impessoal. Assim tem sido os relatos onde o Entidades mais cresce, São Paulo. E assim também se pode observar na Colônia Juliano Moreira. As diferenças são gritantes e ficam ainda mais visíveis ali. Isso porque, a Prefeitura do Rio decidiu construir um conjunto habitacional no modelo convencional do projeto exatamente ao lado do Esperança.

Atrás das casinhas construídas pelos moradores, um prédio construído sob os padrões do Minha Casa Minha Vida tradicional chama atenção. Enquanto no Esperança uma caminhada revela famílias trabalhando em cada casa, fazendo o acabamento, o outro condomínio está vazio. Ele espera moradores e moradoras vindos de diversas partes do Rio de Janeiro, a maioria sem nunca ter se encontrado antes. Cada um pega sua chave e, pronto, está morando. Não há relação alguma com aquele território. Isso sem falar no prédio, feito sob um padrão que nunca mudou desde o projeto do BNH. Poderia ser ali, em Queimados, como é o caso do conjunto Valdariosa, ou em qualquer outro lugar.

Por outro lado, a sensação de pertencimento, de coletivo e solidariedade são exatamente os elementos que saltam aos olhos no conjunto Esperança. Em cada casa raramente havia apenas o futuro morador no período de construção e acabamento. A companhia de vizinhos e vizinhas para as tarefas era certa. Um dia terminando as janelas de um, outro dia terminando os azulejos da outra, em um terceiro envernizando as portas na casa de mais uma família. Assim foi. Nas ruas do condomínio, últimos ajustes sendo feitos. Mãe e filha, Simone e Juliete Pinto, de 42 e 24 anos, com uniformes azuis comprados por elas mesmas para a obra, separavam

terra restante para montar uma horta. “Moramos em Curicica e não vemos a hora de nos mudar. Me preocupa a falta de água nessa região e a infraestrutura para outras coisas. Mas só de ter uma casa própria, sinto que valeu muito a pena tantos anos de trabalho e parte da juventude da minha filha doada para essa casa”, disse Simone.

Contrastando com o silêncio do prédio à frente, o Esperança já estava cheio de vida muito antes de ficar pronto, dando sentido à palavra que dá nome a ele. No refeitório comum, todos os dias há almoço garantido, em sistema de revezamento. Cozinhar também entra na contagem geral de horas doadas ao projeto. Cada um entra com uma cesta básica no início do mês. Assim, há comida para todo mundo que estiver trabalhando. E é gostosa.

No entanto, nem tudo são flores e vida. Às vésperas da inauguração, cada pessoa que contribuiu sente o peso de quatro anos de muito trabalho. Construção civil está longe de ser moleza. Dores nas costas, nos pés, problemas de saúde sem tempo de tratamento. São questões que surgem em função da quantidade de trabalho e da pouca experiência das pessoas com as obras para construção de uma casa, como contou Alfredo Sobral: “Todo mundo, homem e mulher, pega no pesado. Talvez houvesse uma forma de fazer este projeto que pudesse combinar de forma a não ser tão desgastante. Hoje, por exemplo, minha mulher está em reunião e eu fazendo junta.”

A pesquisadora Luciana Lago, professora do Instituto de Planejamento Urbano da UFRJ (Ippur) e considerada uma das principais referências sobre o Minha Casa Minha Vida Entidades, ressalta que há escolhas a serem feitas por cada grupo, ao receber os recursos que devem ser autogeridos: “Há grupos que gerem o montante, contratando outras cooperativas para fazer alguns serviços. Fica menos pesado para os moradores. Há casos excelente em São Paulo. Por outro lado, há também casos de conjuntos habitacionais que descaracterizam completamente o objetivo inicial do Entidades”.

Luciana Lago afirma a importância dos recursos destinados ao Entidades, que ainda são bastante escassos, somando algo em torno de apenas 1% em relação ao Minha Casa Minha Vida como um todo. No entanto, após anos de pesquisa sobre o tema, a pesquisadora aponta questionamentos em relação aos rumos que o programa vem tomando em alguns casos. Sob o argumento da necessidade de replicar o modelo em larga escala, surgem projetos que sequer são geridos por cooperativas.

Segundo ela, há recursos destinados ao programa que acabam na mão de grandes empreiteiras, por processos de contratação que muitas vezes são fomentados pelas próprias empresas, após se aproximarem de comunidades: “O problema não é a larga escala em si, claro que não, porque é preciso fazer muito mais projetos mesmo. A questão é do que se está abrindo mão. O Entidades nasceu de uma forma muito bonita, como consequência

Há recursos destinados ao programa que acabam na mão de grandes empreiteiras, por processos de contratação, após se aproximarem de comunidades.

da organização de pessoas lutando por moradia e com a intenção de que os próprios moradores decidissem tudo sobre as futuras casas. A pressa em construir, construir não combina com a formação dessas pessoas, com a necessidade de tempo para que a autogestão seja real. Isso é uma equação que precisamos desvendar, mas sem atropelar, como está acontecendo.”

Há empreendimentos em regiões do Brasil como São Paulo em que conjuntos feitos com recursos do Entidades ficam prontos em menos de dois anos, do início ao fim do processo. Será que há de fato autogestão dos moradores e moradoras? Essa é uma das perguntas que está colocada aos movimentos sociais que acompanham este processo. “De todo modo, o Entidades tem exemplos lindíssimos, muito diferentes do Minha Casa Minha Vida Tradicional, que se tornou um depósito de pessoas de classes mais baixas em zonas da cidade sem infraestrutura alguma”, ressalta Luciana Lago, citando exemplos de projetos como o conjunto habitacional Paulo Freire, muito famoso em São Paulo, e outros casos de condomínios feitos com recursos do Entidades, no Sul do país, que geraram não apenas casas, mas deram frutos a novas cooperativas criadas entre os moradores para geração de renda permanente, como a Cometal, cooperativa de Metarlúrgicos.

O país precisa continuar a crescer, mas esse crescimento precisa ser inclusivo e não pode se dar a qualquer custo. Essa é uma

das conclusões dos pesquisadores Mariana Simpson e Francisco Menezes, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Segundo uma pesquisa que ambos estão realizando no instituto, sobre Pobreza e Desigualdade, nos últimos anos o país viu crescerem investimentos que visam ao crescimento econômico e ao mesmo tempo acabam por gerar mais exclusão. O Minha Casa Minha Vida faz parte da análise e é apontado como exemplo deste fato. Ele deixa predominantemente nas mãos das grandes empreiteiras a construção de milhões de unidades habitacionais e coloca por terra preceitos básicos, como a localização adequada em áreas com infraestrutura, saneamento ambiental, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais, inviabilizando ainda mais o acesso a oportunidades de desenvolvimento social e econômico para moradores.

"Tanto no Minha Casa Minha Vida Empresas como no Minha Casa Minha Vida Entidades, a realização do sonho da casa própria por essas famílias é muito significativo. No entanto, habitação não pode ser entendida como quatro paredes e um teto. É um processo gradual, pessoal, de construção de comunidade e, consequentemente, de cidade. É isso que o Grupo Esperança vem construindo junto, bravamente, nos últimos quatro anos", reforça Mariana Dias Simpson, pesquisadora do Ibase.

BOX Reportagem - Jurema

Ana Redig

Jornalista do Ibase

Jornal da Cidadania, 1 a 14 de setembro de 1994.

Em 1994 eu era repórter do Jornal da Cidadania, um tabloide produzido pelo Ibase, um dos produtos criados para divulgar as muitas ideias dos comitês da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Numa dessas vezes, conheci uma mulher guerreira, chamada Jurema, de quem nunca pude me esquecer. O lugar em que ela vivia precisava de tudo: esgoto, água encanada, iluminação pública. Ela mesma precisava de uma casa, e aprendeu a trabalhar para a comunidade de Jardim Shangri-lá, que ela fazia questão de lembrar: quer dizer paraíso.

Mais de 20 anos depois, estou de volta ao Ibase e de volta à Jurema. Quando a Camila Nobrega, também jornalista do Instituto, foi conhecer o projeto Minha Casa Minha Vida Entidades, voltou entusiasmada. Me contou sobre uma mulher incrível, uma liderança que inspirou o projeto. Uma mulher do Jardim Shangri-lá. Uma mulher chamada Jurema.

Emocionadas, reviramos os arquivos. Lá estava ela, no Jornal da Cidadania, 1 a 14 de setembro de 1994. Ela me prometeu que transformaria Jardim Shangri-lá em um paraíso. Fez muito mais do que isso: inspirou e ensinou o que aprendeu, sem desistir. O conjunto Esperança é fruto desta experiência. Bem que ela me avisou...

JORNAL DA
Cidadania
Cooperativas e oficinas comunitárias combatem o desemprego
O direito de escolher

Trabalho e produção
Cooperativas e empresas comunitárias: solução ou só o começo?
Rumo ao paraíso

Rumo ao paraíso

Uma fábrica de blocos de concreto e lajes está mudando a vida de Jardim Shangrilá, na Taquara, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Morando em barracos de madeira, 16 famílias se uniram em uma cooperativa, arrecadaram dinheiro, compraram dois terrenos e estão construindo as novas casas, onde vão morar. Quatro pessoas produzem cerca de 800 blocos de concreto por dia, vendem nas redondezas e, nos fins de semana, todos fazem mutirão para levantar as casas, uma cozinha comunitária e uma confecção.

Há cinco meses, Jurema da Silva Constança, 34 anos, casada e mãe de dois filhos, ouviu uma proposta do Instituto Bento Rubião: aprender a fabricar blocos de concreto, vendê-los para a vizinhança e, nos fins de semana, construir as novas casas. Ela acreditou e entrou de cabeça. Sua determinação impressiona e sua simplicidade conquista. Mesmo com três anos de casa, pediu demissão do emprego de doméstica, onde ganhava R$ 97 por mês, e se juntou a Eduardo, Alexandre e Valdemar na fábrica, onde recebe R$ 72. E garante que vale a pena: “Eu ganho menos, mas trabalho pra mim, pra comunidade e fico mais perto dos meus filhos”.

Para comprar o terreno onde mora hoje e o do lado, onde funciona a fábrica, o pequeno grupo organizou shows, bingos e conseguiu até um empréstimo anônimo. Um arquiteto do Bento Rubião fez o projeto de oito casas de dois andares, independentes, com sala, dois quartos, cozinha e banheiro. Um advogado do mesmo Instituto legalizou a cooperativa e botou o projeto no papel. Em julho, o Comitê da Taquara recebeu US$ 7 mil do Fundo Inter Religioso contra a Fome e pela Vida para comprar uma máquina que faz quatro blocos por vez. “No início, só tínhamos um molde manual. O muro foi feito assim: um por um”, conta.

Hoje já é possível ver parte do futuro. A primeira casa já está de pé, mas pode não ser a de Jurema (a primeira família a se mudar será a que trabalhar mais nos mutirões). Ela não pensa só no próprio teto. A cozinha comunitária está quase pronta e sobre ela será erguida a confecção de roupas. “Shangri-lá quer dizer paraíso. E o paraíso vai ser bem aqui. Um dia vocês vão voltar e vão dizer: bem que a Jurema falou!”

Sistema de Indicadores de Cidadania – *uma nova forma de olhar e produzir dados*

Rita Corrêa Brandão

Formação e coordenadora do Ibase

Desenvolver argumentos para o fortalecimento e a qualificação das lutas sociais sempre foi um objetivo importante do Ibase. A discussão de que um outro olhar, revelador do estado da democracia e da cidadania, pode e deve ser imposto aos dados produzidos faz parte de uma reflexão institucional que ganhou corpo ao longo dos últimos seis anos na instituição.

A consolidação da proposta de um Sistema de Indicadores da Cidadania, possibilitou ao Ibase no final de 2012, dar início à experiência piloto e ainda em curso: Indicadores de cidadania – Incid que desenvolve Indicadores de Cidadania sobre os 14 municípios da área de influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj: Itaboraí, Niterói, Rio Bonito, Tanguá, Magé, Guapimirim, São Gonçalo, Maricá, Saquarema, Silva Jardim, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Nova Friburgo e Teresópolis.

Criado com o objetivo de ser uma ferramenta para a ação e incidência nos processos de democratização, apropriado pela sociedade civil, o Sistema de Indicadores de Cidadania do Ibase confere um olhar diferente aos dados produzidos oficialmente e busca uma nova forma de realizar a produção de indicadores que tem como base as populações e seus territórios específicos. Trata-se de uma forma de avaliar o estado dos direitos humanos com a lente da cidadania, buscando medir a sua efetividade e revelar a efetivação ou a violação de direitos.

O primeiro desafio foi construir uma metodologia que, com base nos conjuntos consagrados de direitos - Direitos Coletivos, Direitos Sociais, Econômicos e Culturais e Direitos Civis e Políticos - , direcionasse o olhar para as dimensões do viver cidadão que revelasse o nível de democratização de cada território pesquisado, identificando os aspectos concretos da vida social em que se expressam a democracia e a cidadania ou a falta delas.

O Sistema de Indicadores possui um desenho que busca apreender os diferentes aspectos da vida social, sob quatro dimensões complementares: **Cidadania Vivida** que busca revelar as condições de vida e dos direitos de cidadania, expressos nos dados oficiais, sobre os quais se baseiam a construção de políticas públicas. A dimensão **Cidadania Garantida** que mede o esforço do Estado (nas três esferas) em garantir a efetivação dos direitos através de políticas

> Os indicadores produzidos pelo Incid são pautados pelos direitos humanos, entendidos como direitos de cidadania, e criados em diálogo com cidadãos e cidadãs ativos do território trabalhado.

públicas. A dimensão da **Cidadania Percebida** que busca apreender o modo em que a cidadania se percebe como cidadã portadora de direitos e deveres e a **Cidadania Ativa** que analisa o modo como está organizada e age a cidadania pela criação de novos direitos, defesa ou sua ampliação.

Assim, uma visão integrada entre três conjuntos de direitos e as quatro dimensões propostas nos fornecem um panorama de como os direitos de cidadania se materializam na vida das pessoas em territórios determinados.

Na experiência do projeto Incid, colocamos o "Sistema de pé" e comprovamos que tal estrutura possibilita sua aplicação a qualquer outro território.

O Sistema de Indicadores de Cidadania oferece a possibilidade de comparação no tempo e no espaço, ou seja, permite a comparações entre territórios em um mesmo momento ou em momentos históricos diferentes, e se prestam a diferentes composições e leituras da realidade. É um Sistema aberto com a possibilidade de criação de novos e diversos indicadores sobre diferentes aspectos de cada um dos direitos de cidadania trabalhados, podendo assim evidenciar desigualdades que, via de regra, ficam ocultas nos indicadores tradicionais.

Os indicadores são de fácil entendimento, feitos para serem apropriado pela cidadania do território analisado e ser utilizado para fortalecer as suas lutas. São explicativos, possuem uma Ficha Técnica que orienta quanto ao caminho percorrido para a construção de cada indicador, permitindo que sejam refeitos e acompanhados no tempo.

Sistema de Indicadores aplicados a outras realidades concretas

Para um pequeno ensaio de como, na prática, podemos aplicar o Sistema de Indicadores de Cidadania à outras realidades, replicaremos alguns indicadores criados na experiência piloto do Incid, à realidade do Complexo do Alemão, conjunto de favelas que ocupam parte da zona da Leopoldina, subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, num exercício de olhar para os mesmos dados que constroem os indicadores do Incid e verificar o que eles revelam quando apontamos esta lente para um outro território concreto.

Para exemplificarmos como diferentes aspectos de um mesmo direito devem se completar no Sistema de Indicadores para medir a efetividade da cidadania, veremos inicialmente o conjunto dos Direitos Sociais Econômicos e Culturais, analisando diferentes aspectos do Direito à Educação, que juntos nos fornece um quadro de analise de sua efetividade.

Indicador: Cidadania Vivida - Direito à Educação - Situação do Acesso à Alfabetização

Considerando que o aceso à educação básica para todas as pessoas ainda é um desafio à nossa democracia, o olhar para os dados do Censo Demográfico (IBGE/ 2010) na construção deste indicador procurou revelar a grave violação do Direito à Educação caracterizado pela existência, em pleno século XXI, de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais. Este indicador buscou avaliar qual o percentual de analfabetos nesta faixa etária ainda existente em cada um dos territórios que compõe a área de atuação do Incid – AAI que ainda precisa de políticas públicas adequadas para a sua total e necessária reversão.

Nisso consiste a força deste Sistema de Indicadores: ser uma chave de análise que pode ser aplicada a outros territórios.

A média do Estado do Rio de Janeiro é 4,3%. Na Área de Atuação do Incid (AAI) a proporção de pessoas com 15 anos ou mais analfabetas ainda é de 4,6%, acima da média do Estado. Considerando os 14 municípios, 12 estão acima desta média, revelando um alarmante índice de analfabetismo. Os piores resultados em relação ao acesso à alfabetização foram apresentados por Silva Jardim (13,2%), Cachoeiras de Macacu (9,3%), Tanguá (8,9%), Rio Bonito (7,9%) e Guapimirim (7,5%). Os municípios de Niterói e São Gonçalo mantém os percentuais de analfabetismo de 2,3% e 3,6%, respectivamente.

Voltando esta mesma lente para os dados disponíveis sobre o Complexo do Alemão verificamos este complexo possui a média de analfabetismo na faixa etária de análise maior que a média da Cidade do Rio de janeiro, conforme gráfico abaixo:

O Complexo do Alemão possui o percentual de pessoas com 15 anos ou mais analfabetas é de 11,3%, muito acima da média da cidade do Rio de Janeiro (6,3%). Se analisarmos as 13 comunidades que compõem o Complexo verificamos que apenas Vila Matinha possui a proporção de Analfabetismo igual a média do Município do Rio de Janeiro e todas as demais possuem um percentual acima desta média variando de 7,5 % na comunidade Mourão Filho à 14,6% na Joaquim de Queiroz e no Morro do Adeus.

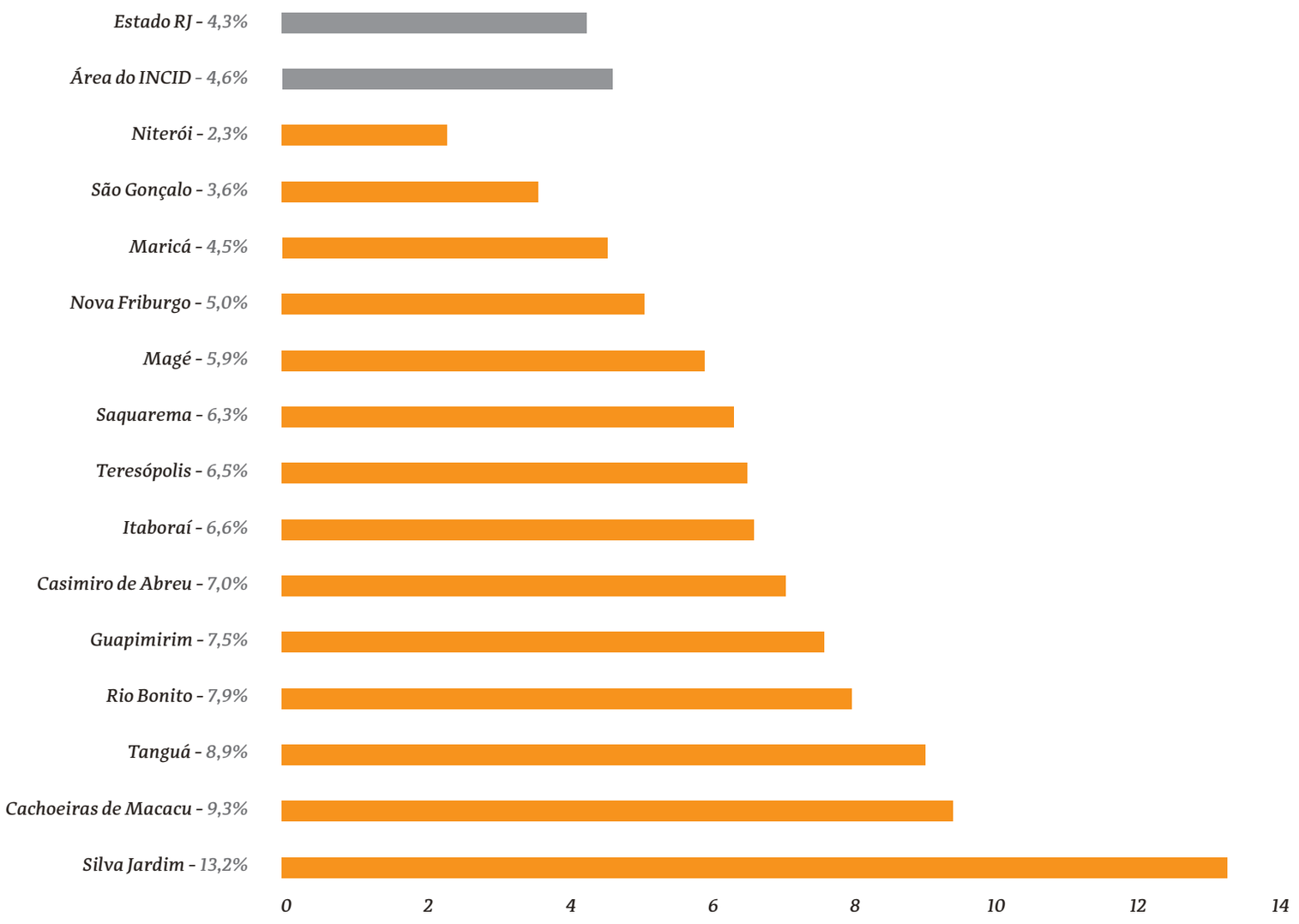
A Erradicação do Analfabetismo no Brasil é a primeira diretriz do Plano Nacional de Educação – PNE/ 2014 que possui uma série de estratégias e metas2 a serem implementadas. A realização de diagnóstico dos jovens e adultos com ensinos fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos compõe a Estratégia 9.2 deste Plano.

Ficha Técnica utilizada no Sistema de Indicadores de Cidadania – Direito à Educação: Situação do Acesso à Alfabetização - INCID/2010.

Enunciado do indicador	Direto à Educação: Situação do Acesso à Alfabetização
Definição	Taxa de pessoas analfabetas, considerando a população com 15 anos ou mais
Fonte de Pesquisa	IBGE – Censo Demográfico
Ano de Referência	2010
Variáveis	Pessoas de 15 anos ou mais do Complexo do Alemão analfabetas / População total do Alemão com 15 anos ou mais

Direito à Educação: Situação da alfabeltização

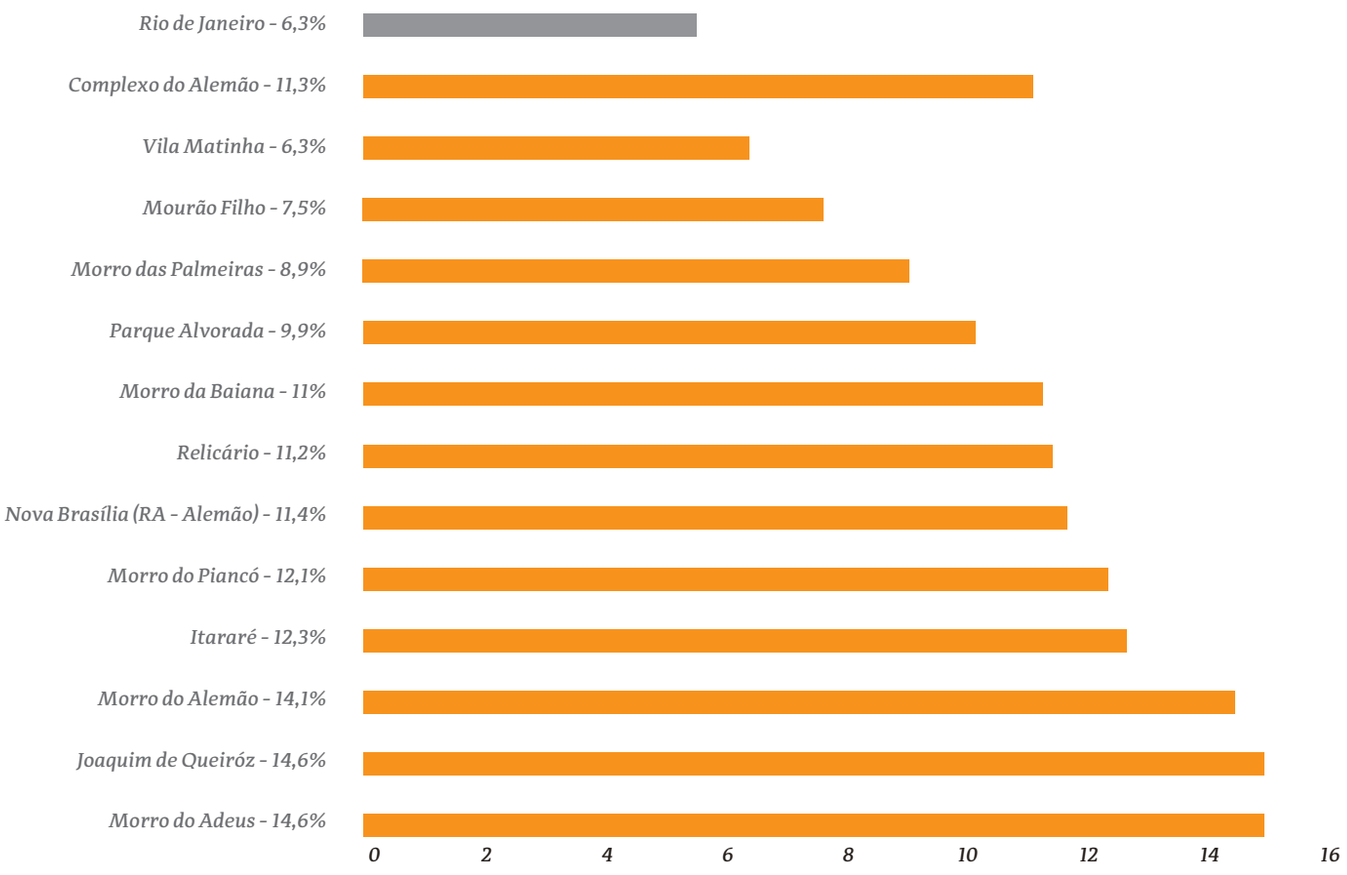
Pessoas analfabetas (15 anos ou mais) (2010) (%) - área do INCID



Fonte: Censo Demográfico/IBGE - 2010

Direito à educação: situação da alfabetização

Pessoas analfabetas (15 anos ou mais) (2010) (%) - Complexo do Alemão



Fonte: Censo Demográfico/IBGE - 2010

Indicador: Cidadania Garantida - Direito à Educação - Garantia da Qualidade da Educação Básica

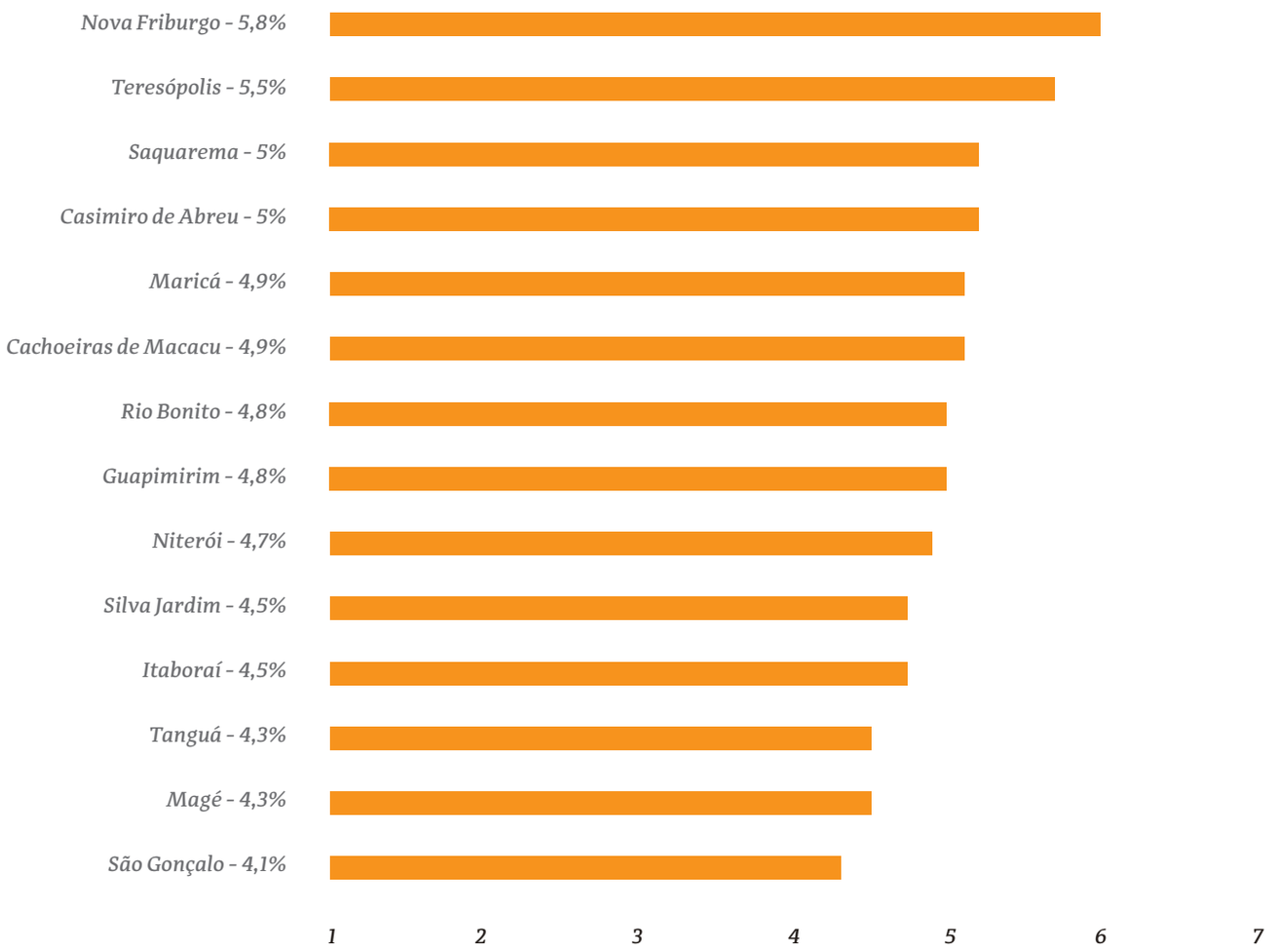
Como outra maneira de olhar para o Direito à Educação, buscamos analisar o acesso à uma Educação de Qualidade. Na dimensão Cidadania Garantida, o indicador "Direito à Educação: Garantia da Qualidade da Educação Básica apresenta a nota do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica3) desenvolvido pelo Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que sintetiza dois conceitos considerados importantes para medir a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos/as estudantes em língua portuguesa e matemática.

Para a Área de Atuação do Incid (AAI), construímos um ranking das notas de cada município e analisamos os resultados comparativamente entre os 14 municípios.

O indicador Direito à Educação: Garantia da Qualidade da Educação Básica revela a persistência de uma grave violação do Direito relacionada a uma educação de qualidade na AAI. Para os

Direito à educação: Garantia de qualidade na educação básica

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB 2013 - Anos iniciais do Ensino Fundamental - Área do INCID



Fonte: INEP/IDEB - 2013

Ficha Técnica utilizada no Sistema de Indicadores de Cidadania – Direito à Educação: Situação do Acesso à Alfabetização - INCID/2013.

Enunciado do indicador	Direito à Educação: Garantia de qualidade da educação básica
Definição/conceitos	O Ideb integra informações de fluxo escolar (aprovação, reprovação e evasão), dados do Censo Escolar da Educação Básica e os resultados da Prova Brasil, que é aplicada pelo Inep aos estudantes ao final de cada etapa da Educação Básica. A fórmula do Ideb pode ser resumida assim: quanto menos tempo os alunos de uma escola levam para completar determinada etapa do ensino, e quanto mais altas são as notas deles na Prova Brasil, melhor será o Ideb dessa escola. A escala vai de zero a dez.
Fonte de Pesquisa	INEP/MEC/IDEB
Ano de Referência	2013
Tipo de Medida	Índice

anos iniciais do Ensino Fundamental, na maior parte destes municípios se situa abaixo do Ideb estadual que é de 4,8. As exceções são o município de Nova Friburgo (5,8), Teresópolis, com Ideb (5,5), Casimiro de Abreu (5,0), e Saquarema (5,0). Nos demais municípios, o Ideb dos anos iniciais do Ensino Fundamental Regular varia de 4,9, em Rio Bonito a 4,1, em Magé.

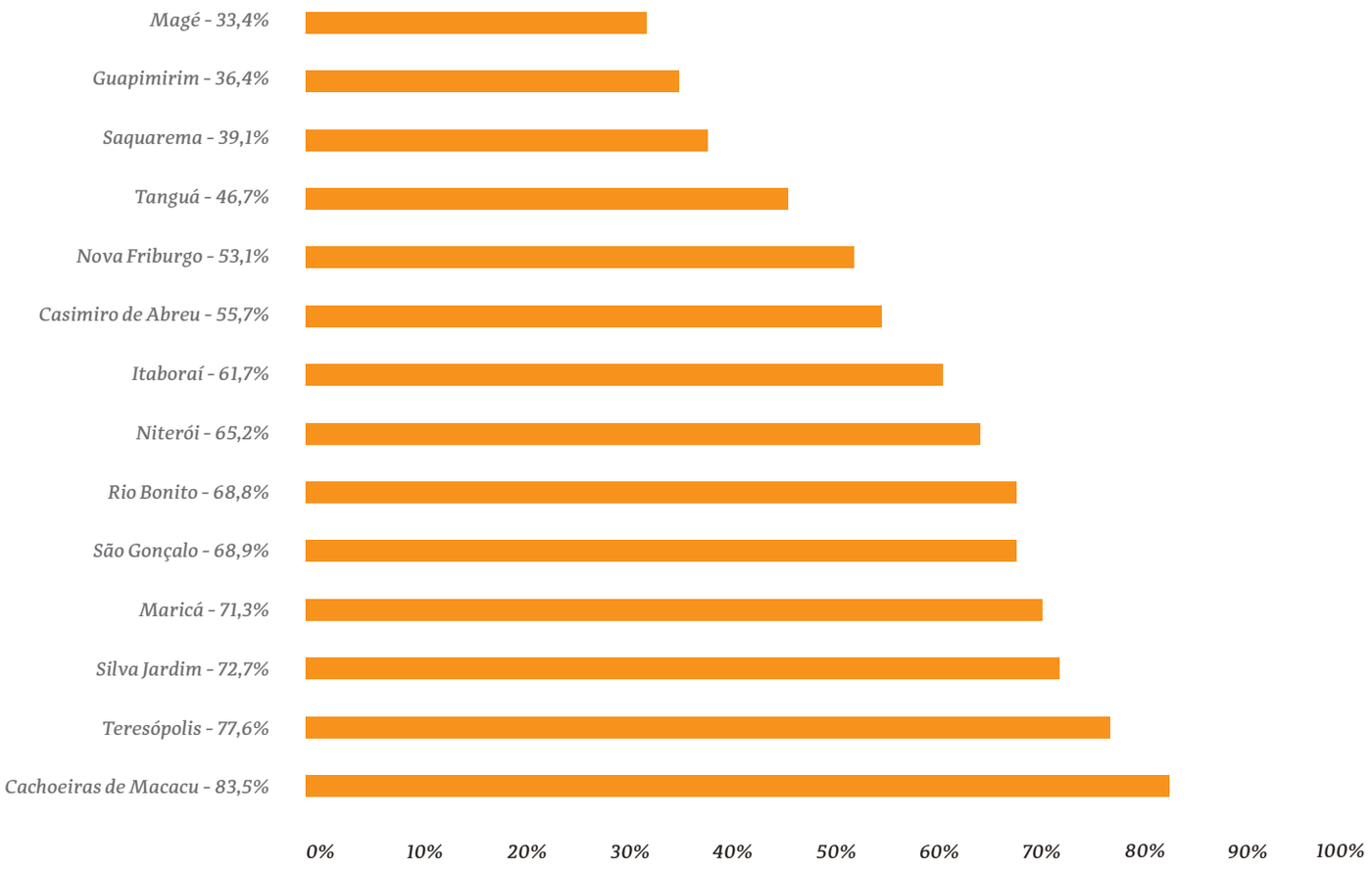
Se analisarmos as escolas nas quais os moradores do Complexo do Alemão estudam4 verificamos que as notas obtidas no Ideb para os anos iniciais do Ensino Fundamental variam de 3,8 à 6,1 e, apesar de sete escolas terem obtido notas acima do Ideb do município do Rio de Janeiro, elas estão longe de garantir a qualidade no Ensino neste complexo.

Abordando um outro aspecto que diz espeito à Qualidade da Educação avaliamos o investimento na expansão, na reestruturação física e investimento em equipamentos educacionais nas escolas públicas. Ainda na dimensão da Cidadania Garantida, o Indicador "Direito a Educação: Garantia de Ambientes de Acesso à Informação" apresenta o percentual de alunos/as no ensino fundamental da rede pública que frequentam escolas com laboratório de informática e biblioteca, segundo dados do Censo Escolar / INEP de 2010.

Ao olharmos os dados por municípios da Área de Atuação do Incid (AAI) nota-se uma grande discrepância na

Direito à educação: Garantia de ambientes de acesso à informação na escola

Alunos(as) do ensino fundamental da rede pública em escolas com laboratório de informática e biblioteca (2013) (%) - Área do INCID



Fonte: Censo Escolar/INEP - 2013

porcentagem de alunos/as assistidos por estes ambientes, destacando-se Cachoeiras de Macacu (83,5)%, Maricá (71,3%) e Teresópolis (77,6%) e no extremo oposto Saquarema (39,1%), Magé (33,4%) e Guapimirim (36,4%).

Em números absolutos, verificamos que, segundo os dados do Censo Escolar / INEP de 2013, apenas três escolas públicas que atendem alunos moradores do Complexo do Alemão possuem os dois ambientes de acesso à informação (laboratório de Informática e Biblioteca). Das 30 escolas analisadas, 24 não possuem Biblioteca e nove não possuem laboratório de Informática. Observe: +

Em percentuais, se analisarmos o total de alunos/as no ensino fundamental da rede pública das escolas que atendem ao Complexo do Alemão, apenas 10% frequentam escolas com os dois ambientes de acesso à informação. Um percentual de 70% frequenta escolas que possuem apenas Laboratório de Informática e somente 20% dos alunos/as deste segmento de ensino frequentam escolas da rede pública que possuem Biblioteca.

As diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020 dispõem sobre universalização e aumento da média do IDEB, para as quais projeta-se também a ampliação e instalação de bibliotecas, a universalização do acesso a internet e aumento da relação computadores por estudantes, com vistas a promover, dentre outras coisas, a utilização pedagógica da informação e da comunicação.

Direto à Educação: Ambientes de Acesso à Informação nas Escolas Públicas do Complexo do Alemão/2013.

* Ambientes de Acesso à Informação

Código da Escola	Nome da Escola	Biblioteca	Lab. de info.	AAI*
33072728	E.M. Eurico Villela	NÃO	SIM	
33095094	Creche Municipal José de Vieira Da Silva	NÃO	NÃO	
33069468	Escola Municipal Walt Disney	SIM	SIM	SIM
33163952	EDI. Tania Cristina Moreira	SIM	NÃO	
3307`2787	E.M. Gustavo Armbrust	NÃO	SIM	
33095345	Creche Municipal Anísio Teixeira	SIM	NÃO	
33071209	E.M. Jardim Guadalajara	SIM	NÃO	
33523266	EDI. Dona Lindu	NÃO	SIM	
33072914	E.M. Lauro Sodré	SIM	SIM	SIM
33071225	E.M. Professora Vera Saback Sampaio	NÃO	SIM	
33073058	E.M. Nereu Sampaio	NÃO	SIM	
33088489	CIEP. Coronel Sarmento	NÃO	SIM	
33072639	E.M. Ceará	NÃO	SIM	
33073228	E.M. Rubens Berardo	NÃO	SIM	
33095060	Creche Municipal Nova Brasília	NÃO	NÃO	
33069425	E.M. Professor Mourão Filho	NÃO	SIM	
33163936	EDI. Professora Luiza Helena Maia Medeiros	NÃO	NÃO	
33069336	E.M. Odilon de Andrade	NÃO	SIM	
33072558	E.M. Barão de Macahubas	NÃO	NÃO	
33073139	E.M. Professor Afonso Várzea	SIM	SIM	SIM
33069409	E.M. Professor Carneiro Ribeiro	NÃO	SIM	
33163928	EDI. Professora Lúcia Maria Batista de Albuquerque	NÃO	NÃO	
33069271	E.M. João Barbalho	NÃO	SIM	
33073074	E.M. Olavo Josino de Salles	NÃO	SIM	
33069360	E.M. Padre Manuel da Nóbrega	NÃO	SIM	
33163910	EDI. Henrique Foreis	NÃO	NÃO	
33069107	E.M. Alcide de Gasperi	NÃO	SIM	
33073066	E.M. Nicolau Antonio Taunnay	NÃO	SIM	
33163715	E.M. José Aparecido do Prado Sarti	NÃO	SIM	
33068763	CIEP. Maestro Francisco Mignone	NÃO	SIM	

No Sistema de Indicadores da Cidadania um mesmo direito pode ser analisado sob diferentes aspectos, sendo possíveis leituras separadas, já que os indicadores deste Sistema são interdependentes. Na experiência do Incid, no Direito à Educação, existem três Indicadores relativos a Cidadania Percebida e dois indicadores de Cidadania Ativa que completam a análise.

Para uma análise sistêmica do Direito à Educação no Complexo do Alemão, as outras duas dimensões (Cidadania Percebida e Cidadania Ativa) precisam se somar à Cidadania Vivida e Garantida apresentadas, para que tenhamos um quadro de

análise que melhor revele a efetividade deste direito neste território.

Podemos, ainda, analisar os dados desagregados para um único município e, dentro dele visibilizar as diferenças intramunicipais dos distritos e dos bairros que o compõe.

Indicador: Cidadania Vivida – Direitos Ambientais: Situação do Esgotamento Sanitário

O indicador Situação do Esgotamento Sanitário trata dos domicílios cujo esgotamento sanitário é considerado como inadequado, de acordo com o IBGE. A classificação do Censo Demográfico do IBGE identifica como inadequadas todas as formas de escoamento de esgoto que não são por rede geral, pluvial ou fossa séptica.

O município de São Gonçalo possui, segundo os dados do Censo demográfico do IBGE/ 2010, um percentual de 17,9% de Domicílios com esgotamento sanitário inadequados. Verificando o percentual por distritos observamos que Ipiiba e Monjolo são os distritos que concentram o maior número de domicílios que não possuem ligações adequadas de esgotamento sanitário, com percentuais de 29,1% e 23,6% respectivamente.

Ficha Técnica utilizada no Sistema de Indicadores de Cidadania – Direito à Educação: Garantia de Ambientes de Acesso à Informação nas Escolas Públicas – Incid/2013.

Enunciado do indicador	Direito à Educação: Garantia de Ambientes de Acesso à Informação nas Escolas Publicas
Definição/conceitos	Percentual de alunos/as no ensino fundamental da rede pública que frequentam escolas com laboratório de informática e biblioteca
Fonte de Pesquisa	Censo Escolar / INEP
Ano de Referência	2013
Variáveis	Total de alunos/as no ensino fundamental da rede pública que frequentam escolas com laboratório de informática e biblioteca/ Total de alunos/ as no ensino fundamental da rede pública

Quando observarmos somente o distrito de Monjolo e os bairros que o compõem, Gebara é um bairro que impressiona pelo fato de 93,7% de seus domicílios terem esgotamento sanitário inadequado. A análise do percentual municipal ou mesmo distrital dilui uma realidade que se revela dramática quando verificamos que em alguns bairros, quase a totalidade da população possui o Direito Ambiental ao Esgotamento Sanitário violado. Clique e conheça os percentuais para os bairros que compõem o distrito de Monjolo.

Além do bairro Gebara, Sacramento II, Bom Retiro, Largo da Ideia II possuem percentuais acima de 50% de domicílios com esgotamento sanitário inadequados (58,1%, 58,1%, 59,4% e 61,3% respectivamente). Apenas 3 bairros do distrito de Monjolo, no Município de São Gonçalo, possuem índices abaixo de 10% de

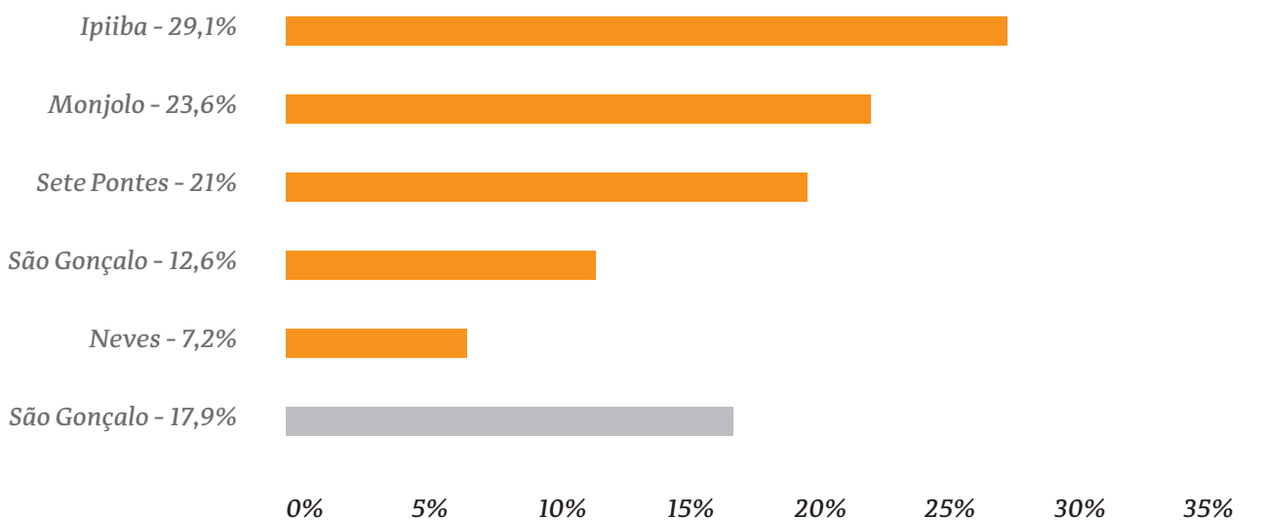
esgotamento sanitário inadequados. O bairro Mirambi possui o índice mais baixo de domicílios com esgotamento sanitário inadequado onde permanece violado o Direito Ambiental ao Esgotamento Sanitário para 4% dos domicílios deste bairro.

Ao construirmos este mesmo indicador para o complexo do Alemão encontramos percentuais de domicílios com esgotamento sanitário inadequados menores do que os bairros do distrito de Monjolo, em São Gonçalo.

Os percentuais encontrados para o Complexo do Alemão variam de 13,2% de domicílios com inadequação do saneamento na comunidade Joaquim de Queiroz a 100% dos domicílios com esgoto Sanitário considerados adequados no Morro da Baiana e Comunidade Itararé, de acordo com o dados do Censo Demográfico do IBGE. Ainda que com percentuais mais baixos, comparativamente, o Direito Ambiental ao Saneamento encontra-se violado para parte da população do Alemão, segundo os dados do IBGE.

Direitos ambientais: Situação do Esgotamento Sanitário

Domicílios com esgotamento sanitário inadequado (2010) (%) - Distritos de São Gonçalo

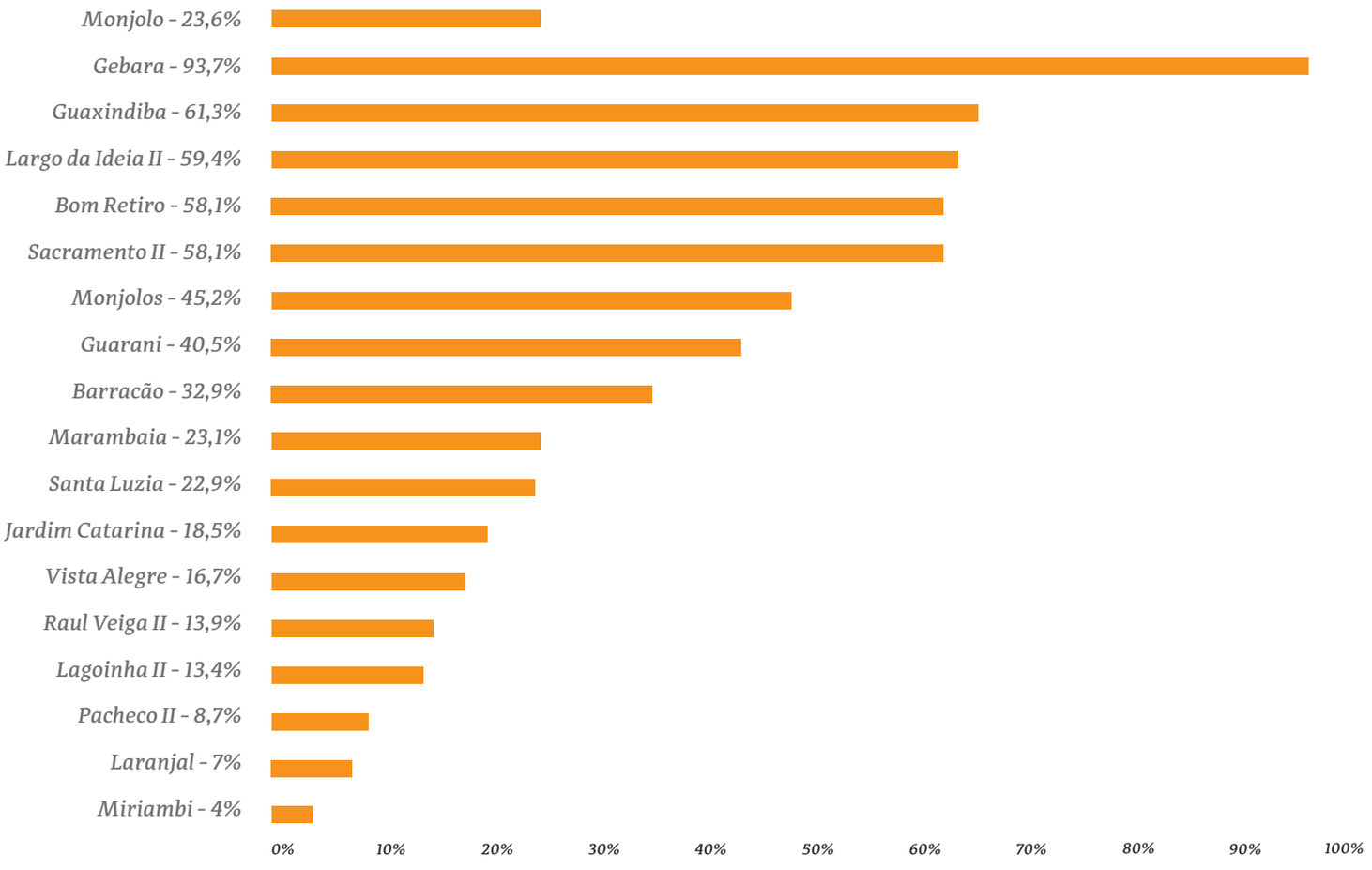


Fonte: Censo Demográfico/IBGE - 2010

A cidadania implica em ver a si mesmo como titular de direitos e reconhecer a mesma condição em todas e todos as/os demais, reafirmando o caráter universal dos Direitos. Desta forma, se fazem necessárias lutas e avanços democráticos que ponham fim a existência de domicílios com esgotamento sanitário inadequados.

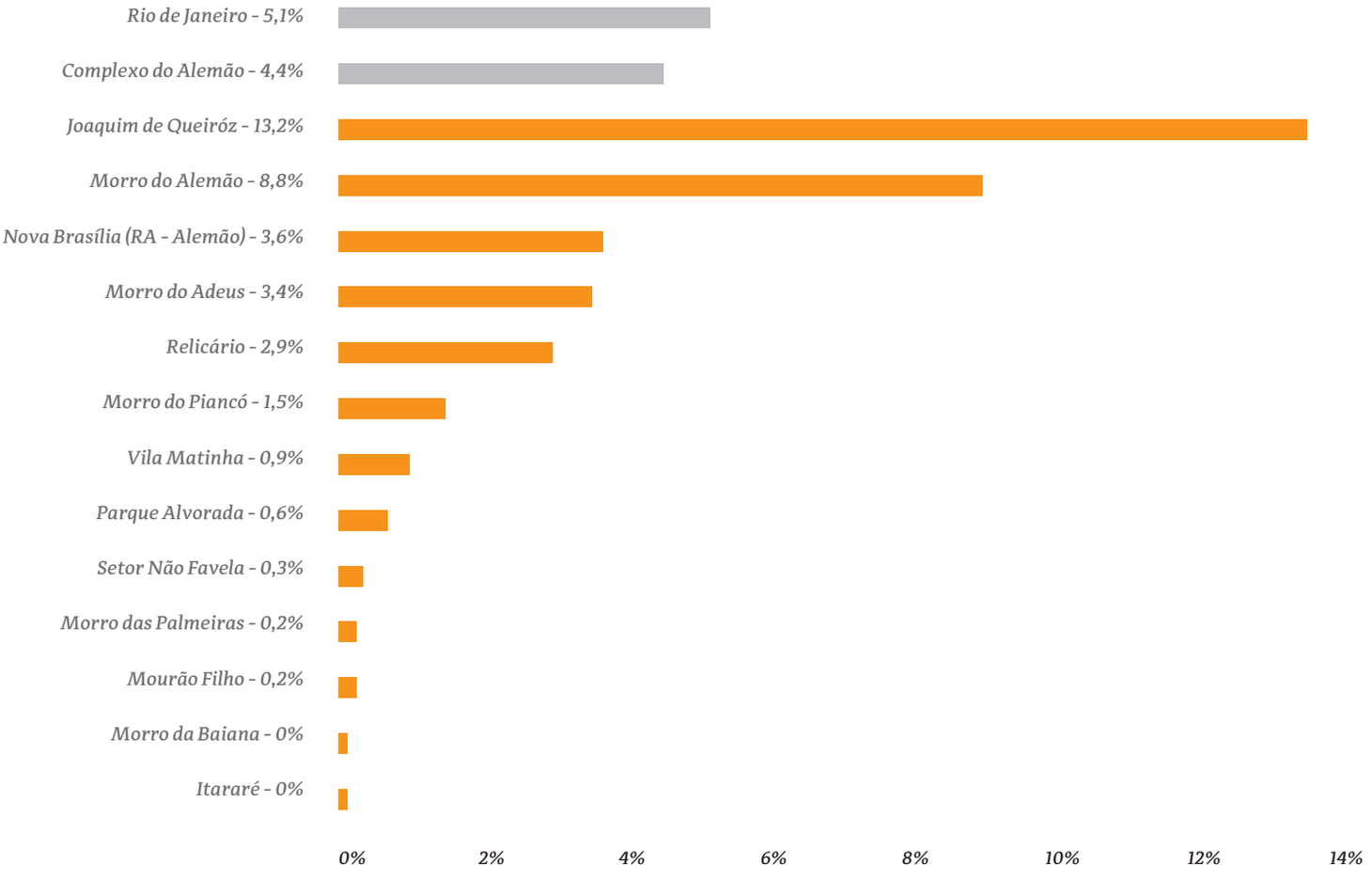
Ressaltamos que para o Sistema ser aplicado ao Complexo do Alemão seria necessário um estudo mais aprofundado acerca de quais indicadores que, sob a ótica das quatro dimensões de cidadania e dos três conjuntos de direitos, compõe um quadro de análise acerca da efetivação dos direitos de cidadania neste Complexo.

Direitos ambientais: Situação do Esgotamento Sanitário
Domicílios com esgotamento sanitário inadequado (2010) (%) - Bairros do distrito de Monjolo em São Gonçalo



Direitos ambientais: Situação do Esgotamento Sanitário

Domicílios com esgotamento sanitário inadequado (2010) (%) - Complexo do Alemão



Fonte: Censo Demográfico/IBGE - 2010

A produção dos dados

A construção dos indicadores para compor o Sistema possui alguns entraves. Nem sempre é possível o acesso aos dados necessários para a construção de indicadores de questões importantes na luta para reversão de injustiças sociais.

Alguns indicadores planejados não puderam ser construídos, por alguns motivos: pelo fato dos dados não serem disponibilizados ou não poderem ser desmembrados ao nível municipal ou mesmo pelo fato de existirem, mas apenas para atender aos objetivos de gestão e não como informações sobre a cidadania e para a cidadania.

Os dados do INEP/ MEC, por exemplo, informam sobre as Escolas dos municípios e os alunos nelas matriculados, mas não informam os municípios de residência dos estudantes. As informações sobre o Corpo de Bombeiros, as Polícias Civil e Militar, órgãos Estaduais, não são construídas com recorte municipal, mas por Batalhão, por regiões, o que dificulta o desmembramento ao nível municipal.

O IBGE, que é uma das fontes para a os de indicadores de Cidadania Vivida e Cidadania Garantida em nosso Sistema, constrói dados anualmente para os municípios da Região Metropolitana através da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios - PNAD. No entanto, para os demais municípios

os dados são decenais e, apesar das projeções, o Censo sofre de uma desatualização natural à medida em que vamos nos distanciando do ano da medição oficial.

O fato é que os dados não são produzidos para revelar o estado da democracia e da cidadania. No caso do Complexo do Alemão trabalhamos com a informação das Escolas que atendem aos alunos do Complexo, sem termos o dado exato de quantos alunos matriculados são, de fato, oriundos do complexo. Tentamos ainda replicar o indicador "Direito Coletivo: Situação da Precariedade dos Espaços Públicos" que verifica a existência de esgoto à céu aberto nas ruas localizadas no entorno de residências.

Porém, os setores identificados como aglomerados subnormais,, como em geral são classificadas as favelas pelo IBGE, só foram pesquisados sobre as características urbanísticas do entorno, quando apresentavam a possibilidade de identificação exata das quadras6 e, como nas favelas nem sempre existem quadras no entrelaçamento das ruas becos e vielas que as compõem, não são pesquisados. Desta forma, para alguns setores do Complexo do Alemão não há informações o que inviabilizou a construção do indicador.

Para este pequeno ensaio trabalhamos com o dado do IBGE cuja a população

Ficha Técnica utilizada no Sistema de Indicadores de Cidadania – Direito à Educação: Garantia de Ambientes de Acesso à Informação nas Escolas Públicas – Incid/2010

Enunciado do indicador	Direito Ambientais: Situação do esgotamento sanitário
Definição	Proporção de domicílios com esgotamento sanitário inadequados
Fonte de Pesquisa	IBGE - Censo Demográfico
Ano de Referência	2010
Tipo de Medida	Percentual
Variáveis	Proporção de domicílios com esgotamento sanitário inadequado sobre o total de domicílios

do Complexo do Alemão é de 69.263 moradores, no entanto, de acordo com informações de importantes lideranças locais, a contagem dos moradores deste complexo gira em torno de 120 mil. Estes fatos não são banais! O que está em jogo é o direito a ser contado. O direito de fazer parte das estatísticas, não somente o cidadão, mas a sua casa, o seu entorno, seus equipamentos urbanos ou a falta deles. Estes fatos não são banais! O que está em jogo é o direito a ser contado. O direito de fazer parte das estatísticas, não somente o cidadão, mas a sua casa, o seu entorno, seus equipamentos urbanos ou a falta deles.

A ausência de dados, ou a não transparência deles, já é reveladora do que interessa revelar socialmente. Para a cidadania ativa é imperativo que se revelem outros lados, que os dados sejam olhados sob uma outra ótica, que se olhe com uma outra lente para os indicadores e índices produzidos, buscando revelar o que é preciso contar, identificando os aspectos concretos da vida nos quais se expressam a democracia ou a tirania, a cidadania ou a violação de direitos, pois com base nos dados empíricos, socialmente validados, que a cidadania pode qualificar o seu discurso e brigar por um planejamento real das políticas públicas que atingem diretamente as formas de viver das populações em seus territórios.

Tentamos com este ensaio mostrar a potência deste Sistema de Indicadores de Cidadania para qualificação das lutas sociais. Acreditamos que os indicadores e índices podem e devem ser construídos para mostrar direitos efetivados ou violados, o que avançou e o que ainda precisa ser construído em termos de justiça socioambiental. No entanto, os indicadores apenas informam. Para que o sistema ganhe significado é necessário que seja legitimado e incorporado pela cidadania ativa de cada território estudado, prescindido de luta cidadã e controle social para que avanços sejam, de fato, contabilizados. Esperamos que os Indicadores de Cidadania possibilitem a explicitação de aspectos importantes da vida social, qualificando ação cidadã na disputa democrática, ajudando a corrigir desigualdades e injustiças.

Bibliografia

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: Labur Edições.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo caminho. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: Anos 90 - Política e sociedade no Brasil, Ed. Brasiliense,1994, pág. 103-115.

GRIZYBOWKI, Cândido et ali. Indicadores de Cidadania Fundamentos Conceituais. Ibase, 2011.

DOWBOR Ladislau. Indicadores de Progresso Social: medindo o que importa – abril – 2014, 6p.

JANNUZZI. Paulo de Martino. Repensando a prática de uso de indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. In: Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2002, págs 53-71.

Caleidoscópio

Este é um espaço para divulgar atividades de parceiros e amigos

Sua instituição está lançando uma campanha? Vão realizar um evento? Assistiu a um filme imperdível? Envie seu texto com até 10 linhas e imagem de apoio com 300 DPI para o email no link.

Participe

A Anistia Internacional chama a atenção para duas de suas campanhas: ***Jovem Negro Vivo*** alerta para o alto nível de homicídios no Brasil. A mobilização chama a atenção para o alto número de mortes de jovens no país, em especial entre a juventude negra. Os números são chocantes. Dos 56 mil homicídios que ocorrem por ano, mais da metade são entre os jovens. E dos que morrem, 77% são negros.

Já a campanha ***Meu Corpo, Meus Direitos*** é um apelo à proteção de direitos fundamentais femininos para que as meninas e mulheres possam viver sem medo, violência ou discriminação. A mobilização convida homens e mulheres a refletirem sobre a importância de ter conhecimento e respeitar o direito das mulheres sobre seus corpos.

Comida é patrimônio

O Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) quer saber: Que alimentos (não) estamos comendo? A resposta está em um documento que busca enfrentar os desafios da soberania e da segurança alimentar e nutricional. A publicação foi construída por cerca de cem representantes de todo o país e integra a campanha **Comida É Patrimônio**, que pretende estimular a reflexão entre comer e preservar e, assim, contribuir para valorizar a sabedoria popular e as culturas alimentares regionais tecidas pelas gerações.

Somos Todxs Defensorxs

A campanha **Somos Todxs Defensorxs** lançou, em março, um longa-metragem para visibilizar os casos de perseguição que os/as defensores/as de direitos humanos vêm sofrendo no Brasil. O documentário percorre as cinco regiões do país, enfocando diversas frentes de luta: a resistência dos povos indígenas contra Belo Monte, a luta por moradia nas grandes cidades, por cidadania da população LGBT,

Link com o email

Assine o manifesto Queremos ver os jovens vivos, *tocando aqui*

Acesse o site da Anistia e participe

Este vídeo mostra o que acontece com uma mulher em um ano

Toque aqui e saiba mais sobre a Somos Todxs Defensorxs

Toque aqui e participe da capanha

Toque aqui e leia mais sobre o evento "Desenvolvimento Latino-Americano: Integração e Inserção Internacional"

Para inscrições e mais informações, toque aqui

dentre outras. A campanha é uma iniciativa do Intervozes, da Justiça Global, da Plataforma Dhesca e do MNDH, com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos. A produção é assinada pelo Coletivo Nigéria, de Fortaleza (CE).

Economia Política

A Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) promove, de 26 a 29 de maio, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu, o evento Desenvolvimento Latino-Americano: Integração e Inserção Internacional. Pesquisadores, acadêmicos, profissionais e estudantes interessados em discutir criticamente o desenvolvimento latino-americano e sua relação com a conjuntura econômica

e política mundial estão convidados a participar.

Entre as questões que alimentarão os debates estão: Como a América Latina se insere no capitalismo atual? Os países do continente latino-americano têm estreitado seus laços regionais? Qual é o papel do Brasil no processo de integração latino-americana? Quais os desafios do desenvolvimento latino-americano na fase atual do capitalismo mundial?

Direito à Comunicação

O 2ª ENDC Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação (ENDC) acontece em Belo Horizonte-MG, entre os dias 10 e 12 de abril. Além de um importante momento para o intercâmbio entre grupos, movimentos e ativistas atuantes em favor da democratização da comunicação, o Encontro pretende ampliar os debates em torno do tema e mobilizar novos atores para essa causa. A iniciativa é do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), em parceria com entidades locais.

Gosto de Brasil saudável

O Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde lançou, em março, a nova edição da publicação ***Alimentos regionais brasileiros.*** O livro espera atender a novas demandas da sociedade de uma alimentação mais saudável, além de novas oportunidades de mercado e valorização das tradições culinárias e de paladar particular.

Toque aqui e veja a publicação

Toque aqui e se inscreva para o evento